



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 136 - TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 196, DE 2007

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 18 de abril de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 148^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE SETEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Comemoração pela inauguração, em 31 de agosto último, da quinta unidade regional da Bovespa, em Recife. ..

29852

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Anúncio da suspensão da Instrução Normativa nº 166, do Ibama, que restrinjava a atividade de alguns setores pesqueiros do País.

29855

SENADOR MÃO SANTA – Cobrança ao Governo Federal do repasse de recursos para o combate à seca no Piauí.....

29857

SENADOR TIÃO VIANA – Manifestação de divergência com relação a afirmações do Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini, no último congresso do Partido, sobre a supressão do Senado Federal e instituição de um Parlamento unicameral.....

29861

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Comentários a declarações do Ministro da Defesa, Sr. Nelson Jobim.

29865

SENADOR PAPALÉO PAES – As conclusões do Seminário sobre Gestão Pública, realizado no dia 13 de agosto em Belo Horizonte, com destaque para o sucesso em administrações estaduais e municipais do PSDB. Protesto contra a proposta de extinção do Senado Federal, do Sr. Ricardo Berzoini, Presidente do PT.

29866

SENADOR MÁRIO COUTO – Comentário sobre pronunciamento do Senador Romero Jucá, a respeito das normas para disciplinar a pesca artesanal. Manifestação sobre suposta contaminação do açaí.

29870

SENADOR ALVARO DIAS – Referência a alguns pronunciamentos do Presidente Lula, nos últimos dias. Comentários sobre a proposta orçamentária para 2008.....

29873

SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento de votos de aplauso à Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, pelo transcurso de 35 anos de sua fundação, bem como à Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS e ao Grupo Sinos de Comu-

nicação, pelo transcurso de 50 anos de atividades. Cumprimentos ao Presidente da República pela edição da retificação da Portaria nº 154, que trata do Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a soja no Rio Grande do Sul. Considerações sobre o valor do salário-mínimo, apresentado na proposta orçamentária para 2008.....

29878

SENADOR MAGNO MALTA – Cumprimentos ao grupo de estudantes de direito da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Conclama os empresários brasileiros a conhecerem a região sul do Estado do Espírito Santo, pujante por suas riquezas. Comentários sobre a interdição, pelo Ibama, de 150 Km da costa do Espírito Santo. Louvor à criação de escolas técnicas. Defesa da atuação da força-tarefa na fronteira para coibir o narcotráfico. Discussão sobre a redução da maioridade penal. Proposta para a redução da idade para a obtenção da carteira de motorista.....

29885

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Preocupação com os problemas criados pelo novo Regimento do Conselho de Contribuintes, cujas regras necessitam de mudanças.

29893

SENADOR ROMEU TUMA – Registro do comparecimento de S. Exa. à solenidade de transmissão do comando da Polícia Federal. Homenagem ao Dia do Soldado, que transcorreu em 25 de agosto último.....

29895

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Relato de reunião realizada com representantes do BNDES e da Petrobrás, juntamente com lideranças políticas do Rio Grande do Norte, onde se discutiu projetos para o Estado.....

29898

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Apelo em favor da preservação da Fazendinha JK, localizada no município de Luziânia – GO, residência do Presidente JK após sair do poder.....

29900

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiên-

cia visual, mental severa ou profunda e também os autistas), rejeitado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos.	29902	Nº 728, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2006 (nº 4.927/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre a avaliação da qualidade de ensino nas instituições privadas, efetuada pelo Poder Público).	29922
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, que exclui as pessoas jurídicas que se dedicuem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), rejeitado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos.	29902	Nº 729, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007 (nº 30/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. (Garante às mulheres o acesso a informações sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical).....	29924
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 30 de agosto de 2007 e publicação em 31 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 386, de 2007, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal. <i>Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</i>	29902	Nºs 730 e 731, de 2007, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Aviso nº 5, de 2007, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 297, de 2007, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.....	29926
1.2.3 – Pareceres			
Nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.....	29903	Nº 732, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 8, de 2007, da Presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal o relatório anual de suas atividades referente ao exercício de 2006.	29942
Nº 723, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 12, de 2007 (nº 221/2007, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparéncia, que encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 22ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.....	29905	Nº 733, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 11, de 2007, do Ministério de Estado do Controle e da Transparéncia, que encaminha os Relatórios de Fiscalização com resultados das ações da Controladoria-Geral da União nas Unidades de Federação sorteadas na 5ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	29945
Nº 724, de 2007, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o artigo 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	29908	1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
Nº 725, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui o dia 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia.	29913	Nº 1/2007, de 22 de agosto último, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004.....	29947
Nº 726, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que institui o Dia da Guarda Municipal, a ser comemorado no dia 10 de outubro.....	29916	1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação	
Nº 727, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o ano de 2008 como “Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa”.....	29919	Nºs 110 a 112/2007, de 21 de agosto último, respectivamente, comunicando a aprovação dos Projetos de Lei do Senado nºs 177 e 299, de 2006, e 225, de 2007.....	29947
		1.2.6 – Comunicações da Presidência	
		Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007, cujo parecer foi lido anteriormente.....	29947
		Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da com-	

posição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 96, de 2004, 177 e 299, de 2006, e 225, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.....	29947	Luterana do Brasil – ULBRA, em comemoração ao seu 35º aniversário.....	29961
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 23, de 2006, e 47, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	29948	Nº 1.001, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Grupo Sinos, em comemoração ao seu 50º aniversário...	29961
Arquivamento dos Avisos nºs 5, 8 e 11, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente..	29948	1.2.11 – Leitura de projetos	
1.2.7 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil – substituto		Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.....	29962
Nº 22, de 2007–CN (nº 78/2007 – BCB-Presi, na origem), encaminhando as Demonstrações Financeiras do Banco Central, referentes ao 1º semestre de 2007, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007).....	29948	Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....	29963
1.2.8 – Leitura de projetos de lei do Congresso Nacional		Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o § 4º ao art. 6º da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, a fim de impossibilitar a utilização do interdito proibitório na hipótese que menciona.....	29965
Nº 30, de 2007–CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2008. (Mensagem nº 115, de 2007–CN – nº 649/2007, na origem). <i>Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. (Publicado no Suplemento “B” à presente edição)</i>	29948	Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.	29966
Nº 31, de 2007–CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. (Mensagem nº 116, de 2007–CN – nº 650/2007, na origem). <i>Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. (Publicado no Suplemento “C” à presente edição)</i>	29949	Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará.	29967
Nº 32, de 2007–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 118/2007–CN – nº 646/2007, na origem). <i>Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.</i>	29949	1.2.12 – Mensagem do Presidente da República	
1.2.9 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados		Nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), de 31 de agosto último submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor <i>Paulo Fernando da Costa Lacerda</i> para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin....	29969
Nºs 391, 392, 393 e 394/2007, de 28 de agosto último, comunicando a aprovação e envio à sanção dos Projetos de Lei do Senado nºs 153, de 2005, 126, de 2002, 187 e 340, de 2005.....	29960	1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação	
Nº 397/2007, de 29 de agosto último, comunicando o arquivamento, em virtude da rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2004.....	29960	SENADOR ROMERO JUCÁ – Congratulações ao Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e toda a equipe da Corregedoria Nacional de Justiça, pelo trabalho sério que vem sendo desenvolvido nestes dois primeiros anos de existência do órgão.....	29972
1.2.10 – Leitura de requerimentos		SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Instituições em frangalhos”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 1º de agosto último.	29974
Nº 1.000, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Universidade		SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Chimpanzés patinadores”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de julho último... ..	29975
1.2.14 – Comunicação da Presidência		Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã,	

terça-feira, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 29976

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 120ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2007, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 29981

3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de 1º a 31 de agosto 2007. (Publicada no Suplemento “A” à presente edição)..... 29982

4 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas no Suplemento “A” à presente edição)

SENADO FEDERAL

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA**

**6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 148^a Sessão Não Deliberativa em 3 de setembro de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Magno Malta e Mão Santa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo palavra ao Senador Marco Maciel por cessão do Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente ilustre Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores – entre os quais quero saudar o Senador Paulo Paim –, Sr^{as}s Senadoras, a Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa, – é hoje, a maior bolsa de valores da América Latina e das maiores do mundo, com uma história além de centenária, posto que fundada em 1890 por Emílio Rangel Pestana nos pródromos, portanto, da República.

Sexta-feira passada, dia 31 de agosto, foi inaugurada no Recife a quinta unidade regional da Bovespa, com sede na capital de Pernambuco, compreendendo, além do Estado-sede, a Paraíba.

Eu gostaria de observar que esta quinta unidade regional da Bovespa vai suprir uma falta que decorre do fechamento das atividades das Bolsas da Paraíba e de Pernambuco.

Antes, a Bolsa de Pernambuco possuía apenas uma única corretora, a Codepe. As duas bolsas desapareceram e, com o escritório regional recém-instalado, já temos três corretoras – a Codepe, já citada, a Coin e a Valpires. Esses escritórios serão importantes para os nordestinos, especialmente para Pernambuco e Paraíba porque os programas da Bolsa serão desenvolvidos na região em toda a sua intensidade, destacando-se entre esses “A Bolsa vai até você”.

A cerimônia contou com a presença do Presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, que tomou posse como Presidente da instituição em 2001 e está fazendo uma verdadeira revolução no campo do mercado mobiliário, ou seja, no campo de uma maior per-

fusão das atividades da Bovespa, criando condições assim para disseminação do seu papel.

Durante o evento, ouvimos excelentes exposições de especialistas e um discurso do próprio Raymundo Magliano, que chamou a atenção para a crescente participação da sociedade civil na Bolsa, que ele intitulou de “revolução silenciosa”, num incentivo às empresas por adotarem com freqüência o mercado de capitais para a captação de recursos, uma forma moderna de crescimento compatível com o mercado global.

Enfim, se queremos propulsar nosso processo de desenvolvimento, precisamos oferecer condições para que instituições como a Bolsa de Valores possam contribuir com a captação de recursos investidos em ações e, assim, aumentarmos nosso dinamismo num mundo que cada vez é mais competitivo.

Sr. Presidente, devo lembrar que hoje surge uma tendência de mudança cultural por parte do investidor e da investidora, ou seja, da participação da mulher, no Brasil. Essa mudança comportamental decorre de termos um maior número de pessoas interessadas em competir no mercado acionário. E quanto mais informados e conscientes o investidor e as empresas se vêem desafiados a abrirem seus capitais e atraírem mais investimentos.

O Presidente Magliano, Senador Romeu Tuma, vem expandindo a ação da Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa, em todo o território nacional e promovendo uma notável e bem-sucedida política desde os tempos do Presidente Fernando Henrique Cardoso; de modo especial, propiciando a presença da Bolsa também na interlocução no Congresso Nacional. E ele tem sido bem-sucedido nessas suas ações fora da Bolsa, na interlocução em Brasília, no Congresso Nacional e no Poder Executivo. E isso tornou possível fazer com que o Congresso Nacional aprovasse uma Emenda à Constituição, com o apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de isentar do pagamento de CPMF os investimentos na Bolsa.

Ouço com prazer V. Ex^a, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – Senador Marco Maciel, gostaria de ressaltar uma dificuldade na exposição que V. Ex^a faz, porque vamos aprendendo devagarzinho com a sua cultura, com as pesquisas de

V. Ex^a. Eu sempre tive uma participação muito intensa na observação da conduta da Bolsa, principalmente em função de outras atividades que exercei, inclusive como Secretário da Receita. Havia a Bolsa do Rio, a Bolsa de São Paulo e, num ato de inteligência, unificaram as Bolsas. Agora elas existem em outros setores, como V. Ex^a disse – ouvi pelo rádio –, em Pernambuco. Acho que isso tem um valor imenso, porque a busca de investimento e de capital de giro mais barato é através da Bolsa. Por isso é que ela tem uma vitalidade enorme. E, com a mudança de sistema operacional dentro da Bolsa, ela alcançou alta tecnologia que hoje traz tranquilidade. O Dr. Magliano tem um experiência enorme dentro desse setor e conta com uma boa infra-estrutura. Lá, em São Paulo, existe a Bolsa de Mercadorias e vários segmentos que hoje, dentro da luta e da visão macroeconômica do País, têm um papel importantíssimo. V. Ex^a traz uma questão muito importante a ser discutida nesta Casa, que é o que representa a BM&F, a Bolsa de Valores no cenário político-econômico. Na nossa situação, acho que o melhor caminho – V. Ex^a falou, parece-me; não entendi bem porque estava a caminho – é também o do setor imobiliário.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Do setor imobiliário de modo especial.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – E imobiliário também, porque sei que, com esse investimento muito grande no setor imobiliário, muitas construtoras estão começando a levar à Bolsa a venda de ações, para fortalecer realmente essa nova política de construção. Cumprimento V. Ex^a e aproveito para cumprimentar os dirigentes da Bolsa nacional, eu diria, e não mais de São Paulo. Parece-me que ela tem ligações internacionais como, por exemplo, com a Bolsa de Nova York, a do Japão e com tantas outras que se interligam pela informática. A evolução de uma reflete-se na outra, e qualquer problema que surge em um lugar reflete-se, praticamente, em todas. Cumprimento V. Ex^a por trazer um assunto tão importante para o País.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agradeço-lhe, nobre Senador Romeu Tuma, as achegas que V. Ex^a trouxe ao pronunciamento que estou fazendo.

Devo dizer que V. Ex^a chamou a atenção para dois pontos importantes. Primeiro, o fato de que, como o mercado imobiliário está aquecido, muitas empresas, as maiores, sobretudo as do Estado de São Paulo, estão abrindo seus capitais porque desejam lançar suas ações na Bolsa. Essa é uma forma não somente de aumentar os investimentos em habitação, mas também de expandir o mercado de capitais porque o Brasil certamente se beneficiará dos recursos que advirão desses investimentos.

Segundo, o fato de que a Bolsa de São Paulo, a Bovespa, é hoje um **global player**, com se diz, um jogador internacional que está inserido nesse mundo que se globalizou. É uma das principais bolsas do mundo. No início das minhas palavras, afirmei ser a maior na América Latina, maior do que a do México, a da Argentina ou de qualquer outro país do nosso hemisfério. Só é menor, obviamente, do que a Bolsa dos Estados Unidos. Além disso, já tem bastante conceito internacional. A prova é que quando se vê a análise de bolsas, a movimentação de valores no mundo todo, sempre há uma referência à Bovespa. Sobretudo agora, nestes tempos de incertezas em que houve uma grande oscilação no mercado de capitais, de ações, verificamos quanto o investidor, quanto o empresário, fica ligado nesses temas e quanto se preocupa quando as atividades das bolsas de valores não caminham bem.

Senador Romeu Tuma, quero aproveitar a ocasião para dizer que, desde meados da década de 60, a Bovespa e outras Bolsa do Brasil, muitas das quais já desapareceram, se emanciparam da tutela estatal e tornaram-se associações civis sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Convém lembrar que isso se deve à grande transformação econômica que o Brasil viveu, sobretudo com o Plano Real, criando condições, assim, para vertebrar melhor o nosso processo de crescimento.

Os antigos corretores autônomos transformaram-se em sociedades corretoras de valores por ações nominativas ou por quotas de responsabilidade limitada, sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários, instituição que funciona como uma espécie de agência reguladora desse mercado.

Saliente-se, Sr. Presidente, que, ao longo do seu percurso histórico, a Bovespa sempre incorporou o que há de melhor de tecnologia do mundo. Na década de 70, implantou no Brasil o pregão automatizado com informações **on-line** e em tempo real, mediante extensa rede de terminais de computador. Na década de 80, instalou o Sistema Privado de Operações por Telefone (Spot) e uma rede de serviços **on-line** para informações diretas às corretoras. Na década de 1990, entrou em operação o Sistema de Negociação Eletrônica (Computer Assisted Trading System – Cats), então em simultânea operação com o antigo sistema de Pregão Viva Voz – aliás, esse tipo de pregão hoje i alterado.

Na mesma linha de modernização, em 1997 a Bovespa adotou a Mega Bolsa, novo sistema de negociação eletrônica. Em 1999, lançou o programa “**Home Broker**” para facilitar o acesso do pequeno e do médio investidores ao mercado por meio da Internet, e o

"After Market" para negociações eletrônicas noturnas também acessíveis aos pequenos e médios.

Desde 2003, existe o programa "Mulheres em Ação", a que já aludi, para ampliar ainda mais a participação feminina nos investimentos em Bolsa. É importante lembrar que a mulher, em todo o mundo – isso se observa também no Brasil – é poupadoura. Na medida em que ela tem preocupação com a educação da família, com o futuro, com uma visão de longo e não de curto prazo – o que é muito bom –, a mulher tende a se converter cada vez mais em investidora da Bolsa e, sobretudo, por meio de subscrição de ações de empresas idôneas com inserção no exterior, etc. Isso é muito bom porque, na realidade, cria condições para que o País possa se afirmar nessa área estratégica da economia e, de outra parte, assegurar aos investidores rendimentos que, geralmente, ficam muito acima dos rendimentos em especulação com moeda estrangeira, como, por exemplo, o dólar ou o euro, e também muito acima, obviamente, das cadernetas de poupança que, com alguma segurança, rendem muito pouco. Esse programa ao qual já me reportei, o programa **"Home Broker"**, que tem muita aceitação porque facilita o acesso aos pequenos e médios investidores.

O Presidente Raymundo Magliano Filho mostrou muito bem como "os compromissos da Bovespa não se limitam ao mercado: abarcam também a sociedade civil". Em 2005, foi inaugurado na Bovespa o Centro de Estudos Norberto Bobbio, com a missão de defender e difundir a democracia e a cidadania. Devo, a propósito, dizer que o Centro Norberto Bobbio é uma instituição que presta inegável contribuição ao desenvolvimento cultural do nosso País.

Estive presente à cerimônia de inauguração do Centro Norberto Bobbio. À cerimônia compareceram, além do Boero, um dos muitos discípulos do Bobbio, o filho do Norberto Bobbio, bem assim expressivas autoridades como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, parlamentares, economistas etc. Esse Centro desenvolve atividades de cidadania ativa, o que considero muito importante. Sabemos que a democracia econômica é uma das bases da economia social e política, ou seja, a democracia econômica precisa se alicerçar no exercício pleno da cidadania. O Centro está sendo equipado com biblioteca e se dedica ao lançamento de livros e à promoção de debates.

Lembrar Norberto Bobbio é lembrar alguém que faleceu recentemente e que deu notável contribuição ao desenvolvimento dos nossos sistemas políticos. Foi ele também um grande pensador social, além de ser um grande mestre na área da Filosofia do Direito, da

Teoria Geral do Estado. Enfim, um dos grandes cérebros que a Itália ofereceu ao mundo.

Sr. Presidente, a Bovespa busca também uma interação com a comunidade acadêmica, ajudando a produção e divulgação do conhecimento sobre o mercado de capitais, em articulação com centrais sindicais, rádios, jornais e televisão. Quanto à sua relação com as centrais sindicais, a Bovespa tem ido aos sindicatos e promovido ações em áreas de lazer, como praias etc, mostrando o que significa a bolsa de valores. No ano de 2005, viram-se cadastradas no programa "A bolsa vai até você" mais de 80 mil pessoas. Está sendo implantado no Brasil o capital popular nas Bolsas, algo que considero muito importante porque se dissemina na sociedade a idéia de que um projeto de desenvolvimento deve ser participativo, ou seja, deve provocar cada vez mais a participação de todos.

Sr. Presidente Senador Álvaro Dias, ainda em 2005 surgiu, na Bolsa, o site Espaço Jurídico Bovespa, para divulgação da legislação e da jurisprudência atualizadas, sobre mercado de capitais, legislação tributária, normas da Bovespa e outras no gênero.

A partir de 2006, a atuação internacional da Bovespa, a que me referi anteriormente, embora de forma muito sintética, concentrou-se na integração dos mercados latino-americanos em projeto piloto com a Bolsa do México, que é uma grande Bolsa de Valores.

Sr. Presidente, liderança não se reivindica, conquista-se por merecimento de trabalho e seriedade. Liderança só se põe e impõe quando há um respaldo que justifique a sua credibilidade. Eu diria que a Bolsa consegue esse reconhecimento, essa liderança, na América Latina, graças a ações articuladas, centradas, que se projetam cada vez mais no contexto das economias da América Latina e daí do mundo.

Sr. Presidente, lembraria que o mundo vive em ondas como o mar. Por isso, não podemos deixar de ter presente que a economia também sofre suas oscilações e vivemos um momento de inquietação no mercado de capitais. Espero que essa crise seja passageira, não afete o processo de crescimento dos países em desenvolvimento, geralmente os mais penalizados, quando a incerteza econômica aumenta.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um período bem-sucedido para o País, deixou uma notável herança, uma herança bendita. Graças à visão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil está cada vez mais robusto.

Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vivemos também tempos de incertezas. Nos oito anos em que Sua Excelência governou o País, um período muito fecundo, é bom lembrar que

somente em dois anos não houve crise internacional: em 1996 e em 2000. Em todos os demais, tivemos crises, algumas das quais de grande extensão. A primeira crise ocorreu em 1995, tão logo o Plano Real estava dando seus primeiros passos. O Plano Real, sabemos, foi o mais bem-sucedido projeto de estabilidade econômica que o País já conheceu. Não houve nenhum outro semelhante na história. Alguma coisa poderá comparar-se com o tempo de Campos Sales, no fim do século XIX, mas num quadro totalmente diferente, já que a economia brasileira era muito menor do que o é hoje.

O fato é que, em que pesem todas as intempéries, o País, graças ao Plano Real, às medidas adotadas como os programas de privatização, os programas de responsabilidade fiscal, as medidas de fortalecimento de ações no campo social, sobretudo na educação e saúde, o Brasil deu um notável salto e, ainda hoje, beneficiamo-nos dessa ação tão benfazeja para o País.

Essa crise esperamos, será rapidamente ultrapassada e continuaremos a viver tempos de estabilidade econômica, de tranquilidade nos mercados internacionais possibilitando que o Brasil permaneça crescendo – quem sabe a taxas mais altas. E, assim, propulsar o desenvolvimento das diferentes regiões que constituem o espaço territorial brasileiro, em condições de melhorar a renda do nosso povo de modo especial das regiões de menor desenvolvimento relativo.

Antes de encerrar, gostaria de salientar que a cerimônia a que me reportei, que se realizou em Recife, no dia 31 de agosto passado, teve a presença, além do Presidente Raymundo Magliano, a quem já me referi, do Prefeito João Paulo, do Recife, do Deputado Federal Maurício Rands, bem assim do Dr. Paulino Botelho, do Dr. José Peregrino Neto, ex-Presidente da Bolsa de Valores de Pernambuco, do Dr. Luís Abdal, que fez brilhante exposição sobre mercado de capital, de autoridades, empresários, comunicadores sociais e pessoas que, de alguma forma, militam no mercado acionário.

Era o que tinha a dizer. Agradeço, Sr. Presidente, o tempo que me facultou para registrar o evento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a, Senador Marco Maciel, pelo pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do Governo, para uma brevíssima comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs.

Senadores, há cerca de dez dias, neste plenário, vários Srs. e Sr^{as}. Parlamentares, voltaram ao tema do controle do Ibama, instruções normativas e possibilidade de haver interferência na pesca ao longo de todo Brasil.

Nós já tínhamos resolvido a questão dos pescadores de lagosta, quando outros setores de pesca, principalmente os setores de pesca de rede, vieram aqui procurar vários Parlamentares, preocupados com a Instrução Normativa do Ibama nº 166. Ela era restritiva e, segundo alguns setores, iria criar graves transtornos para o setor pesqueiro nacional, principalmente para o pequeno pescador. Naquele momento, vários Parlamentares pediram a minha interferência junto ao Governo, junto ao Ministério do Meio Ambiente e junto ao Ibama, para que tentássemos construir uma solução, a exemplo do que foi feito para os pescadores de lagosta.

Eu quero, com muita satisfação, Sr. Presidente, registrar correspondência recebida, datada de 28 de agosto, pelo Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conepe, assinada pelo seu Presidente, Sr Fernando Ferreira, que, em nome dos pescadores, não só registra a nossa pronta ação, mas também as providências do Ibama de suspender por 120 dias a Portaria nº 166, de criar um grupo de trabalho para discutir com os pescadores como será essa nova legislação e, mais do que isso, de garantir que serão tornados sem efeito, mesmo na nova legislação, os artigos 6º e 7º da Instrução Normativa, que são os que preocupavam mais os pescadores.

Então, eu faço esse registro a toda a Casa, aos Parlamentares que acompanharam essa questão. Agradeço as palavras do Presidente Fernando Ferreira, do Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca, a respeito da minha ação como Líder do Governo, e quero reafirmar que estarei sempre pronto a buscar, por meio do debate, da conversa, do entendimento e das reuniões, um caminho para viabilizar a ação pública, no sentido de melhorar a condição de vida da população brasileira.

Portanto, o prazo será dado. Os pescadores não serão prejudicados e participarão do processo de discussão.

Peço, então, a transcrição do ofício enviado a mim pelo Presidente do Conepe, Fernando Ferreira, com data de 28 de agosto. Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXPEDIENTE n. 235/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romero Jucá Filho
Senador Federal
Ala Senador Afonso Arinos, Gab. 12
Praça dos Três Poderes
70.165-900 – Brasília/ DF

Assunto: Agradecer eficiente apoio na suspensão da Instrução Normativa IBAMA nº 166, de 18 de julho de 2007, publicada no D.O.U. em 19/07/2007.

Senhor Senador,

O **Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONEPE**, em nome das nossas entidades filiadas e das entidades parceiras que representam a pesca artesanal, aquaviários e trabalhadores, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio do seu Presidente abaixo assinado, agradecer o precioso e eficiente apoio ao nosso Setor, na suspensão da Instrução Normativa IBAMA n. 166, de 18 de julho de 2007, que trata do ordenamento da rede de emalhe, nas águas sob jurisdição nacional.

A audiência com o Presidente do IBAMA, Senhor Bazileu Alves Margarido Neto, no ultimo dia 23 de agosto, resultou, na data de hoje, no contato, via telefone, do Senhor Presidente do IBAMA informando que demandou a suspensão da Instrução Normativa em destaque, pelo prazo de 120 (cento e vinte dias).

Neste prazo, será constituído um Grupo de Trabalho com representantes do setor produtivo da pesca de emalhe industrial, artesanal e dos trabalhadores, com objetivo de debater e acordar as medidas necessárias ao ordenamento da pesca de emalhe, contemplando, inclusive, as medidas mitigadoras à proteção dos mamíferos.

CONCEPC

Além disso, informou, também, o Presidente do IBAMA, que, conforme pleiteado pelo Setor na audiência acima referida, os artigos 6º e 7º da Instrução Normativa em destaque serão automaticamente revogados.

Desta forma, constata-se que os esforços implementados para suspensão da Instrução Normativa IBAMA n. 166, de 2007, foram uma demonstração de união e força do Setor com o Congresso Nacional e o Governo Federal, ação que deve prosseguir para conquistarmos o respeito que o nosso setor merece, em prol do tão esperado desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira brasileira.

Ante o exposto, agradecemos o eficiente apoio dispensado e esperamos continuar contando com o seu precioso apoio em prol do Setor pesqueiro nacional.

Afonso Arinos
C. Jucá
Fernando Féreira
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, Senadoras e Senadores presentes, brasileiras e brasileiros no plenário, e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, este é o melhor Senado em 183 anos da República, Senador Tião Viana! Atentai bem! Segunda-feira, 3 de setembro. Buscai, nos *Anais do Congresso*: setembro já era Semana da Pátria, ninguém trabalhava. Este Congresso não vai faltar à Pátria. Em verdade, em verdade eu vos digo... Ó Senador Mário Couto, desliga esse telefone aí! Senador Mário Couto, veja daqui o nosso compromisso com a verdade. Ó Senador Romeu Tuma! Nós temos que buscar a verdade. Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Esta Casa está buscando a verdade. Hein, Senador Tião Viana? A verdade – não podemos arredar-nos da verdade. Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Sem verdade aqui, está todo mundo traindo a Pátria.

Eu queria dizer que Sêneca, o grande filósofo, não era nem de Atenas nem de Esparta, era de uma cidade. Ele disse: “Não é uma pequena cidade; é a minha cidade”. Senador Marcos Maciel, eu digo “sou do Piauí!!” Aqui, no **Diário do Povo**, jornal do Piauí, vejam as manchetes: “Dinheiro para socorrer vítimas da seca não vem”. Só conversa esse Governo de Luiz Inácio. A primeira página do jornal **Diário do Povo** anuncia que o dinheiro para socorrer as vítimas da seca não vem. Foi lá o Governo, prometeu e está aqui.

Mas há uma notícia boa. Barra se classifica como primeiro do seu grupo. Barra é um time de uma cidade cujo prefeito é do PMDB, Maninho Rego; e nós estamos ganhando de Manaus e outros.

Agora, o interessante é essa charge do melhor chargista. Senador Mário Couto! Bota grande aí essa televisão... Quando é a turma do PT, a Ideli, a imagem sai grandona; quando somos nós, da Oposição, sai pequenina. Sai igual a um **outdoor**... Vou ver à noite: se estiver pequeno, o Presidente é o Senador Alvaro Dias agora, e nós vamos... Olhe aí, é a TV Senado.

Veja esta charge: Mão Santa com um índio aqui e com um canhão, atirando no Luiz Inácio. Gostei do chargista. É danado de bom. Mas não é isso aqui não.

“Senador propõe mudança em concurso” – é o pedido. Está aqui: “Recursos anunciados não chegam”. Li, há poucos dias, um discurso do Deputado Roncalli Paulo, que é tucano, denunciando o flagelo da seca no semi-árido. “Recursos anunciados por [nossa amigo] Geddel ainda não chegaram ao Piauí.” Wellington Sal-

gado, V. Ex^a é que é bom de arrancar esses recursos. O Piauí é um prolongamento das suas Minas Gerais. “Dois meses após o anúncio de R\$2 milhões para o Piauí, os flagelados ainda esperam pelo carro-pipa.”

Eu iria fazer um requerimento para o nosso grande Ministro do PMDB, Geddel Quadros Vieira Lima, cumprimentando-o, com aquele rapapé, para ele ajudar, já que 40% do Piauí faz parte do semi-árido, e as pessoas estão com sede. Está na Bíblia: “Dai de beber a quem tem sede e de comer a quem tem fome”. Isso é elementar, mas o Governo do Luiz Inácio não faz nada nesse sentido. Está aqui o jornal.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa, V. Ex^a me concede um brevíssimo aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu gostaria de que seu aparte fosse longo, longilíneo, como o seu biotipo. Então, V. Ex^a dispõe do tempo que quiser no meu pronunciamento.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Agradeço a V. Ex^a. Nobre Senador Mão Santa. Quero congratular-me com V. Ex^a pela sua intervenção e chamar a atenção para as dificuldades vividas pelo Nordeste, sobretudo, com a ameaça de uma grave seca. Vi, pelos jornais e pelas informações recebidas que o Estado do Piauí é um dos mais atingidos. Portanto, quero solidarizar-me com V. Ex^a – e por que não dizer também – com a população dos outros Estados do Nordeste, inclusive com a de Pernambuco e esperar que o Governo Federal esteja atento às vicissitudes por que passa a região Nordeste. Conseqüentemente, possamos ter providências do Governo Federal que mitiguem o sofrimento do povo sertanejo neste momento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, Senador Wellington Salgado, que é um Líder desse Partido, adverti muito o Senador Renan Calheiros. Eu cansei dizer aqui: “Renan, seja firme! Tenha firmeza! A fraqueza de V. Ex^a está evidente, quando V. Ex^a não teve a coragem de trazer um veto do Presidente da República. É do jogo democrático”.

Ó Tião, eu sei das coisas! Se o Luiz Inácio não quis estudar para compreendê-la, eu li **L'Esprit des Lois**, de Montesquieu. São vinte volumes. Então, ele tem direito de vetar? Tem. Eu não vou tirar o direito do Luiz Inácio, ele é o Presidente; mas esta Casa, o Presidente do Congresso, Renan Calheiros, tem a condição de legalmente mandar buscar o veto para ser discutido aqui.

É uma vergonha! Entraram na Justiça, e eu adver- ti. Entraram na Justiça, envergonhando a nossa Casa, porque o Congresso não traz para cá. Está vendendo, Tião? Se V. Ex^a demorar na Presidência,...

Ó Marco Maciel, por que é oportuno? Eu governei o Estado do Piauí. Teve seca, ó Papaléo! Mas havia um instrumento que nos ajudava: a Sudene. Ó Marco Maciel, você se lembra de que eles tinham o Dr. Leonides, do Piauí. Mas ele era específico disso e ficou ajudando os Estados do Nordeste com um pessoal que tinha *know-how*. A Sudene nós a criamos, e Luiz Inácio vetou o seu oxigênio: o orçamento da Sudene. Por isso, está essa desgraceira: todo mundo morrendo com sede e com fome. Visitei Fernando Monteiro, extraordinário Secretário de Defesa Civil. Roncalli Paulo, Deputado Estadual, que está chorando e implorando esses recursos, também foi da Defesa Civil. E a Sudene era fundamental.

Ó Renan, e o veto que nós demos? Nós, os pais da Pátria, o melhor Senado da história. Para os velhinhos, 16,7%. O Luiz Inácio vetou e deu só 3,4% para os velhinhos aposentados. Isso tinha de voltar para cá para ser rediscutido e colocar esses "caras", os 300 picaretas que o Lula denunciou no passado para podermos botar em *outdoor*. Por que eles não trazem para cá? Porque eles tinham de aparecer e rediscutir quem votou com os velhinhos 16,7%. Quem é que quer enterrar e está matando os velhinhos aposentados?

E a vergonha é quando Luiz Inácio, não temente a Deus, dá 140% de aumento para os aloprados, os 24 mil que foram nomeados sem concurso. O maior deles ganha R\$10.448,00, DAS 6. É, Tião...

Então, isso tudo é isso. E chega um pilantra lá no congresso do PT para pedir para fechar o Senado. Tião Viana, isso foi um tapa na sua cara. Eu sei que Cristo disse que se deve dar a outra face, mas eu sou é do Velho Testamento: "Olho por olho". E aquele pilantra, no congresso, pediu para fechar o Senado, porque aqui estão os machos do País, que não vão deixar isto seguir Fidel Castro, o Chávez, o Equador, a Venezuela, a Bolívia e a Nicarágua, ô Luiz Inácio. É... Pediram isso no congresso do PT. Aqui não tiram.

Tiraram o Boris Casoy, Luiz Inácio. Aqui não tiram porque o Piauí não deixa. Entendem a diferença?

Mas aqui vai, e eu vou ler um artigo e trouxe este jornal. Ó Alvaro Dias, eu sou franco mesmo. Eu disse. Pensam que eu não disse? Eu disse para o nosso Presidente: "Olhe, rapaz, tire licença. Se eu fosse você..." Eu digo mesmo. "Chame o Tião, mande ele dirigir esse processo, e chame o Alvaro Dias para levar o barco do plenário, porque aí muda." Eu disse. Eu sou franco. Não tem negócio de... Eu sou do Piauí. Está no Hino: "Piauí, terra querida, filha do sol do equador". Na luta, teu filho é o primeiro que chega. Nós é que botamos os portugueses para fora desta Pátria, na Batalha do Jenipapo.

Então, o requerimento para o meu amigo Geddel Vieira acudir os que estão morrendo lá. Mas por que eu trouxe este jornal? É do Piauí. Olhem bem. Eu gostei da charge: um canhão e "buff". Mas há um artigo aqui muito bom. E é raro. Parece até que sou marqueteiro do **Diário do Povo**, mas não sou não. Já falei desse cara, que era o Carlos Castello Branco, do Piauí.

Romeu Tuma... MST bom é Mão Santa e Tuma. Esse é o MST do bem. Zózimo Tavares. Eu disse... Ô Wellington Salgado, V. Ex^a tem orgulho da história de Minas, e o melhor jornalista da história do Brasil foi Carlos Castello Branco, do Piauí. Havia a coluna do Castellinho, na ditadura. Ele tinha essa coragem própria de nós piauienses. Mas, olhem aqui, Zózimo Tavares é a reencarnação. Esse artigo é tão importante, porque ele é um iluminado, é da Academia de Letras, autor de livros. Isso já ressaltei. Tuma, eu nunca o vi repetir artigos de outros autores. Ele que é o nosso Carlos Castello Branco. Isso me chamou a atenção. Escreve bem, é acreditado, é da Academia de Letras, ajudou Evandro Lins e Silva a fazer seu último livro.

Então, ele transmitiu... Áí, Mário Couto, eu chamei. E de quem é? De Tomaz Teixeira, um jornalista que combateu a ditadura, na ditadura mesmo. Foi Deputado Estadual, bravo jornalista e presidente do PMDB nos anos difíceis, de chumbo. Áí ele transcreveu. Pensei: é uma anomalia, esse artigo deve ser bom. Porque o Zózimo, inspirado, escreve bem, não precisa copiar. E esse Tomaz Teixeira foi o homem que mais ajudou Alberto Silva a crescer. Alberto Silva, que foi nosso companheiro. Ele era o líder do Alberto Silva. E pensei: isso tem alguma coisa... Como é que o Zózimo está escrevendo... Ele escreve tão bem, talvez seja o melhor jornalista hoje da nossa Pátria, como Carlos Castello Branco foi no passado. "E se o PT fosse oposição?" Achei estranho, o Zózimo... Olhem aí o que diz Tomaz Teixeira:

Os brasileiros não aceitam petistas e o próprio Presidente Lula dizerem que o escândalo do mensalão não atingirá o presidente da República. Diante de tanta hipocrisia, de tanto descaramento político, é de se perguntar: como seria o escândalo do mensalão se o PT estivesse na oposição?

Wellington Salgado, já lhe concedo o aparte. Deixe-me terminar o pensamento do jornalista, que é seu e de Minas.

Imagine o escândalo do mensalão, num eventual governo de José Sarney, FHC ou de Itamar Franco [nossa bom mineiro!]. Aquele PT, o partido mais radical dos últimos 50 anos no Brasil, teria um comportamento demolidor

e destrutivo. As bandeiras vermelhas com o 13 do PT [...] tomariam conta das ruas com os militantes desses partidos. E gritariam o refrão muito usado [...]: "Fora fulano!", "Fora beltrano!", "Fora cicrano!", "Impeachment Já!", "Chega de roubalheira!", "Xô ladrões!"

Lula, com cara amassada de insônia por noite mal dormida pela vergonha do escândalo do mensalão, execrando o PT e seu governo, com a denúncia dos 40 larápios com estreita ligação com o Palácio do Planalto, diz na televisão que o acatamento da denúncia contra os envolvidos serve para mostrar para o mundo a maturidade política do País e a liberdade das instituições em julgar o seu governo, o que caracteriza a estabilidade de nossa democracia. Que tal?

Se o PT fosse oposição, o Genoino rodaria a baiana na Câmara com cara de guerrilheiro frouxo; Mercadante arregava o seu bigode de paladino da moralidade pública, querendo uma CPI para apurar tudo e derrubar o presidente; Suplicy ficaria pregando o impeachment do presidente, em nome da decência e da ética; José Dirceu, com a cara de falso paladino da moral, pregava eleições já para aproveitar o escândalo e ter a chance quem sabe de emplacar Lula no poder; Marta Suplicy não perdoaria, aproveitaria para fazer um apelo às mulheres para que fossem às ruas e, juntas, ajudassem a pedir a destituição do presidente. Marta, com muita ira e vermelha de cólera, com certeza não conseguiria relaxar nem gozar. Todos dariam os braços e sairiam puxando o cordão de revoltados ao longo da Avenida Paulista, ex-palco de pregações e encenações de moralidade política dos petistas.

Mas, infelizmente o PT não está mais na oposição. De estilingue, passou a vitrine e agora é o maior símbolo do seu descalabro político, sem ética e sem moral. A corrupção, a ladroagem, a desfaçatez e a falta de vergonha apodrecem o partido que nasceu em nome da ética.

Texto de Tomaz Teixeira, ex-presidente do PMDB do Piauí. Zózimo abriu sua coluna, e essa é a voz dos piauienses.

Mas, Romeu Tuma, estamos aqui mostrando essa reação. E um quadro vale por dez mil palavras. Tenho aqui uma prova, o Senador Almeida Lima, que é de Aracaju. Modelo da ponte do Sesquicentenário de Teresina. Copiaram a de lá, estão há seis anos fazendo, e o Governo parado. Esse Governo aí. No mesmo rio,

Mário Couto, com o dinheiro dos piauienses, operários piauienses, engenheiro do Piauí, construtora do Piauí, Lourival Parente, eu fiz uma ponte em 87 dias. E esse Governo, desde o início, está aí já com quase seis anos, e fizemos em 87 dias. O Heráclito fez, no mesmo rio, uma ponte em cem dias. É isso. As obras não terminam, é ladroagem, não tem dinheiro que chegue. É a corrupção.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, essa riqueza... Foi uma ofensa realmente, porque você é o Wellington Salgado. Desculpe-me. É aquele sal que está na Bíblia e que representa a grandeza de Minas Gerais.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Obrigado pelo aparte, mas o aparte era para ser feito no início do seu pronunciamento. Quer dizer, V. Ex^a falou de tantos assuntos, inclusive esse. Para mim, é uma honra muito grande ter um nome igual ao do Governador do Estado de V. Ex^a. Entendo perfeitamente a posição de V. Ex^a, que, no momento político, está contrário ao Governador. De qualquer maneira, se eu tivesse também o nome de Mão Santa, para mim também seria uma honra. Agora, Ex-Governador e atual Senador, no momento em que eu ia fazer o aparte a V. Ex^a era para falar de Floriano, uma cidade do Piauí pela qual eu tenho o maior carinho. Sei que lá não há problema de água, basta cavar um pouquinho que a água jorra. Conheço muito bem aquela região. Se fosse possível montar uma canalização para a região, que tem problema de água no Piauí, com certeza, aquela região iria contribuir muito para o Piauí. V. Ex^a sabe que o Piauí tem o maior lençol freático do Nordeste. Parece que foi colocado tudo embaixo do Piauí. Se V. Ex^a pegar o mapa, vai ver que água embaixo do Piauí não falta. Então, era só esta colocação, mas depois vieram tantos assuntos que vou ficar só neste, porque o Senador Papaléo também queria fazer um aparte a V. Ex^a. Quero, finalmente, dizer que eu tenho um carinho especial pela cidade de Floriano, do Estado de V. Ex^a, que costumo freqüentar de vez em quando e estou até com saudades de ir lá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A cidade de Floriano é abraçada pelo rio Parnaíba, que nos separa ou nos une ao Maranhão. O Piauí tem 19 rios, seis perenes, onde a água jorra. V. Ex^a sabe que o Piauí é o Estado do Nordeste que tem mais fronteira. Nós fazemos fronteira com o Ceará, com a Paraíba e com Pernambuco. Quarenta por cento do Estado está no semi-árido e há mais de uma centena de cidades dessa região que não tem água.

É como Minas. Deus deu muito ouro para Minas, deu aquela figura do Tiradentes, que se sacrificou num momento melhor do que este, quando o Governo co-

brava um quinto de imposto; agora é uma banda, uma meia. Quando veio a derrama e Tiradentes se sacrificou, o imposto, Papaléo, era um quinto, 20%; agora é a metade, é uma banda. Não quero que V. Ex^a dê o pescoço, mas Minas, que tem tanta gente boa, como Juscelino, que foi humilhado aqui e cassado.... É melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.

Eu queria dizer que a mulher mais bonita do Brasil hoje é mineira. Fui convidado para dar um troféu a ela. Ela foi ao Piauí, convidada pelo nosso cronista social maior, o Nelito Marques, o nosso Ibrahim Sued. Ele me chamou para entregar o troféu da Miss. Eu estava na festa, e ele insistiu para eu falar. Falar em festa é chato. Sabemos disso, não é, Tião? Ele disse: "Diga alguma coisa." No meio, eu só disse: "Ela empata com a Dona Adalgisa." Quando cheguei à mesa, eu disse: "Menti. Que não me levem para o Conselho Ética, porque ela perde mesmo."

Mas quero dizer que Deus não deu uma praia para Minas. Então, façam uma lei aqui, um decreto: a praia de Minas tem de ser a praia do Piauí, do delta do rio Parnaíba, que tem 66 quilômetros. Então, façam uma lei boa.

Mário Couto, quero ir à Ilha de Marajó.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Para mim, seria uma grande honra receber V. Ex^a na Ilha de Marajó. Tenho certeza de que V. Ex^a já tem, naquela ilha, vários fãs, porque V. Ex^a defende os direitos daqueles mais necessitados. Eu queria apenas lhe perguntar uma coisa, que quero anotar aqui: como é o nome desse jornalista que escreveu essa matéria que V. Ex^a leu? Eu queria mandar um e-mail para ele, parabenizando-o pela singular inteligência que ele tem e pela grande realidade que expressou nessa matéria que V. Ex^a leu. Se V. Ex^a puder me dizer o nome agora, tudo bem. Senão, ao descer da tribuna, empreste-me esse jornal. Quero saber o nome desse jornalista, porque pretendo passar um e-mail para ele, pela brilhante reportagem que fez.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O pai da coluna é Zózimo Tavares, é ele que sempre escreve. Mas ele cedeu – aí me chamou a atenção – para um jornalista, que foi Deputado, foi Líder do Senador Alberto Silva – e o Senador Alberto Silva deve muito da sua grandeza política –, foi Presidente do PMDB, e hoje tem um site. Ele escreveu lá, e o Zózimo captou e colocou aqui. E eu trago para o Senado Federal e para o Brasil ouvirem a voz dos piauienses.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Muito feliz essa reportagem. Quero parabenizá-lo pela sua brilhante

explicação na tarde de hoje e quero, mais uma vez, dizer que tenho profunda admiração por V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, acho que vou conhecer a Ilha de Marajó antes do seu Estado. É o único que não conheço. Ao do nosso amigo Tião Viana eu já fui. Que beleza de Estado, de gente, de administração. O Amapá de V. Ex^a eu não conheço. Será que vou receber o convite do Senador Gilvam Borges? V. Ex^a vai deixá-lo passar na frente?

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Não, vai ser meu o convite. Vamos preparar uma festa muito bonita para V. Ex^a, que é muito querido no meu Estado e que merece. Daqui a pouco, vou fazer uso da palavra e vou fazer uma referência sobre esse congresso, sobre esse encontro do PT, no qual muitos assuntos discutidos internamente atingem outros partidos. Ou seja, já perderam a ética nesse sentido. Mas quero registrar e lembrar ao povo brasileiro que o pilantra a que V. Ex^a se refere, que é esse tal de Ricardo Berzoini, já era chamado de pilantra pelos velhinhos, quando ele foi da Previdência Social e fez os velhinhos irem, até de maca, fazer seu recadastramento nos postos de recadastramento. Esse cidadão, que me parece ser de um regime totalitário, faz uma proposta de extinção desta Casa, do Senado Federal. Realmente, isso é mais um chamado de atenção para nós. Eu já fiz um pronunciamento sobre o assunto. Mais uma vez, chamo a atenção de todos para o risco que nós corremos na nossa democracia. Nós estamos vendo um caminho para o "chavismo", e este é mais um sinal, porque esta Casa é uma casa da resistência, e o Governo sabe que não "pinta e borda" aqui dentro. Ele sabe muito bem disso. Então, nós temos que zelar por esta Casa, repudiar a ação desse homem, desse cidadão e dizer que o brasileiro precisa manter o seu regime democrático, porque este povo nasceu com a democracia e não pode se entregar para um Partido que teve, no início da sua formação, o fingimento de ser um Partido democrático. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, incorporo e aceito o convite de ir...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente Alvaro Dias, do Paraná, com a nossa fraternidade da Boca Maldita, pela qual fui homenageado.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de dar um conselho ao Presidente Renan Calheiros.

Renan Calheiros, cada qual no seu cada qual, como diz um filósofo do Piauí, Virgílio Néri. Eu não sou do Conselho de Ética. Parece-me que ele vai se reunir na quarta-feira. Na terça-feira, Senador Renan

Calheiros, traga para cá esses vetos. Ô Renan, estou lhe dando uma saída! É aí que V. Ex^a vai mostrar para o País a firmeza. Agora, pega o telefone, reúne e manda os vetos. Mande, por exemplo, o dos velhinhos, aquele em que o Luiz Inácio diminuiu o aumento. Nós demos 16,7%, e ele baixou para 3% ou 4%. Mande o da Sudene, pois estão morrendo na seca, e isso era papel da Sudene. Isso é para nós discutirmos. Mande também o da Anac. Um Deputado Federal fez uma emenda, que ele vetou, pela qual este Congresso poderia destituir quaisquer desses diretores que não tivessem competência para exercer os cargos. Isso para começar.

O Senador Tião Viana, com sua inteligência privilegiada, tem outros vetos, que deveriam ser discutidos. Ele é para isso, Luiz Inácio.

Quando eu era prefeitinho, os vereadores derrubaram meu veto. Quando era governador, os deputados estaduais derrubaram meu veto. Não estou aqui, Presidente Luiz Inácio, humilhado. Não! Estou exaltado, porque faz parte do entendimento do jogo democrático.

Então, encaminharei, Sr. Presidente, este requerimento ao Ministro Geddel Quadros Vieira Lima, para minimizar o sofrimento do povo que enfrenta a seca no Estado do Piauí.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OF. GSMS nº 71/2007

Brasília, 3 de setembro de 2007

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo diante de tão importante Ministério da República, demonstrando competência, sensibilidade política e compromisso com o Brasil e em especial com a região Nordeste, venho solicitar a Vossa Excelência a liberação de recursos para socorrer as populações de mais de uma centena de municípios que sofrem com os efeitos da seca no Estado do Piauí.

O quadro em todo o sertão do Piauí é grave, vidas de homens e animais são ameaçadas pela falta de água e alimentos, o que faz o nosso apelo merecer deste Ministério relevante atenção.

Confiante na capacidade gestora e sensibilidade social de V. Ex^a aguardo com otimismo uma resposta positiva ao nosso apelo.

Antecipando agradecimentos, reitero a Vossa Excelência protestos da mais alta consideração. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza (Mão Santa).**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por cessão da Senadora Serlys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srs e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal uma manifestação pessoal, também, em relação ao último Congresso do PT, quando tivemos um extraordinário encontro do Partido dos Trabalhadores, um partido que tem em sua essência a democracia e o pluralismo de idéias, formado de maneira tão extraordinária a partir do movimento operário brasileiro, do movimento estudantil, das comunidades de base da Igreja, do movimento intelectual, de todos os cidadãos e cidadãs que acreditaram nas liberdades, na luta contra a ditadura e por um Brasil que de fato afirmasse a soberania de seu povo, indicadores de dignidade para o povo. Então, esse Congresso foi, mais uma vez, rico em debates, idéias e divergências, porque não se faz democracia sem a diversidade, sem as diferenças de idéias, sem as teses mais distintas.

O meu Partido conseguiu reunir, naquele evento, uma extraordinária presença de militantes e grupos organizados, que têm suas idéias e matizes ideológicos de pensamento, de organização e de visão de intervenção da sociedade.

Por essa razão, não tenho como não ser frontalmente contrário às adjetivações que foram feitas ao meu Partido aqui e também às específicas em relação ao Presidente Ricardo Berzoini, um grande brasileiro, um homem que deu enorme contribuição à democracia, um ex-Ministro de Estado, um cidadão que representa muito bem a autoridade do Partido diante da democracia brasileira. Evidentemente, esse debate envolve respeito à opinião de todos. Não me cabe ter nenhum tipo de intervenção no tocante à opinião dos outros, a não ser a humilde discordância que a democracia, com sua autoridade, me permite.

Mas o que me traz aqui é uma divergência de conteúdo em relação ao Presidente Ricardo Berzoini, no que diz respeito a seu entendimento sobre o Senado Federal. S. Ex^a entendeu que o Senado era uma Casa prescindível; poderíamos viver num sistema unicameral no Brasil e, com isso, ganharia a federação. Isso me trouxe uma franca divergência de idéias. E como procurei reportar-me em relação a isso? Vejam bem: neste fim de semana, como amplamente divulgado, ocorreu o Congresso do Partido dos Trabalhadores, evento que reitera a prática histórica que tão bem caracteriza o PT. Qual seja: o inarredável compromisso

com o debate e a troca de idéias, além da cabal demonstração de sua própria vitalidade.

É comprensível que, em situações dessa natureza, surjam teses as mais variadas. Não foi diferente dessa vez. Assim, ao tempo em que são discutidas e aprovadas resoluções, muitos temas são oferecidos ao debate, o que, em si mesmo, é altamente positivo. Isso não significa dizer que haja concordância com as propostas apresentadas, razão pela qual o Partido que as acolhe estimula o debate em torno delas para aprovação ou rejeição.

É justamente pela proposta de uma dessas idéias ventiladas por ocasião do encontro de São Paulo que ocupo a tribuna neste momento. Trata-se da opinião manifestada pelo Presidente do meu partido acerca de uma eventual supressão do Senado e a instituição de um Parlamento Unicameral, tal como acontece em muitos outros países.

Venho à tribuna para externar minha posição rigorosamente contrária à do Deputado Ricardo Berzoini. Faço-o por respeito ao companheiro, merecedor de toda a nossa consideração; faço-o por atenção ao pensamento de parcela dos militantes partidários; faço-o também para cumprir o que considero um dever de quem optou pela vida pública: o de não se omitir jamais, o de ter posições e externá-las sem dubiedade.

Sintetizo aqui algumas das razões pelas quais sequer admito cogitar a discussão em torno da extinção do Senado Federal. A primeira dessas razões é de ordem histórica. A maior e mais importante obra de engenharia política que o Brasil protagonizou foi conquistada, a independência, em grande parte fruto da madura negociação de assegurar a integridade do imenso território nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essa vitória nós a obtivemos em larga medida, graças à ação ponderada, cautelosa e prudente dos integrantes do Senado Federal. Que ninguém ouse pensar ter sido essa uma tarefa fácil, basta verificar o ocorrido com as antigas colônias espanholas da América. O sonho bolivariano da unidade se dissolveu na fragmentação dos novos países. Concreta e objetivamente, havia o risco de que algo semelhante acontecesse entre nós. É suficiente lembrar o separatismo claramente defendido pela Confederação do Equador, no Nordeste, em 1824; pela Revolução Farroupilha, que incendiou o Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845.

A segunda razão, Sr. Presidente, é essencialmente institucional. Proclamada a República em 1889, a Constituição de 1891 consagrava, entre nós, o federalismo – a meu ver, avanço notável, quando comparado com o unitarismo vigente no Império. Um País de dimensões continentais, assinalado por evidentes

contrastes regionais, encontrou no Federalismo a saída adequada para o respeito às diferenças, para a correta compreensão de que o todo, a Nação, teria de ser formado por partes; as unidades federadas, pelos Estados, respeitadas em suas singularidades e características específicas. Coube ao Senado Federal assegurar, no campo político-institucional, a concretização desse objetivo.

Assim foi ao longo do tempo. Interessante destacar que o federalismo e o seu fiel mantenedor, o Senado, deixaram de existir ou sofreram graves mutilações apenas em períodos de exceção ou francamente autoritários. Foi assim durante o Estado Novo de Vargas, de inspiração fascista; foi assim ao longo do período militar instaurado pelo Golpe de 1964. Ora, o horizonte que hoje descortinamos em nosso País, felizmente, não vislumbra nada que minimamente possa se assemelhar à ditadura. Portanto, que o Senado continue a cumprir a sua missão tão própria da democracia!

Em meio a tantas vicissitudes, a grande vitória política do Brasil, da Independência aos dias de hoje, foi ter assegurado sua integridade territorial e ter construído uma estrutura federativa. Creio que ambos, federalismo e integridade territorial, são faces da mesma moeda, um se sustentando no outro. Ao Senado, ainda mais indiscutivelmente no Período Republicano, cabe arbitrar divergências, aparar discrepâncias e assegurar o equilíbrio da União.

Por fim, mas não menos importante...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Tião Viana, quando V. Ex^a puder, eu gostaria que me concedesse um aparte.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a e ao Senador Marcelo Crivella apenas a conclusão de mais um raciocínio e já, com muita honra, concederei aparte a V. Ex^as.

Por fim, mas não menos importante, enfatizo o papel de absoluta centralidade política adquirida pelo Senado a partir de meados da década de 70. Foi graças às históricas eleições de 1974, quando a Oposição conquistou 16 cadeiras entre as 22 em disputa, que os alicerces da ditadura começaram a ser efetivamente abalados. Desde então, nada de importante para o País deixou de contar com a presença vigorosa desta Casa. A tradicional prudência que sempre a caracterizou somou-se à experiência política de seus integrantes, fator decisivo para o encaminhamento do fim do regime militar, para a volta do poder civil, para a elaboração da nova Constituição e para a superação do trauma proveniente do inédito **impeachment** presidencial, entre tantos outros acontecimentos marcantes.

Antes de dar continuidade ao meu pronunciamento, concedo o aparte ao eminentíssimo Senador Marco Maciel e, a seguir, ao Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa, gostaria de apartear V. Ex^a para fazer breve consideração sobre alguns pontos que V. Ex^a fere no seu discurso. V. Ex^a, Ex^a citou com muita propriedade, a questão da Federação no Brasil, que antecede as aspirações republicanas. José Bonifácio, o Patriarca da Independência, era extremamente preocupado com a consolidação do Império e a unidade nacional. Tinha presente que a questão brasileira somente seria resolvida com a descentralização, sinônimo de Federação; ou seja, descentralização rima com Federação. E a mesma coisa poderíamos dizer com relação a Rui Barbosa, que somente se converteu em republicano depois de ver que, na Monarquia, não se conseguia uma federação. O mesmo ocorreu com um conterrâneo meu, Joaquim Nabuco, não menos ilustre, que, durante toda a sua vida – era monarquista convicto – defendeu a Monarquia mas entendia que deveríamos ter uma Monarquia federativa. Um país com a extensão territorial e a expressão demográfica do nosso não pode ser governado a partir de Brasília, de forma centralizada. Faço tal observação por V. Ex^a mencionar proposta que está surgindo com vistas à extinção do Senado. Ora, acabar com o Senado seria, no caso, extinguir a peça mais importante de toda vertebração federativa. Quando concebemos o Senado como Casa da Federação, estávamos agindo sob a inspiração do constitucionalismo norte-americano, que criou o mais robusto Estado Federal no mundo. A Constituição americana, de 1787, com mais de 200 anos de existência e pouquíssimas emendas, tem como ponto nuclear a questão da descentralização da república. Um dos últimos Presidentes dos Estados Unidos – pode ter sido Clinton ou Bush – pai que o antecedeu – disse, certa feita – tenho o discurso em casa – que é bom ter presente que não foi a União que criou os Estados; foi o contrário. Foram os Estados que criaram a União. Com isso, quero dizer como os norte-americanos, os estadunidenses, têm consciência de que a Federação é essencial ao País. Por isso, eles conceberam o Senado, que foi fonte de inspiração para os nossos constitucionalistas em 1891, isto é, um Senado que seria a Casa da Federação, onde todos os Estados, independentemente da expressão territorial ou da significação demográfica, tenham o mesmo número de Senadores. Nos Estados Unidos, são dois Senadores por Estados. Há 50 Estados, e todos têm dois representantes. No Brasil, optamos por três representantes por Estado e, independentemente de tamanho, de peso territorial ou de expressão demográfica, todos têm a

mesma representação. Roraima, o menor Estado do País em termos demográficos, tem o mesmo número de Senadores de São Paulo, o Estado mais rico da Federação, economicamente falando, e de maior número de habitantes. Extinguir o Senado é desvertebrar o pilar central da institucionalidade brasileira, porque somos, por definição, desde a Carta de 1891, uma República Federativa bicameral e presidencialista. Para encerrar e não tomar muito tempo do discurso de V. Ex^a, gostaria de lembrar que, ao longo de todo o percurso republicano, sempre a Federação foi considerada cláusula pétreas. Veja, a República também o foi sempre, mas acontece que, na Constituição de 1988, admitiu-se, aliás um equívoco, que a República podia ser excluída da relação das instituições que seriam amparadas pela imutabilidade do Código Constitucional, mas não a Federação. A Constituição de 1988, entre os seus dispositivos, dispõe, a exemplo das anteriores, que não se admitirá emenda tendente a abolir a Federação. Via de consequência, não pode admitir extinguir o Senado. Então, encerro o aparte à manifestação de V. Ex^a, para me associar integralmente ao pronunciamento que faz. Espero que idéias nesse sentido não prosperem, porque vêm contra a descentralização do processo de crescimento do País e aquilo que constitui a própria essência do Estado brasileiro, porque vai provocar a hegemonia dos Estados mais populosos, mais fortes economicamente, em detrimento dos Estados mais carentes e menos desenvolvidos do ponto de vista econômicos e social. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço imensamente o elegante e elevado aparte que V. Ex^a faz ao meu pronunciamento. V. Ex^a é um dos maiores estudiosos neste País da vida institucional do Estado brasileiro, das suas responsabilidades como República Federativa, da visão de territorialidade, da nossa geopolítica, da história das Constituições. V. Ex^a sempre enriquece o Senado com a sua postura de estudioso, de alguém que olha um Brasil atual para o século XXI, que tem a capacidade de entender o passado para poder interferir, da melhor maneira, no presente, para assegurar um futuro de Estado-Nação que tanto almejamos. Então, o seu aparte enriquece o meu pronunciamento e é integralmente absorvido.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Tião Viana, quero ser muito breve. Afonso Arinos dizia que a concepção do Senado era de inspiração divina, porque os pais da Pátria americanos, Washington, Jefferson e Adams, quando se reuniram, imaginavam ter uma assembléia bicameral para garantir leis justas. Mas não sabiam como fazer isso. Então, foram para casa dormir. Já era alta a noite. No dia seguinte,

Jefferson voltou com a idéia. Eles se propuseram a orar e buscar a Deus por uma inspiração – daí Afonso Arinos ter dito que o Senado era de inspiração divina. Jefferson voltou e disse: “O Senado vai representar as províncias – eram 13 naquela ocasião – e vamos ter leis mais justas”. Alguém perguntou a ele: “Mas para que essa despesa? Nós já vamos ter aqui a casa dos comuns, os Deputados”. Eles não queriam ter uma casa de lordes, como a Inglaterra, que era a inspiração que tinham na época. Portanto, fizeram uma representação da Federação das 13 províncias. Nesse momento, ele estava tomando uma xícara de chá, com o costume inglês de colocar um *spot of milk* (uma gota de leite). Ele disse o seguinte: “Vai ser para isto: para esfriar”. O Senado é onde não só se retempera a nacionalidade. V. Ex^a disse bem. Nos idos do século XIX, foi aqui que nasceu a idéia de nacionalidade, antes da República Federativa, com o Senado representando as províncias que queriam se separar. E V. Ex^a se referiu muito bem ao fato de a Constituição republicana consagrar como cláusula pétrea, impositivo de todas as constituições brasileiras desde então, o nosso regime federativo. Quando alguém tenta quebrar essa vértebra, parece que a proposta vem de um invertebrado. E V. Ex^a faz, neste instante, um pronunciamento muito lúcido, mostrando que esse não é o pensamento de todos. Meu Deus, se não há perspectiva histórica nessa proposta, será por que vem de um líder tão importante a idéia de fechar o Senado? Será que é pelas crises por que passamos agora, com o Presidente da Casa sendo submetido ao Conselho de Ética? Eu acho que esses momentos não devem servir de base para decisões intempestivas que vejam o momento e não a retrospectiva. Nem também se deve imaginar acabar com o PT por serem 40 os julgados e admitidos no Supremo, comandados pela cúpula do PT. O PT é muito mais do que os 40 do pretenso esquema do mensalão, como o Senado é muito mais do que problemas que ocorram com seus membros. Quero parabenizar V. Ex^a, que, no Partido dos Trabalhadores, sempre traz aqui uma palavra calma, uma palavra lúcida, mostrando que V. Ex^a é dos maiores do seu tempo e, sobretudo, do seu Partido, para dar à Nação brasileira um contrapeso, uma outra visão, uma outra palavra, muito mais equilibrada, e, eu diria, com certeza, mais próxima do sentimento nacional. Parabéns a V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço imensamente a V. Ex^a, Dr. Marcelo Crivella, que é um dos mais brilhantes tribunos que esta Casa já teve e que só enriquece também o meu pronunciamento.

Com a palavra, para um aparte, o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Tião Viana, quero ir na mesma linha dos que me antecederam e parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz hoje à tarde. Quero dizer que a mim, especialmente, ele me traz uma tranqüilidade porque eu ia à tribuna exatamente fazer críticas à proposta feita pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores. E fico muito feliz e tranqüilo em saber que a proposta dele não é a proposta do PT e que membros do PT discordam, como é o caso de V. Ex^a, que sempre teve seus enfoques próprios, as suas idéias próprias, as suas vontades próprias. Isso me faz, cada dia mais, admirar V. Ex^a. É crítico, sabe ouvir, sabe debater, debate com ética e tenho certeza, Senador Crivella, que não é o problema do caso do Presidente desta Casa que faz uma afirmação tão conturbada do Presidente do PT. Não é. Tenho certeza de que não é porque esse caso, o Senado está levando-o como devia: com democracia, ouvindo as partes, questionando, apurando e tenho certeza – vou terminar – de que a democracia não vai ser quebrada. Tenho certeza porque, se for quebrada, será a decepção para o País inteiro. Tenho certeza absoluta de que esse caso do Presidente do Senado vai ser apurado com democracia até o seu final para saber quem tem culpa e quem não tem culpa. Tenho certeza de que não foi por isso a afirmação do Presidente do PT; foi uma infeliz afirmação, que logicamente deve ser questionada, assim como V. Ex^a está questionando. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a na tarde de hoje, que me traz tranqüilidade e me fez, inclusive, riscar este item do meu pronunciamento. Parabéns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço também a V. Ex^a, Senador Mário Couto, tribuno excepcional que esta Casa ganha e um guardião do Estado do Pará, um grande defensor dos interesses da Amazônia e que acompanha todo o debate nacional de maneira vigilante e judiciosa nesta Casa. Muito obrigado.

Sr. Presidente, o Senado é a única instância de representação popular existente no País cuja missão primordial é garantir igualdade entre entes desiguais. Imaginar sua supressão é, a rigor, aceitar que algumas unidades da Federação possam naturalmente jogar todo o peso de seu poderio para o atendimento de seus pleitos, passando à maneira de rolo compressor sobre as regiões mais carentes e indefesas. Aceitar isso é compactuar com o retrocesso e admitir a perpetuação da desigualdade e é, na prática, submeter-se ao Estado unitário.

Contra tudo isso, digo não. Preservar o Senado é defender a essência do que somos como Nação, irmãos no projeto maior de construção da Pátria que sonhamos, uma pátria que seja de todos e que possa contar com uma instituição respeitada, poderosa e le-

gitimamente constituída, o Senado, cuja vocação é a de promover o equilíbrio regional, condição primeira para o equilíbrio social.

O Senado é indispensável!

O Senado é insubstituível!

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu não poderia também, por questão de consciência e de responsabilidade política com o mandato, com os setores que estão identificados com meu mandato e meu trabalho também, deixar de tratar de outro assunto polêmico no meu Partido.

Ressalvo a riqueza da pluralidade que envolve o PT. Lá temos um ambiente de absoluta liberdade, de democracia plena, de divergências as mais amplas. Isso só enriquece a vida brasileira. No entanto, outro ponto me afetou diretamente: a aprovação de uma resolução a favor do aborto, da descriminalização do aborto.

Entendo que foi uma matéria conturbadamente discutida, porque redundou em uma certa hostilidade a uma defensora contrária a esta tese, que foi a Deputada Ângela Guadagnin, a quem aproveito para externar a minha solidariedade à coragem que ela teve de assumir as suas posições. Entendo que esse debate tem de ser mais bem amadurecido e mais bem depurado. Pessoalmente, já fiz contato com vários parlamentares. Estamos estudando os recursos que a democracia partidária nos dá para recorrer de tal decisão, se for possível; senão, proclamaremos uma nota deixando claríssima a nossa posição contrária a esse entendimento de uma parte setorial do Partido dos Trabalhadores.

Por formação cristã, por princípio e por consciência, sou absolutamente contrário ao tema legalização do aborto ou à introdução de outro elemento nesse assunto que não envolva o que já está na Constituição brasileira, salvo pequenas ressalvas como, por exemplo, o assunto eutanásia, que deve ser discutido de maneira mais ampla numa visão bioética, numa visão mais holística da sociedade. No entanto, o tema aborto encontra a minha absoluta reprovação. Penso que deveríamos, sim, concentrar todo o esforço de uma política de governo a favor da prevenção e de assegurar às mulheres brasileiras o fim da gravidez indesejada, com educação sexual, com anticonceptivos, já numa divergência clara com a linha religiosa da Igreja Católica, numa visão clara de todos os meios de informação, proteção e responsabilidade da sociedade brasileira com a prevenção da gravidez indesejada. Não tratar a consequência, mas, tratar a causa me parece o elemento mais oportuno.

Então, deixo claro que jamais romperia com minha consciência para me submeter a tal resolução dentro do meu Partido. Felizmente a democracia do

Partido dos Trabalhadores garante, como princípio do seu Estatuto, a convicção e o voto dado por razões de consciência. E é a ele que me apego, o que não impede também o recurso para o amplo debate interno, inclusive o recurso para tal decisão, na rica democracia que o Partido dos Trabalhadores oferece ao Brasil como opção de poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Meus cumprimentos ao Senador Tião Viana pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, como Líder do PRB e, em seguida, ao Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ).

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, demais presentes que abrilhantam nosso Plenário, profissionais da imprensa, venho à tribuna do Senado para fazer algumas considerações sobre alguns acontecimentos da semana passada.

Eu gostaria de começar o meu pronunciamento fazendo uma reminiscência, trazendo à lembrança uma frase de um dos brasileiros mais ilustres da primeira República, sem demérito para nenhum dos brasileiros que a presidiram com heroísmo e patriotismo, como o vulto dessa Casa, Rui Barbosa. Refiro-me ao Marechal Floriano Peixoto, que talvez tenha sido o brasileiro mais conspícuo, que disse uma frase que vale a pena ser lembrada. Ele dizia o seguinte, Senador Dornelles: “Que se dos moderados não se deve esperar decisões supremas, também dos exaltados não se pode esperar decisões seguras”.

Recentemente houve no bojo dos acontecimentos do caos aéreo a fatalidade do acidente com o avião da TAM. Nos momentos que se seguiram, e isso é natural, procuramos um culpado. É da natureza humana, repito, na tentativa de aplacar a dor que as tragédias nos impõem procurar sempre um culpado. O culpado normalmente é o mais poderoso, o mais forte e caem as culpas normalmente sobre o Presidente da República, porque não tomou decisões ou ações. A princípio, achávamos que a pista não tinha as ranhuras necessárias para o atrito com os pneus, depois culpamos a Anac, culpamos o Ministro.

Hoje, as investigações apontam para uma mistura de falha humana com falha mecânica. No entanto, para aplacar nossa dor, demitimos um Ministro e liquidamos uma agência. A nomeação do Ministro Jobim causou-me preocupação exatamente porque me trouxe

à memória uma frase do extraordinário brasileiro que foi Marechal Floriano Peixoto.

O Ministro confessou à Pátria que alterou a redação final de um artigo da Constituição Federal depois que havia sido votado. Fez isso nos passando a impressão de possuir um ego, uma auto-estima capaz de prejudicar uma autoridade investida de tamanho poder como o Ministro da Defesa. Naquela ocasião, como amigo, como Senador, como representante de três milhões e duzentos mil fluminenses, pelos quais devo falar, fiz um alerta da tribuna do Senado. Recentemente, o Ministro novamente entra nas páginas dos jornais para reacender uma discussão que tantas feridas deixou na história cívica da nossa pátria: os anos de regime militar e ditadura e possíveis atos de tortura.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que tenha por mim a mesma caridade e generosidade que teve com os demais oradores. Prometo a V. Ex^a terminar até antes.

Tratava-se, Sr. Presidente, de um documento emitido com respaldo do Governo brasileiro sobre as memórias ou sobre atos cometidos no passado, no regime que se iniciou em 1964.

É bom que toda Nação saiba que o Exército não pode ser confundido com torturadores que, por acaso, tenham se excedido vestindo a farda gloriosa de Caxias, de Tamandaré ou do Brigadeiro Darque de Matos. É necessário também que se faça claro que a Lei da Anistia veio reparar todas as perdas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– ...e que ditadura nenhuma neste País há de imperar, porque somos uma civilização de generosidade cristã, de respeito ao direito e do culto à liberdade. Nesta terra, regimes de intolerâncias não prosperarão.

É também de se dizer, no terceiro ponto, que todos os torturados irão receber indenização, porque cabe ao Estado indenizá-los; mas não cabe ao Ministro da Defesa, no lançamento de um livro, se expressar da mesma maneira como se expressou na ocasião em que mudou deliberadamente, individualmente, de maneira monocrática um artigo da Constituição Federal cuja redação final não era aquela que perdura hoje porque não foi daquela maneira que foi votado pelo Congresso Nacional, ou pelo Congresso Constituinte.

Mais uma vez, nosso Ministro da Defesa ocupa as páginas do principal jornal do meu Estado, que, na manchete, diz o seguinte, Sr. Presidente: "Jobim cobra pressa para caso Renan".

Não sei se, entre as prerrogativas do Ministro da Defesa, está a interferência em outro Poder, no Poder

Legislativo, mas eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, que não me sinto à vontade. Sinto-me constrangido no momento em que todos nós estamos debrucados sobre um complexo processo que dividiu os Relatores no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que traz um relatório, poder-se-ia dizer, em determinados aspectos fundamentais inconclusivo da Polícia Federal, da perícia que foi encomendada, relatório que divide setores e Partidos desta Casa, relatório que parece só ter unanimidade na mídia – a qual acompanha os acontecimentos a certa distância. Sinto-me constrangido, repito, que decisões sejam tomadas de maneira açodada por cobrança de um Ministro do Governo que interfere em assuntos que absolutamente não lhe dizem respeito.

O Senado Federal há de decidir soberanamente, imbuído da responsabilidade que a Pátria lhe confere e iluminado pelas palavras bíblicas que dizem: "Maldito aquele que inocenta um culpado, mas maldito também aquele que culpa um inocente".

Sr. Presidente, esta Casa precisa se erguer diante dos olhos da Nação.

Recentemente, em discussões na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, termos de baixo calão, que jamais deveriam fazer parte dos Anais desta Casa, envergonharam a nós todos, sobretudo à Nação brasileira. Acho que já não devemos mais aceitar interferências e que devemos decidir soberanamente, como disse anteriormente, como Senado da República que somos, pelo direito e pela prerrogativa que temos por tradição, por imposição legal, por princípio republicano e, sobretudo, pela moral que todos temos e que serve de exemplo aos nossos compatriotas.

Não cabe, Sr. Senador Alvaro Dias, nobre representante do Paraná, sermos cobrados por qualquer Ministro desta República ou Presidente de outras Repúblicas. Somos o Senado da República brasileira, Representantes do povo brasileiro e no momento certo tomaremos, guiados pela nossa consciência e pelos deveres que temos com a pátria, a decisão que nos cabe.

Muito obrigado Sr. Presidente, pela generosidade do tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Pois não. V. Ex^a merece, Senador Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, senhoras e senhores, o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, obtido – não estamos

aqui para colocar isso em dúvida – pela voz democrática das urnas, iniciou-se com o anúncio da superação dos vários problemas que haviam turbado os primeiros quatro anos da administração petista.

Os escândalos de corrupção, assim o disseram, não eram de responsabilidade do Primeiro Mandatário, isentado que fora pela manifestação majoritária do povo. O emperramento da economia, assim o disseram, era resultante de uma suposta “herança maldita” do período precedente e, agora, “corrigida” pela administração popular e democrática, poderia ser destravado.

Anunciaram, por exemplo, a panacéia do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, pelo qual – iríamos todos constatar, foi o que disseram – o País retomaria o crescimento econômico que vinha sendo “engessado” pelas “élites”, que sempre haviam governado, ao arrepio dos interesses legítimos da população – isso disseram e continuam a dizer.

E o que é, agora, dos projetos do PAC? Nada ou quase nada saiu do papel. Isso quando não ficou mesmo somente na voz que anunciou, a morrer no seu próprio eco. Isso para não mencionarmos os escândalos que continuam a estourar nos mais diversos setores da administração. Realização, pelo visto, não é mesmo o forte do Governo petista, o que se torna mais evidente a cada semana de imobilidade.

Em contraste com essa balbúrdia federal, as administrações do PSDB, Senador Mário Couto, no Governo dos Estados de Minas Gerais, com Aécio Neves, já em seu segundo mandato, e São Paulo, nestes primeiros meses da atuação de José Serra, têm resultados sólidos a apresentar, fundados na objetividade fria dos números. Eles foram os destaques dos debates do Seminário sobre Gestão Pública, na segunda-feira, dia 13 de agosto, promovido em Belo Horizonte pelo Partido e pelo Instituto Teotônio Vilela, como preparação para o III Congresso Nacional do PSDB, a ser realizado em setembro.

A administração Aécio Neves à frente do Estado de Minas Gerais recebeu elogios entusiasmados do cientista político norte-americano Stuart Gilman, chefe do Programa Global das Nações Unidas contra a Corrupção. Ao visitar Minas e ser recebido pelo Governador, Gilman ficou conhecendo o trabalho da Auditoria-Geral do Estado, a Auge. Em seguida, declarou considerar Minas um exemplo para os outros Estados brasileiros, pelas medidas tomadas no controle interno e na fiscalização dos gastos.

De fato, a Auditoria-Geral do Estado tem sido um fator decisivo para a efetividade e a transparência dos serviços públicos do Estado. Ela tem um representante em cada um dos 57 órgãos e autarquias da administração estadual, e em cada uma das 15 empre-

sas do Estado. Esses representantes acompanham a execução orçamentária e financeira dessas unidades administrativas, garantindo a efetiva implantação dos programas do Governo, evitando desvios de recursos de qualquer tipo.

Minas é também o único Estado a dispor de um cadastro permanentemente atualizado de fornecedores impedidos de contratar com a administração pública, mantido pela Auditoria-Geral do Estado.

De São Paulo também nos têm chegado boas notícias. Dia 10 de agosto, por exemplo, tivemos conhecimento do fato de que o índice de mortalidade infantil atingiu, no Estado, seu mais baixo valor em toda a história. Comparado ao índice de meados da década de 90, houve uma queda de quase a metade: dos 24,58 por mil nascidos vivos, em 1995, para 13 por mil, em 2006. Isso é fruto, em grande parte, das ações do Governo em aprimorar o acompanhamento das gestantes nos hospitais públicos e na melhoria das condições de parto e pós-natal, além do treinamento de pessoal. Mas essa melhoria do índice é também resultante da persistente continuidade das obras de saneamento nos Municípios mais carentes por meio do Projeto Água. Com efeito, em um Estado relativamente bem atendido por serviços públicos de saúde, o saneamento é ação de primeira relevância.

A experiência do atual Governador José Serra como Ministro da Saúde, durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, constitui um garantia de sua compreensão da importância e de se continuar a progredir nesse campo.

Outros destaques entre as administrações tucanas são os dos Prefeitos Beto Richa, de Curitiba, e Wilson Santos, de Cuiabá. Richa tem dado continuidade aos trabalhos de urbanismo e transporte público que fazem da capital paranaense um modelo de planejamento urbano integrado, fator fundamental para a qualidade de vida. Santos, por seu lado, vem tomando as providências para que as obras de saneamento planejadas para a capital mato-grossense saiam do papel o mais rapidamente possível. No mês de junho, já estava realizando audiências públicas para licitação de três obras, uma das quais está incluída no PAC. Quer dizer, embora o Governo Federal durma, a Administração Pública de Cuiabá trabalha.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, cabe lembrar aqui que, em seminário do Partido, o economista Pedro Malan, ex-Ministro da Fazenda, denunciou o completo descaso do Governo Federal com a infraestrutura.

Energia, segundo Malan, é “um desastre”, disse após lembrar que não houve qualquer contratação de energia nova realizada pela administração Lula da

Silva. E quanto à construção de portos? Zero, disse o ex-Ministro. Para as rodovias, anunciaram parcerias público-privadas, depois recuaram.

Outro reconhecido economista, Gesner Oliveira, ponderou que o Governo Lula tem um sucesso aparente, possibilitado pelo fato de o mundo atravessar, no período, um ciclo favorável às nossas exportações. É uma janela de oportunidade para o desenvolvimento que estaria sendo desperdiçada, segundo Oliveira.

Resta a nós imaginar, neste momento, em face dessa observação de Oliveira, o dano potencial de um eventual aprofundamento da presente turbulência do mercado financeiro global, provocada pela quebra do sistema hipotecário norte-americano. Será que a economia brasileira está tão sólida em seus fundamentos quanto assegura o Ministro Mantega?

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, já são quatro anos e meio que ouvimos a cantilena de “herança maldita”, recitada por petistas e aliados a toda hora. Queixam-se da administração de um Partido que continua, onde quer que governe, a melhorar as condições de vida do povo, sob o elogio de insuspeitos organismos mundiais.

“Herança maldita”, essa sim, será o rastro do Governo petista: um Estado desestruturado, desaparelhado e minado pela mais desenfreada corrupção jamais vista no País.

Atravessemos esse período na vigilância e na esperança do dano mínimo. Espero que estejamos preparados com uma candidatura verdadeiramente sólida e capaz de empolgar o País em 2010. É o mínimo que podemos fazer.

Sr. Presidente, acabo de fazer um levantamento das conclusões tiradas das administrações do PSDB, quando do nosso encontro no dia 13 de agosto passado. Realmente, o nosso encontro foi produtivo, em que mostramos a preocupação do PSDB com o País, quando todas as lideranças usaram a palavra para tratar de assuntos sérios, pertinentes e no sentido de engrandecer ainda mais o nosso País, principalmente na área econômica e social.

Neste momento, eu não poderia deixar de fazer uma referência sobre o Congresso do PT. Lamento profundamente termos testemunhado, por meio da imprensa, a proposta ridícula e indecente do ex-Ministro da Previdência Ricardo Berzoini, que levou para lá a discussão da extinção do Senado, de tornar o Brasil unicameral. Isso, em minha opinião, não tem outra intenção senão a de, realmente, transformar este Governo Lula – temos que ficar atentos, de olhos abertos, para que isso não aconteça – em um governo totalitário, um governo dominador dos outros dois Poderes que compõem a democracia, o Legislativo e o Judiciário.

Nós todos sabemos que essa proposta tem muito a ver, sim, com a atual condição do Senado. Nesta Casa, o Presidente da República não pinta e borda, como acontece em um Parlamento com mais de 500 Deputados. Esta Casa é uma resistência à ditadura do Sr. Lula por meio das medidas provisórias. Nesta Casa, conseguimos discutir medidas provisórias e, inclusive, rejeitar algumas delas, porque a nossa Casa é a Câmara Revisora e a Casa que contém, na sua organização, pessoas que têm liberdade para votar. Nunca, jamais, se ouviu falar aqui em mensalão, mensalinho ou qualquer outra proposta de suborno aos Srs. Senadores.

Esse Sr. Berzoini, que foi aqui muito bem citado pelo Senador Mão Santa, é aquele que os velhinhos denominavam de “pilantra”. Por que fizeram isso? Quando era Ministro da Previdência, no período de recadastramento, ele obrigou os velhinhos a irem aos postos de recadastramento, muitos deles em ambulância, para provar que estavam vivos e que mereciam receber essa miséria de aposentadoria que o Governo brasileiro paga aos seus aposentados.

Então, Senador Mário Couto, quero deixar aqui o nosso repúdio à falta de responsabilidade de um cidadão como esse por falar publicamente sobre a extinção desta Casa. Ele não sabe o que é uma República Federativa.

Senador Mário Couto, ele disse que, nesta Casa, há um desequilíbrio nas representações dos Estados. Quem equilibra os Estados no Congresso Nacional é o Senado. Não há qualquer tipo de desigualdade. São três Senadores por Estado, e acabou-se.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiramente, há uma frustração minha como brasileiro. Eu não conheço apenas dois Estados brasileiros: um deles é o de Ramez Tebet – ainda vou ao local onde ele está enterrado para levar as nossas orações – e o outro é o Estado de V. Ex^a. Quero, agora, mostrar a importância do pronunciamento de V. Ex^a para a Nação. Eu o conheço. Nós estamos aqui por isso. Este é o melhor Senado em 183 anos. Nós estamos aqui. Esta Casa nunca abriu – olhem os *Anais*, esta semana já seria feriado branco pela comemoração da Semana da Pátria – às segundas-feiras, nunca funcionou, e nós estamos aqui. Disse Eduardo Gomes que a eterna vigilância é o preço da liberdade democrática. E nós estamos aqui.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, quero dizer para esse do PT que conhecemos esse cenário.

Ô Luiz Inácio, eu conheço Cuba. Sei que José Dirceu chorou abraçado com Fidel. Eu sei, e todo mundo sabe, que ali ele foi aplaudido. Ele é o mentor; ele é o Líder do PT, José Dirceu. Agora, Luiz Inácio, eu conheço Cuba. Eu fui ao Parlamento de lá, quando Governador de Estado. Foram 300 votos para o Fidel e 300 para o irmão dele. E há apenas esses 300. Eles dizem lá que é democracia. Com relação ao Presidente Chávez, fui o primeiro que o Presidente Sarney mandou representar no início do nosso mandato. Cheguei, e disseram que o Chávez ia. E para eu entrar no Congresso, representando o Brasil – tive curiosidade, Mário Couto, e quis entrar lá; estava mais ou menos acompanhado de uma pessoa da Embaixada –, foi chamado um Coronel; um Coronel veio para decidir se um Senador do Brasil poderia entrar lá. Eu conheço aquilo. Aí, eu saí visitando. Lá era como no Brasil, bicameral. E, depois de ele desmoralizar a Justiça, até o prédio da Justiça o povo vaia; não é a figura do Juiz ou do Ministro não, é o prédio. Sabem por quê? Lá existe uma arquitetura, como aqui é a do Niemeyer. Se eu trouxer o arquiteto Antônio Almeida, lá do Piauí, ele fará um prédio diferente. O prédio da Justiça lá é diferente, e o povo pára para vaiar. Ele desmoralizou a Justiça. Ele entrou, o sistema era bicameral e havia uns 400; ele diminuiu para 180 e colocou 160 do lado dele. Eles se reúnem na rua. Já se votou agora. Na primeira votação, ele foi eleito para um mandato de seis, sete anos e pode disputar até morrer. O do Equador fez isso, mas foi mais rápido e ágil: cassou 19. Um Juiz deu uma liminar para os cassados assumirem, ele prendeu nove que foram à Câmara, 10 fugiram para Colômbia e mandou prender os Juízes que deram a liminar. Bem, aí está o Equador. A Bolívia está aqui, Nicarágua está ali, e Cuba lidera todo esse processo. Então, é isto que eles querem: fechar o Senado, porque essa é a última resistência do Brasil. Este Governo corrompeu a UNE. Nós estamos aqui inspirados por Rui Barbosa, que evitou o militarismo quando nasceu a República. Colocaram Deodoro, Floriano, quiseram colocar o terceiro, e ele disse: "Estou fora. Não troco a trouxa das minhas convicções pelo Ministério", que foram oferecer. E nós estamos aqui – como já esteve Nabuco defendendo os escravos – vigilantes neste Senado. Então, o que o Luiz Inácio quer... Aliás, ele nem sabe o que quer. Sabem o que eles querem? São 24 mil "alopradados" que não sabem trabalhar, não estudaram, são vagabundos e entraram nomeados. Estão ganhando R\$10.448,00, o melhor deles, e essa turma quer continuar. Acho que Luiz Inácio está delirando, porque não acredita que se tornou Presidente. Mas esses 24 mil, que nunca trabalharam, que são vagabundos – e o Brasil sabe que são ladrões, que são corruptos –, estão pressionando

pelo terceiro mandato. Todo mundo viu a propaganda imoral do "três", do Banco do Brasil. Aquilo, nós que sabemos psicologia e neurolingüística sabemos que é subliminar, para ficar no subconsciente "três", "três", "três", e entrar o Luiz Inácio. Como fez o Chávez recentemente. Como o do Equador para mudar a constituição. Essa é a realidade. Agora ele quer fazer um plebiscito. O Hitler fez plebiscito. Ele teve 99% de uma vez, o Hitler, usando a mídia e o dinheiro! Mas, para isso, tem que passar pelo Senado. Ele não tem o Senado. Eles estão vivendo... Hoje, eles só têm 43 votos para a CPMF, para as matérias mais delicadas. E nós somos a resistência. Nós não podemos faltar à Pátria. É isso. Estão aí os regimes. Mas eu acho que o nosso compromisso com a democracia, com o Senado, é muito maior do que a semelhança a Cuba, à Venezuela, ao Equador, à Bolívia e à Nicarágua.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ouço o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo, quero, inicialmente, parabenizar V. Ex^a pelo seu pronunciamento na tarde de hoje, muito oportuno, que faz uma avaliação das administrações do PSDB. Quero deixar aqui também os nossos aplausos às administrações do PSDB, todas referidas por V. Ex^a. Senador Papaléo Paes, na prática, está muito claro que o Ricardo Berzoini é um ditador. Na prática, isso está claro, porque ele quer extinguir o Congresso Nacional. Como o Mão Santa acabou de falar ao final de seu aparte, ele sabe que a resistência é o Senado, que o Senado pode trazer derrotas ao Governo caso não concorde com determinados temas que o Governo proponha para a sociedade brasileira, como é o caso da CPMF. A sociedade brasileira, tenho certeza, não concorda com a CPMF, e tenho certeza de que o Senado não vai concordar. Eu queria lhe fazer uma proposta muito séria neste momento, nesta tarde. Proponho fazermos um documento ao Sr. Ricardo Berzoini sugerindo que se apresente ao Chávez. Então, assinaríamos uma proposta pedindo ao Chávez que o colocasse como Primeiro-Ministro da Venezuela. Ali ele estaria muito bem colocado e ficaria muito bem satisfeito, porque, aqui no Brasil, ninguém quer um ditador, mas o Chávez quer, lá na Venezuela. Lá ele pode acabar com os velhinhos da Venezuela. Vamos mandar o Sr. Ricardo Berzoini para a Venezuela. Meus parabéns, mais uma vez, pelo seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mário Couto e também Senador Mão Santa, porque este é um tema muito importante, e muitos não estão dando a devida importância para essa situação política, de regime político do País. Temos que

ficar atentos a isso, porque a tendência é termos uma complicação futura, exatamente como foi no caso da Venezuela, do Equador e de outros Países que estão no mesmo caminho.

Mas quero, Sr. Presidente, deixar registrado meu protesto em nome desta Casa, pois acredito que todos aqui estão conscientes de que temos que reagir contra essa proposta indecente, imoral e ditadora do Sr. Ricardo Berzoini.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Mário Couto.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

Convido o Senador Magno Malta para assumir a Presidência, já que sou o próximo inscrito.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, quero, inicialmente, comentar a notícia que o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, trouxe, esta tarde, para todos nós Senadores e Senadoras. S. Ex^a nos disse que o Ministério da Pesca baixou uma norma praticamente levando à falência todos os pescadores deste País, principalmente os mais carentes, os pescadores artesanais.

Talvez aqueles pescadores mais favorecidos, das indústrias, os pescadores industriais, não sofressem, mas os artesanais, os pobres pescadores deste País, tão sofridos, iam ficar mais miseráveis do que já estão.

Felizmente, com sua prudência, o Líder do Governo agiu – e aqui quero deixar, mais uma vez, registrado o meu aplauso a essa atitude dele, coerente, absolutamente coerente. Assim, os pescadores deste País, mais uma vez, estão livres das garras daqueles que, sem conhecer, sem saber o que é pesca artesanal, trancados em seus gabinetes, tomam decisões que podem levar o cidadão a passar fome.

Quantos e quantos milhares de pessoas, pescadores artesanais, iriam sofrer se esta portaria fosse imediatamente colocada em prática? Olhem a irresponsabilidade deste Governo! Como é que um governo baixa uma portaria dessas? E não é a primeira vez que isso acontece. Já foi assim com a pesca da lagosta no Ceará, quando o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Patrícia Saboya estiveram aqui neste Senado reclamando, pedindo providências. Se não bastasse isso, imediatamente após, o Ministério baixou nova portaria, sem saber, sem ter nenhum conhecimento de pesca. Olha a irresponsabilidade deste Ministério da Pesca! Olha a irresponsabilidade deste Governo, Senador! Como é que se baixa uma portaria, Senador

Wellington Salgado, sem saber onde ficam, pelo menos, as áreas de pesca, como são executadas essas pescas, que profundidade têm os rios da Amazônia no Brasil? Como se baixa uma portaria de tamanha irresponsabilidade, Senador! Que governo é este, Senador? Onde estamos, Senador?

E aí o Líder do Governo vai lá e diz: "Ministro, presta atenção. Não é por aí, Ministro. O senhor está errado. Com essa portaria, V. Ex^a pode estar decretando a falência de todos os pescadores artesanais deste País, que já sofrem muito, endividados nos bancos". Essa portaria significa dizer assim: "vocês não podem mais pescar". Quanta irresponsabilidade!

Por isso, quero dizer ao Líder do Governo que ele pode fazer a mesma coisa que fez agora indo ao Ministro, ao Presidente da República e mostrando o erro.

Senador Mão Santa, essa atitude do Governo me lembra a punição de um Ministro deste Governo que queria instalar uma penitenciária na Ilha de Marajó. Quando se perguntou ao Ministro por que tanta insistência em querer colocar uma penitenciária na Ilha de Marajó, ele disse: "É muito fácil de entender. Nenhuma dificuldade para entendermos por que eu quero colocar uma das maiores penitenciárias do Brasil na Ilha do Marajó. Ora, se é uma ilha é cercada de água por todos os lados, os bandidos não poderão fugir porque serão impedidos pela água". Olha o que pensava o Ministro do Governo Lula! Nem sabe o que é a Ilha de Marajó, Sr. Presidente! Ele pensa que a Ilha é uma porçãozinha de terra cercada, como se aprende no ginásio, no primário. Lá, em nossa terra, aprendímos muito isso. O que é ilha? V. Ex^a não aprendeu isso? Ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados. O Ministro pegou isso aí e disse: "Vamos implantar a penitenciária na Ilha do Marajó". Olha a orelha do Ministro! Senadores, agora vem um e diz assim: "Na profundidade x não se pode colocar rede". S. Ex^a não tem profundidade de nada, não sabe de nada. Baixou a portaria e depois foi ver que estava errado. Agora, o Governo reconheceu, porque houve pressão aqui neste Senado. Houve pressão neste Senado. Todos os Senadores pularam, gritaram, cobraram. O Líder do Governo foi até lá e disse: "Não é por aí, Ministro. V. Ex^a está errado. V. Ex^a vai acabar com a pesca no País". Ele disse: "É mesmo? Vamos mandar uma comissão para estudar". Agora concebeu que tem primeiro de estudar para depois baixar portaria. Agora!

Sr. Presidente, ah, este Governo dá trabalho! Precisava disso, Sr. Presidente? Mandava estudar e baixava a portaria.

Mas ouvia, na sexta-feira, o Senador Mão Santa e outros oradores, do meu gabinete. Vi o Senador Augusto Botelho falando sobre o açaí do meu Estado e

fiquei muito preocupado. O Estado do Pará é o maior exportador de açaí do mundo! O Estado do Pará é o maior exportador de açaí do mundo! O Pará, meu querido Estado, é o maior produtor de açaí do mundo! E agora dizem que o açaí está contaminando. O Senador Augusto Botelho foi muito feliz em suas colocações, mas quero ir mais além.

Um jornal de circulação no Estado diz: – TV Senado, faça como faz com o Mão Santa. Se é para um, é para todos. Vamos deixar grande, do tamanho do **outdoor** – “Crise ameaça o açaí e 125 mil empregos”. Só isto que o açaí gera no Estado do Pará: 125 mil empregos. Diz o jornal: ”Desde que teve seu nome associado a casos de doença de Chagas, o açaí começa a encontrar resistência nos principais centros consumidores do País, onde é visto como um vilão nacional”. É isto que quero comentar. Como é visto como um vilão nacional, “a retração nas vendas ameaça 125 mil empregos no Estado”.

Incialmente, Sr. Presidente, quero informar a toda a sociedade brasileira e àqueles que não conhecem o assunto e que estão fazendo toda essa encenação em torno do açaí que não é nada disso. No açaí exportado, o risco da Doença de Chagas é zero. É zero! Houve uma retração nas exportações do açaí no meu Estado. Quero deixar claro que o açaí exportado não corre nenhum risco de se contaminar com a Doença de Chagas, que é transmitida por um besouro chamado barbeiro.

Agora, como aconteceu com a malária e como acontece com a dengue, o relaxamento do Governo Federal é tão grande – e dos estaduais também – que é preciso imediatamente entrar em ação para que se pulverize uma consciência de higiene em termos do uso do açaí. É preciso que o Governo Federal entre em ação imediatamente.

O açaí é tirado da árvore no interior do interior. Aí é que está o risco, e aí apareceram alguns casos, porque quem mora numa vila que não tem condições, primeiro, apanha água no Igarapé – o Governo Federal diz que tem água em todo o Brasil –; depois, não tem máquina para bater o açaí. A própria família bate numa bacia de barro e amassa o açaí, depois de pôr no sol para esquentar para a casca do açaí ficar mole. Amassa e sai o suco. Ali pode estar contaminado, porque não teve higiene. Na exportação, existe o congelamento do suco, do caldo, e aí é totalmente tirada a possibilidade de contaminação. É obrigatório esse congelamento para exportação. Por que é obrigatório? Porque, se não congelar o açaí, ele azeda. Com 24 horas, ou em menos de 24 horas, o açaí exposto azeda. Ele tem de ser imediatamente congelado de um dia para o outro.

Então, a possibilidade, o risco de contaminação, na exportação, é zero.

Dou o aparte, com muita honra, ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto, este assunto que estamos debatendo é muito importante, principalmente para a nossa região, onde temos o açaí plantado, o açaí que gera milhares de empregos.

Como médico, posso afiançar a V. Ex^a que é uma irresponsabilidade muito grande levar à opinião pública a informação de que o açaí é uma fonte de contaminação para a Doença de Chagas. Existe uma pesquisa há muitos anos – da qual, desde o início, tomei conhecimento – no sentido de que em casos autóctones em nossa região a contaminação poderia ocorrer não pelo açaí. Não é o açaí que contamina. Poderia o barbeiro ser triturado junto com os caroços do açaí e, com isso, pelo suco, haveria a absorção pelas paredes do intestino. Isso tudo é suposição. Então, a irresponsabilidade a que me refiro é a de divulgar pesquisa...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Esse alarme já está no Brasil todo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – ...da qual não se tem certeza. Não se sabe quem é o maldoso, o grande malvado dessa situação, dando ao açaí a configuração de ser o contaminador de um cidadão por Doença de Chagas. Se essa teoria funciona, não é somente o açaí. Toda fruta, todo produto batido pode contaminar. Um exemplo é o caldo de cana. Se se moer a cana para extração do caldo e lá houver o barbeiro, ele será triturado e isso levará à mesma consequência. O mecanismo é o seguinte, o barbeiro tem uma preferência de picada pela face e, quando ele faz a picada, causa uma coceira, um prurido. Então, quando o inseto está sugando a pessoa, evaca e as fezes entram na corrente sanguínea, porque a vítima vai coçar. Quando coça, contamina a corrente sanguínea. Acho uma precipitação muito grande. Vejo que o Governo Federal tem imensa obrigação, por meio do Ministério da Saúde, de esclarecer à população e não deixar esses boatos se espalharem, porque atingem frontalmente o número de empregos que o açaí gera na nossa região, principalmente no caso do Estado do Pará e do Estado do Amapá. E deve reagir dessa forma. Parabenizo V. Ex^a por chamar a atenção daqueles que importam o açaí da nossa região, para que não temam pelo menos o açaí importado. E que o Governo esclareça, de uma vez por todas, sobre essa questão da possibilidade de risco do açaí.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O risco na exportação é zero.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – É zero!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É zero.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Então, é uma irresponsabilidade muito grande a manutenção desses boatos na opinião pública brasileira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agora, é como V. Ex^a falou. O Governo Federal tem que assumir essa responsabilidade.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Tem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olhe como não assume!

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olhe como não assume. A dengue, como cresce no País! Na Região Norte! Darei somente os dados da Região Norte, a mais abandonada! A desprezada Região Norte deste País! Olhe aí.

Em 2006, registraram-se 24.364 casos de dengue. Em seis meses de 2007. Olhe para mim, Senador! Olhe para mim. 2007. Em seis meses, Senador Papaléo, olhe aqui, foram 29.133 casos. Em seis meses, Senador!

Veja como está crescendo o índice, Senador! Isso não é falta de responsabilidade, Senador?! Olhe para mim, Senador. Veja como a malária tem atingindo o meu Estado, Senador, principalmente o centro de Marajó, que tem quase 500 mil habitantes e é a parte do Brasil mais abandonada e desprezada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vá ao Marajó, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! Ele não vai. Ele só vai para Cuba. Ele só vai para Caracas, Venezuela. Ele não vai aonde está a classe pobre. Ele só vai para onde há ditador. É para lá que ele vai.

Queria que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fosse ao Marajó. Não precisa me levar, nem me convidar, nem quero isso. Queria que ele visse a miséria que existe no Marajó.

A cidade de Anajás, no Marajó – pasmem, senhores e senhoras; essa é a realidade deste País, gente! –, está um caos. Anajás, cidade que fica no centro da ilha de Marajó, Senador Wellington Salgado, com 11 mil habitantes, uma pequena cidade. Sabe quantos casos de malária foram detectados lá neste ano de 2007? Onze mil habitantes, 11 mil casos de malária! Pasmem, Sr^ss e Srs. Senadores! Parece que o Senador Mário Couto está mentindo... São dados estatísticos do Estado. É um caso por habitante! É um caso por habitante! Já decretaram, por duas vezes, estado de calamidade pública na cidade de Anajás, e ninguém toma providência nenhuma!

O Lula vai ao Congresso do PT, Senador Mão Santa, e diz assim: ninguém, nenhum partido é mais ético do que o PT.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Lula, nenhum partido é mais ético do que o PT? E a platéia ética estava lá: José Genoíno, José Dirceu, todos da moralidade e da ética estavam na platéia quando ele falou isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A Globo está precisando de um artista, Presidente Lula.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a vai para a novela das 20h como principal ator, Presidente Lula.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não sei se a Globo terá dinheiro necessário para contratar o Lula, porque ele vai custar caro. Ele sabe fazer, ele sabe fazer. Na história deste País, nunca se viu tanta corrupção de um partido como agora na República deste Brasil. O PT bateu o recorde, e o Presidente vai ao Congresso do PT e diz que a moral e a ética é o PT. Minha Santa Filomena, me perdoe.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não. Permito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aprendi muito com V. Ex^a, que, primeiramente, falou da ilha de Marajó, recordando a Geografia: ilha, uma porção de terra cercada de água. E eu fiquei pensando: e Luiz Inácio é um homem cercado por aloprado por todo lado. Mas V. Ex^a falou que queriam colocar uma prisão em Marajó. Está ali o nosso grande coronel Alípio, das forças militares do Piauí. Olha, e eu me lembro de que, no começo do mandato, queriam colocar uma prisão no Marajó, pois era uma ilha. Quiseram colocar o Beira-Mar lá, em Teresina, nas mãos, Guido. Para V. Ex^a ver. Nós tivemos de nos juntar, pela primeira vez, os Senadores do Piauí.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aí, eu tive de argumentar que foi no meu Governo que construíram uma pra o pequeno infrator de Teresina, o batedor de carteira. Colocar um Beira-Mar ali? Já pensou – um bem nunca vem só, mas o mal também – a desgraceira que um Beira-Mar ia fazer em Teresina. E o pior: o governa-

dor aceitou e queria o dinheiro. Se não fosse uma reação... Mas o que eu tinha a dizer é que V. Ex^a mostrou a calamidade da saúde pública; essas doenças que, nos países civilizados, já desapareceram. Está lá a sua Ilha do Marajó. O Piauí foi acometido e tal. O Líder maior do nosso Partido, Alberto Silva, disse que não vai mais em Teresina com medo de pegar dengue. Dengue é aquela moléstia, daquele mosquitinho; e Oswaldo...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) - ...Cruz acabou combatendo a febre amarela. O mesmo mosquito agora transporta a dengue – e com uma gravidade extraordinária. Antigamente, a dengue matava 4,5%; hoje, ela está matando, numa forma de dengue hemorrágica, 13%. Ou é mais virulento o vírus ou a população ficou mais vulnerável e está imunologicamente mais fraca. Então, é essa a calamidade que V. Ex^a... Agradecemos ao Senador Wellington Salgado de Oliveira – ele tem interesses no Brasil todo e no Piauí –, pois nos ajudou a trazer recursos para o Hospital Getúlio Vargas. Ele me informou: duas parcelas. E o grande Ministro – nós jantamos com ele – até me agradeceu. Ele disse: "Mão Santa, eu agradeço, pois é você que está mostrando a calamidade da saúde no Brasil". Então, o Luiz Inácio prometeu R\$2 bilhões, mas, aí, o Mantega disse que não era para valer, não, que não vai, não. Então, vamos continuar nessa desgraceira. Eu queria parabenizá-lo e cumprimentá-lo. Eu estou até com medo ir ao Marajó, pois está cheio de doença lá, que o Governo está deixando. Felicidades na sua defesa não só de Marajó, mas de todo o Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu já vou descer da tribuna. Vou apenas terminar o meu pronunciamento.

Senador Alvaro Dias, há pouco tempo, ninguém tinha culpa. Ninguém tinha culpa! Todos eram inocentes – todos que cometaram tanta corrupção neste País. Tanta corrupção neste País! Todos eram inocentes! A defesa do Partido era a de que todos eram inocentes. Estavam caluniando, Senador Papaléo. Calúnia! Ca-lúnia! Agora, viraram réus.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Supremo determinou que eles fossem réus, porque comprovou atos de corrupção. Não há como fugir. Tenho certeza, ao sair desta tribuna – marquem o dia de hoje, marquem! –, que depois de réus, eles serão prisioneiros. Se Deus quiser!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Antes de conceder a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias, quero cumprimentar as pessoas que nos visitam.

Sejam muito bem-vindos! Muito obrigado pela visita e pela atenção. Espero que os meios de comunicação, como a TV Senado, sejam acompanhados por todos vocês em seus Estados, assim como a Internet e a nossa Rádio Senado, de maneira a oferecer-nos sugestões e orientações, conforme a natureza e a necessidade do povo brasileiro. Entendemos que todos estão atentos a um processo depurativo, do qual a Nação participa e deseja ver-se, de fato, depurada. Queremos agradecer a presença de todos e pedir-lhes que continuem acompanhando esta Casa e nos ajudando na medida dessa possibilidade.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Srs. Senadores, segunda-feira é sempre um dia tranquilo no Senado Federal, não há Ordem do Dia, não há deliberação; é um dia de conversarmos com a população do País a partir desta tribuna e com alguns Senadores que estão habituados a marcar ponto todos os dias.

Também quero, ao iniciar as palavras do dia de hoje, fazer referência a alguns pronunciamentos do Presidente da República nos últimos dias.

O Senador Mário Couto já fez referência aqui ao fato de o Presidente Lula ter afirmado em São Paulo que ninguém tem mais autoridade moral, ética e política do que o PT. O Presidente disse isso e pediu a solidariedade dos petistas àqueles que estão sendo julgados pelo Supremo Tribunal Federal. É lamentável, mas é preciso concluir que o Presidente da República deseja solidariedade à corrupção, porque o que o Supremo Tribunal Federal julga neste momento é a corrupção. O que se trava lá é uma batalha da Justiça contra a impunidade e a corrupção. Obviamente, o Presidente, ao pedir solidariedade, senta-se no banco dos réus ou sente-se sentado no banco dos réus, porque, de forma direta ou indireta, o que o Supremo Tribunal julga é o Governo Lula, é o Presidente da República e o seu Governo na figura dos seus coadjuvantes principais, que foram denunciados pelo Procurador-Geral da República.

Fica difícil aceitar este tipo de afirmação: "Ninguém tem mais autoridade moral, ética e política do que o PT". O Presidente exigia, antes, que se considerasse o PT acima dos demais Partidos, que se considerasse o PT melhor do que todos os Partidos. Agora, nesse pronunciamento, o Presidente Lula afirma: "O PT pode ser igual a todos os partidos; não inferior" - portanto, uma evolução no diagnóstico que o Presidente faz a respeito do seu próprio Partido.

Mas, em função do que se ouve, em função do que apregoa o Presidente da República é que o meu amigo Hélio Duque, que me honra sendo um dos meus suplentes, ao lado do Wilson Mattos, ele que é Doutor em Ciências, me lembra Eça de Queiroz. Hélio Duque lembra o século XIX. Exatamente em 1871, no jornal *As Farpas*, o notável Eça de Queiroz, ícone da literatura lusa, indignado com a realidade vivida em Portugal, testemunha:

O País perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida teve por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja escarnecidio. Ninguém se respeita. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. [1871]

No século XX, no Brasil, em 8 de março de 1919, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, na campanha presidencial que disputava contra Epitácio Pessoa, o discurso de Rui Barbosa, um brasileiro que excluía a palavra "medo" do seu dicionário pessoal, proclamava:

Mentira toda ela. Mentira de tudo, em tudo e por tudo. Mentira na terra, no ar, até no céu, onde, segundo o Padre Vieira, o próprio sol mentia ao Maranhão, e direis que hoje mente ao Brasil inteiro. Mentira nos protestos. Mentira nas promessas. Mentira nos programas. Mentira nos projetos. Mentira nos progressos. Mentira nos homens, nos atos e nas coisas. Mentira no rosto, na voz, na postura, no gesto, nas palavras, na escrita.

Frases atualíssimas ecoaram no século XX, no Rio de Janeiro, no dia 8 de março de 1919, mas são palavras que deveriam estar presentes em São Paulo nesse fim de semana, durante o seminário realizado pelo PT, com a presença do Presidente Lula.

Prosseguia o indomável brasileiro Rui Barbosa:

Mentira nos partidos, nas coligações, nos blocos. Mentira dos caudilhos aos seus apaniguados à nação. Mentira nas instituições. Mentira nos inquéritos. Mentira nos concursos. Mentira nas garantias. Mentira nas responsabilidades. Mentira nos desmentidos. A mentira geral. O monopólio da mentira. Uma impregna-

ção tal das consciências pela mentira que se acaba por não discernir a mentira da verdade, que os contaminados acabam por mentir a si mesmos e muitas vezes não sabem se estão, ou não, mentindo. Um ambiente, em suma, de mentiraria que, depois de ter iludido ou desesperado os contemporâneos, corre o risco de lograr ou desesperar os vindouros, a posteridade, a história, no exame de uma época em que a força de se intrujarem uns aos outros, os políticos, afinal se encontram burlados pelas suas próprias burlas e colhidos nas malhas da sua própria intrujoce.

Neste início do século XXI, as proclamações angustiadas de Eça de Queiroz e de Rui Barbosa retratam que não foram palavras jogadas e consumidas pelo vento. Não foram vazias, daí se perpetuarem pelos tempos e retratarem realidades que se fazem presentes.

O poeta gaúcho Mário Quintana, na sua admirável criação, dizia: "A mentira é uma verdade que esqueceu de acontecer".

Lamentavelmente, no Brasil, muitos arautos com responsabilidade governamental acreditam que mentira e verdade são sinônimos. O próprio Presidente da República, o que vejo constantemente nas suas palavras é exatamente o fato de acreditar que mentira e verdade são sinônimos.

Pelas bandas da Oposição, predomina um comportamento passivo, que beira à incompetência para muitos, com isso ajudando a prevalecer o *status de mistificação*.

Os fundamentos da democracia exigem açãoativa da Oposição. Por exemplo, demonstrando que o Governo Lula está desenvolvendo projetos do Governo que o antecedeu. Ao chegar ao Governo, abandonou a sua pregação e os seus próprios projetos. É dever da Oposição democrática não se lamuriar pela expropriação dos seus projetos pelo Governo atual. Ao contrário, vozes qualificadas, a exemplo do Professor Emil Sobottka, da PUC do Rio Grande do Sul, entre tantos pensadores, afirma:

O Governo Lula está tocando projetos de outros. Isso é que está incomodando a Oposição, que ficou sem projeto e sem discurso. O PT, na Oposição, dava a impressão de que queria conquistar a sociedade organizada, para reorganizá-la. Mas, quando chegou ao poder, tornou-se um partido autoritário, que não aceita a população opinando sobre os rumos do Governo.

A democracia política nativa só tem a ganhar com uma oposição séria e qualificada que enfrente o debate claro, expurgador do reino da mentira, sob pena

de os fantasmas de Eça de Queiroz e de Rui Barbosa ocuparem os espaços vagos.

Por falar em mentira, Senador Mão Santa, a proposta orçamentária para 2008 encaminhada pelo Governo é a consagração de uma nova mentira. O conteúdo dessa proposta revela que os gastos previstos para o ano de 2008 crescerão mais que o aumento do Produto Interno Bruto. Enquanto a estimativa do crescimento das despesas do Governo central é calculada no patamar de 9,7%, a previsão de aumento do Produto Interno Bruto, que é otimista, é de 5%, ou seja, o dobro da expansão projetada para o PIB.

Aliás, crescer o dobro do que cresce o Produto Interno Bruto tem sido norma do Governo Lula. As despesas invariavelmente vêm crescendo ao redor do dobro do que cresce o Produto Interno Bruto. Mas o Governo não se emenda, o Governo não aprende.

Aqui está a manchete: "Vagas distribuídas". O projeto de Orçamento da União para o próximo ano abre oportunidades de contratações em todos os Poderes, se quiserem realizar novos concursos. Só para a Justiça Federal, foram previstos 3.989 postos. São mais 56.348 contratações previstas para o próximo ano.

É a máquina se agigantando. É o Estado brasileiro engordando - é claro, na linha do aparelhamento do Estado brasileiro. Mais cargos para aparelhar o Estado partidariamente. São cargos evidentemente para a realização de concursos, mas também cargos para servidores de confiança do Governo e dos seus partidários.

Portanto, não importa ao Presidente Lula que isso signifique um aumento extraordinário de despesa. Não há nenhum mecanismo de controle dos gastos públicos inteligente. Não há! Não há nenhum programa para conter o crescimento das despesas correntes no Governo Lula. Não há nenhuma preocupação revelada pelo Presidente, em nenhum dos seus discursos, a respeito dessa questão. O que há é sempre a preocupação com o crescimento da receita. O que há é a preocupação em prorrogar uma contribuição perversa, como é a CPMF, um imposto em cascata, que incide sobre todas as outras taxas, emolumentos, contribuições e impostos; que incide, enfim, no preço final dos produtos que consumimos.

Esta preocupação tem o Governo: aumentar a receita. Reforma tributária não é preocupação para o Governo, porque teme ele que, ao invés de aumentar a receita, a Reforma reduza temporariamente a receita, porque esse não é um Governo que tenha a visão estratégica de futuro; é um Governo do oportunismo, do imediatismo. Não se pensa no amanhã, Senador Papaléo Paes e Senador Mão Santa. O Governo pensa no agora, pensa em arrecadar mais, tapar os buracos

que são abertos no Tesouro Nacional, pela incompetência de gerenciamento ou pela corrupção de mensaleiros e sanguessugas, de vampiros, etc.

Na verdade, estamos diante dessa realidade, dura e crua, que tem que ser encarada dessa forma, não só pela Oposição, mas pelo País. O Presidente Lula diz que eles foram absolvidos porque o PT ganhou as eleições. Isso é primarismo. A população absolveu porque não teve oportunidade de conhecer em profundidade, não pôde vislumbrar os meandros desse escândalo histórico de corrupção no Brasil. Mas aí está o Supremo Tribunal Federal, para resgatar a verdade, colocando no banco dos réus todos aqueles, ou quase todos aqueles, ou os principais daqueles, porque a CPI dos Correios indiciou mais de cem, o Procurador da República denunciou 40. De qualquer forma, esse número é emblemático.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, que é um convededor da história brasileira, sabe que o número 40, em matéria de corrupção, é um número emblemático, porque sempre fica faltando um. Falta um, e, evidentemente, o Senador Mão Santa sabe quem falta.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a fala com a autoridade do grandioso Estado do Paraná e de extraordinário Governador que foi daquele Estado. V. Ex^a equivocou-se um pouco ao citar o Padre Antonio Vieira, porque o Padre Antonio Vieira disse um pensamento muito oportuno. Ele disse que "palavra sem exemplo é um tiro sem bala". São as palavras de Luiz Inácio, que o exemplo arrasta e foi o mau exemplo dele. Arrastou este País a fazer o povo hoje escravo. Atentai bem! Tiradentes foi sacrificado, era idealista, e naquele tempo o imposto era um quinto, era 20%; hoje é uma banda, é 50%. V. Ex^a se lembra da novela "O Quinto dos Infernos"? Era um quinto, 20%. Então, por que essa carga tão alta? Irresponsavelmente, o Presidente da República aumentou a máquina pública de servidores. Em todos os Governos, em 507 anos, nunca este País teve mais de 16 Ministros. Agora, atinge 40. Dados precisos dizem que o salário do brasileiro e da brasileira – porque a mulher tem que trabalhar também –, de doze meses, cinco é para pagar a carga de impostos, e um é para os bancos. A metade do que se trabalha. Não é mais 20%, não, da derrama, em que, de cinco quilos de ouro, um era para o português. Não é não! Agora é a metade. Por isso, basta dizer, resumindo – um quadro vale dez mil palavras –, que essas nomeações graciosas, esses DAS, esses cargos de confiança estão atingindo 24 mil. O Bush, Presidente da poderosa... Claro que o Luiz Inácio é

melhor do que o Bush! Mas o Bush só nomeou 4.500. O sucessor de Tony Blair, 160 pessoas. Então, isso é a carga, é o sacrifício. Mas V. Ex^a falava da mentira e do que esse Governo pensa. Primeiro, eu acho que ele não pensa! Descartes: "Penso, logo existo." Esse Governo não pensa. Ele mente. A filosofia dele é a do Goebbels. É o Duda Goebbels Mendonça: "uma mentira repetida se torna verdade". Então, aqui o Deputado lá... Quem viu a mentira do Piauí, de povo bom? Quem é que está livre de ser enganado? Alberto Silva, idealista, engenheiro ferroviário, ô Papaléo, muito jovem, pensou em trem, em trilho, em ferrovia. É o ideal e a profissão dele. Eu ouvi lá no Piauí Luiz Inácio: "Governador, com 90 dias, o trem vai rodar de Teresina a Paraíba". Com 90 dias...! Levou os votos todos e não trocou um dormente. "O aeroporto internacional..." Não tem mais nem teco-teco o de São Raimundo Nonato. Cinco hidrelétricas, e uma ponte que há seis anos prometem no mesmo rio. O povo do Piauí, no meu Governo - operários do Piauí, engenheiros do Piauí, construtores do Piauí -, fez, nesse mesmo rio, uma ponte, que batizei de Wall Ferraz, em 87 dias. Então, a mentira repetida torna-se verdade. Enganaram o povo, mas eu sou do Piauí e aprendo é com aquele caboclo vaqueiro, verdadeiro, que diz: "É mais fácil você tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade". A verdade está aí: segurança, a pior da história. Isso é uma barbárie, uma indecência. Norberto Bobbio, Senador vitalício, disse que o mínimo que se pode exigir de um governo é que dê segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Ô Coronel Alípio, nunca houve isso antes. Isso é coisa do PT, da corrupção e da bandidagem. Governei aquele Estado. Todo domingo saía a pé da minha casa e ia da praia do Coqueiro à Atalaia sozinho. Quando não conseguia fazer meu *cooper* no fim de semana, eu o fazia às 11 horas da noite, acompanhado por um amigo ou sozinho. Hoje só tem bandidos. Vou dar-lhe um quadro. Não sei se no Paraná há esse costume. No Piauí tem velório, sentinela. Outro dia, Deputado João Motta, morreu um amigo e decidi ir ao velório à noite. Cheguei lá e me disseram: "Não. Enterramos às 18h horas, porque, se for à noite, vão assaltar o defunto." Até os velórios estão sendo assaltados. Isso é uma barbárie! É no Brasil todo! Deveriam convidar Magno Malta para ser o ministro da segurança deste País. Isso é uma barbárie! Todo final de semana, vou para Buenos Aires, porque lá ando de mãos dadas com a Adalgisa, às 4 horas da madrugada. Luiz Inácio, pegue sua encantadora Marisa e vá dar uma volta na Cinelândia, na Praça do Ouvidor, na Praça Paris, em praças no Brasil ou em Teresina. Não se tem... Nós vivemos uma barbárie! Educação, está aí: proliferaram-se as faculdades particulares. Uma faculdade de

Medicina custa R\$3,5 mil ao mês. Estão afastando os pobres de serem doutores. Não era esse o nosso sonho? Quanto à saúde, está o descalabro que vocês vêm. Um País que paga R\$2,50 por uma consulta, R\$9,00 por uma anestesia, R\$70,00 uma cirurgia de coração?! Papaléo, eu sou cirurgião. Perguntei ao Suplicy quanto... Não, um dia. Um dia não, é a vida toda, porque aquele doente operado, quando tem qualquer complicação, volta ao cirurgião. Está esse descalabro por aí, e está aqui o resultado: não tem ninguém do PT aqui, porque não eles não vão defender o indefensável. Fico com Deus: "depois da tempestade, vem a bonança". E a democracia nos oferece uma riqueza: a alternância do poder. V. Ex^a pode ser até um Presidente da República. É um nome extraordinário!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. O Senador Mão Santa hoje está embalado. Ninguém segura o Senador Mão Santa no dia de hoje.

Eu gostaria, agradecendo o Senador Mão Santa, de dizer que essa política do Governo de aparelhar o Estado implanta o paralelismo. Não importa que se implante o paralelismo, desde que aqueles objetivos do aparelhamento sejam alcançados. Superposição de ações, o Estado crescendo, crescendo, mas sempre incapaz de atender às necessidades da população, até porque se agiganta, custa caro e compromete a capacidade de investir. O Governo não investe em setores fundamentais como deveria: Saúde Pública, Educação, Segurança Pública, Infra-Estrutura. E, obviamente, vai acumulando um passivo, com consequências imprevisíveis. O passivo que o Governo atual acumula é imprevisível. Eu não saberia avaliar quais serão as consequências, em médio e longo prazo, desse passivo.

Apenas um exemplo: há um caos hoje no setor aéreo do País, um caos que tem produzido mortes, tragédia e infortúnio. Até 2025, a previsão é de que teremos o triplo do movimento no espaço aéreo brasileiro, e não estamos verificando interesse do Governo em investir. Não é só nos aeroportos: é também nas rodovias, nos portos, nas ferrovias, em eletricidade. Não há investimentos no setor de infra-estrutura do País que nos assegurem não termos um caos logístico a médio ou, que seja, a longo prazo.

Sr. Presidente, vou concluir porque meu tempo se esgota, e vou deixar para abordar o Orçamento e a proposta orçamentária para 2008 em outra oportunidade, até porque não quero abusar da paciência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a terá o tempo que lhe for conveniente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Já que V. Ex^a é generoso e me permite prosseguir...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Após V. Ex^a, o Senador Paulo Paim está na Casa, mas também terá o tempo que for preciso para fazer o pronunciamento dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Depois falará o Senador Paulo Paim. Peço a V. Ex^a a permissão para concluir rapidamente. O Senador Paulo Paim merece.

Nós vamos concluir rapidamente. É apenas uma rápida observação sobre a proposta orçamentária para 2008.

O teor dessa proposta é deletério, considerando que o Orçamento embute aumento da carga tributária em relação ao PIB. A carga tributária federal em 2008 deve bater um novo recorde, passando de 24,17% para 24,90%.

No cômputo do aumento da carga tributária, entraram apenas as contribuições e os impostos administrados pela Receita Federal e a contribuição ao INSS. Outras receitas e taxas podem projetar o aumento da carga para níveis ainda superiores.

Em 2007, a previsão de arrecadação referente apenas a contribuições e impostos administrados pela Receita Federal é da ordem de R\$405,1 bilhões, 16,7% do PIB – 1,78 ponto percentual a mais que em 2003.

A receita total do Governo obtida com impostos, taxas e contribuições passará de R\$609,2 bilhões (24,17% do PIB) este ano, para R\$682,7 bilhões em 2008 (24,87% do PIB).

Ao perfilar os números e mergulhar nos complexos cálculos da proposta orçamentária, tarefa para especialistas, constatamos que os gastos públicos estão crescendo bem acima do PIB.

No tocante à CPMF, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário realizou estudo que demonstra que, em 2007, o trabalhador brasileiro vai dedicar sete dias de trabalho, em média, apenas para pagar a CPMF. Há dez anos, eram necessários três dias para arcar com o tributo. Espero que o Senado Federal impeça que isso ocorra, rejeitando a proposta de prorrogação da CPMF. O IBPT calculou a incidência da CPMF em diversas profissões. Os taxistas e caminhoneiros são os mais prejudicados: vão precisar trabalhar nove dias neste ano para pagar a CPMF. O levantamento aponta que as profissões que necessitam de insumos e equipamentos para o seu exercício são aquelas que têm a maior incidência na CPMF. Dentistas, serralheiros, mecânicos, entre outros, deverão trabalhar até seis dias só para arcar com a CPMF em 2007. Esperamos que,

em 2008, isso não seja necessário. Está nas mãos do Senado Federal. Depende da consciência dos Senadores impedir a prorrogação da CPMF.

A proposta orçamentária prevê aumento de recursos para o programa Bolsa Família dos atuais R\$8,605 bilhões para R\$10,368 bilhões. Dessa elevação, R\$693 milhões se referem à inclusão dos jovens entre 15 e 17 anos como beneficiários. Cabe aqui uma reflexão sobre a política assistencialista: em vez de simplesmente ampliá-la, é necessário que o programa seja capaz de emancipar o assistido. Não iremos a lugar algum perpetuando uma política de donativos. O Governo precisa investir maciçamente em Educação, Saúde, Saneamento Básico, além de políticas públicas que possibilitem efetivamente capacitar as camadas menos favorecidas a produzir e criar renda.

Em sã consciência, não cabe crítica à inclusão dos jovens dos 15 anos aos 17 anos no Programa Bolsa Família. O que se observa é que essa decisão veio na esteira do equívoco magistral do Programa Primeiro Emprego. Em quatro anos e meio de existência, gerou 9 mil vagas. A meta fixada era colocar 260 mil jovens no mercado de trabalho a cada ano. O custo desse fiasco: desde 2003, ano de sua criação, segundo dados do Sistema Integrado de Administração (SIAFI), foram gastos R\$4,7 milhões apenas em publicidade – valor que corresponde a quase um terço da verba total do Ministério do Trabalho para esse fim –, e outros R\$5,4 milhões com a gestão do Programa. O valor corresponde a 75% do incentivo total repassado às empresas (R\$15,9 milhões) por terem contratado os 9 mil jovens. Um exemplo clássico de gestão claudicante e ausência de planejamento estratégico do Governo Federal.

Concluo, Sr. Presidente. Esses fatos e números, essa postura do Governo exigem reflexão e mudança. É preciso reduzir gastos correntes, reduzir tributos e aumentar investimentos em setores fundamentais. É claro que, sem isso, estaremos acumulando um passivo, repito, com consequências imprevisíveis para o futuro do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a sensibilidade de V. Ex^a, pois aqui está um Líder do PMDB, Deputado João Madison, acompanhado desse extraordinário Oficial da Polícia Militar, Coronel Alípio. Ele nos traz um documento muito oportuno, que representa o sofrimento do

povo do Piauí, baseado numa reportagem de Daiane Rufino, do **Diário do Povo**.

Dois meses após a visita de Geddel, já são 137 Municípios em estado de emergência. Cidades, homens e crianças esperam a água do carro-pipa, que não chega. O Governo prometeu e anunciou R\$2.524.635,00 para garantir o abastecimento de água mediante carros-pipas e mais R\$3.133.085,00 para a recuperação de poços artesianos.

A Federação dos Trabalhadores em Agricultura estima que as perdas de safra cheguem a 95% em grande parte dos Municípios.

O Governo Federal liberou R\$14 milhões para atender 299 Municípios nordestinos afetados pela seca e apenas dois do Piauí.

Então, o Deputado João Madison veio acompanhado do Coronel Alípio. Eu já havia recebido correspondência do Deputado Roncalli Paulo, que fez um apelo semelhante na Assembléia Legislativa. Visitei Fernando Monteiro, que está doente, mas sua doença maior é o seu sofrimento de não poder ajudar.

Sr. Presidente, já fiz um requerimento para ser encaminhado com brevidade ao Ministro Geddel Vieira Lima, que é do meu Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR)

– Certamente a Mesa, Senador Mão Santa, tomará todas as providências.

Concedo a palavra ao eminente Senador pelo Rio Grande do Sul, referência na luta em prol dos negros e do salário mínimo, Senador Paulo Paim, figura admirável.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe do tempo que julgar conveniente para proferir o discurso, sempre enriquecedor. Certamente será de grande valia para o País aquilo que V. Ex^a há de nos trazer nesta tarde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, rapidamente, em relação a este requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Paulo Paim, antes de V. Ex^a começar o seu discurso, peço-lhe permissão para saudar este grupo de jovens estudantes de Direito do meu Estado, o Espírito Santo, que está visitando Brasília – são estudantes de Direito, futuros operadores de Direito no Brasil. Fizeram uma viagem de Cachoeiro de Itapemirim até Brasília para conhecer o Supremo Tribunal Federal e esta Casa, a movimentação das Comissões e o funcionamento do Senado. Eu gostaria de saudá-los e de dizer que sejam bem-vindos. A Casa é de todos nós e, certamente, alguns de vocês nos substituirão num futuro bem próximo. Sejam muito

bem-vindos e aproveitem o máximo, porque talvez, de perto, as coisas sejam muito diferentes daquilo que se recebe via televisão.

Vocês chegaram num momento que será histórico para as suas vidas, porque encontraram o Senador Paulo Paim, essa referência nacional, na tribuna do Senado. Chegaram num momento que ficará no currículo de vocês, porque Paulo Paim é a referência da luta pelo salário mínimo, é a referência da luta em prol dos negros, dos menos favorecidos, dos discriminados, dos direitos humanos.

Eu já admirava Paulo Paim antes de conhecê-lo. Fui Deputado Federal juntamente com ele, agora somos Senadores, e tenho convivido tão próximo com ele que poderia dizer que estou convivendo com sua família. Isso é um grande orgulho para mim, assim como este momento significativo tão histórico, com a visita desse grupo de jovens – alguns estão muito felizes porque estou chamando todos de jovens. Quero cumprimentar os Pastores Ismael e Brás e o grupo inteiro.

Senador Paulo Paim, quero dizer que não estou “rasgando seda”, porque eles conhecem a sua estrada e a sua história.

Há um grupo do outro lado também, porque nós temos uma companheira, nossa amiga, portadora de deficiência, que não pôde subir a rampa, mas está ali do lado – isso faz parte da grande luta de V. Ex^a, Senador Paim, na sua Comissão. Ela é aluna de Direito e será operadora do Direito também.

Então, sejam muito bem-vindos.

V. Ex^a tem o tempo que julgar necessário para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, primeiro, cumprimento V. Ex^a e, ao mesmo tempo, demonstro a minha alegria também por estarem aqui, neste momento, no plenário do Senado, os formandos em Direito. Explico por quê: eu não terminei o curso superior, Senador Magno Malta, mas o meu sonho era fazer Direito. Embora eu não tenha cursado a universidade e, consequentemente, terminado o curso de Direito, nesta sexta-feira eu tive a alegria de ver a minha filha, na Ulbra, em Canoas, ser diplomada no curso de Direito, e eu fui escolhido como patrono da turma de Direito da Ulbra deste ano. Quando ela recebeu o diploma, ela disse: “Pai, esse diploma é para ti”. Foi um gesto muito bonito dela e, por seu intermédio, eu tornei o meu sonho realidade. Por isso, os meus cumprimentos a vocês. Tenho certeza de que vocês serão profissionais do mais alto nível.

Essa turma da Ulbra que se formou, Senador Magno Malta, usou como símbolo da sua formatura a frase: “direitos humanos e a dignidade do cidadão”. Eu sei que isso também serve para todos vocês, porque,

independentemente de qualquer coisa, vocês, como operadores do Direito, levarão em primeiro lugar a questão do ser humano, ou seja, os direitos humanos e a dignidade do cidadão. Então, parabéns a todos vocês. Parabéns, Senador Magno Malta.

Eu estive em Cachoeiro – V. Ex^a sabe – a seu convite; estive no Espírito Santo. Posso dizer também que o meu filho hoje está muito bem. Ele mandou um abraço e espera a sua visita no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Para poder participar deste momento de V. Ex^a, quero informar a todos que o filho dele foi operado em Cachoeiro pelo nosso querido Dr. Rogério Glória, que é um grande cirurgião e que orgulha a todos nós. Digo ao Senador Paulo Paim que o seu sonho era o meu sonho. Eu fiz três vestibulares para Direito e não passei em nenhum. Então, quando eu vejo assim, eu “babó”, morro de inveja...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a foi mais atrevido que eu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Fui mais atrevido. Hoje, sou paraninfo de algumas turmas de Direito pelo Brasil afora, porque me vêem pela TV Senado e acham que sou advogado – e eu não sou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o mesmo caso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Então, orgulha-me muito tudo isso e, em sendo do meu Estado, lá do nosso sul do Estado, de nossa querida Cachoeiro de Itapemirim, ficamos muito mais orgulhosos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, V. Ex^a deu o gancho para a minha fala inicial.

Eu quero também, nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, encaminhar à Mesa voto de aplauso à Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, pelos seus 35 anos de aniversário.

Ao longo da sua existência, a Ulbra tornou-se a terceira maior universidade brasileira, com sede em Canoas, no meu Rio Grande, estando presente hoje em 38 cidades gaúchas, atuando também em vários Estados do Norte e do Nordeste do nosso País.

A Universidade reúne mais de 125 mil alunos, matriculados no Ensino Superior. Desse total, em torno de 54 mil alunos já se utilizam da modalidade de graduação a partir do ensino à distância, ministrado também por aquela instituição e que se tornou um meio confiável e idôneo, fortalecendo o processo democrático da Educação Superior.

A Ulbra é referência nacional em ensino de qualidade, possuindo em sua base os ensinamentos basila-

res do cristianismo, os quais primam pela fraternidade e o amor ao próximo. Para alcançar essas qualidades singulares foi necessário uma base confiável e bastante sólida. A partir da expansão do ensino superior promovido pela Ulbra, evidenciou-se um maior desenvolvimento econômico e social do povo rio-grandense e, consequentemente, do nosso País.

Termino este voto de aplauso, Sr. Presidente, cumprimentando o Magnífico Reitor Ruben Becker, o Reitor para Assuntos Constitucionais, Jairo Jorge, meu amigo de longa jornada, e também a Câmara dos Deputados, que fez hoje uma grande sessão, que acompanhei, de homenagem aos trinta e cinco anos da Ulbra.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, este voto de aplauso.

Sr. Presidente, também no dia de hoje, quero deixar a minha manifestação pelos cinquenta anos da Rede Brasil Sul de Comunicação, RBS, comemorados em um evento realizado no Rio Grande do Sul. A Bancada gaúcha, por seus três Senadores, encaminhou um voto de aplauso e de apoio neste plenário.

Ao mesmo tempo, encaminho, no dia de hoje, voto de aplauso ao Grupo Sinos de Comunicação, que também completa cinquenta anos de fundação neste ano. Ao longo desses anos, os gaúchos, principalmente os da região metropolitana, acostumaram-se a respeitar, conviver e admirar o Grupo Sinos, que se tornou a vigésima empresa jornalística em receita líquida no País, possuindo o maior parque gráfico do interior do Brasil, e o vigésimo nono de toda a América Latina.

Por isso tudo, Sr. Presidente – aqui está a devida justificativa –, encaminho também esse documento.

Em terceiro e não por último – ainda vou falar sobre o tema que V. Ex^a destacou, do anúncio feito pelo Ministro do Planejamento na peça orçamentária de qual será o valor do salário mínimo a partir do próximo ano –, quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que fez publicar no **Diário Oficial da União** a retificação da Portaria nº 154, que trata do Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a soja no Rio Grande.

Agora, os produtores daqueles Municípios que haviam sido totalmente excluídos do zoneamento agrícola poderão ter acesso ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, conhecido como seguro agrícola.

É importante lembrar, Sr. Presidente, que, há dez dias, o Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul entregou, em Porto Alegre, quando estive lá com o Presidente Lula, um pedido para que essa Portaria fosse retificada.

Os Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e eu, que compomos a Bancada gaúcha, encaminhamos

um pedido e, felizmente, podemos hoje anunciar a publicação da retificação da Portaria nº 154, trazendo um grande avanço para toda a agricultura, principalmente para aqueles que plantam soja no nosso Rio Grande do Sul. Fizemos esse pedido, juntamente com a sociedade gaúcha, que foi acatado pelo Senhor Presidente da República.

Venho à tribuna, mais uma vez, como o Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento, e o Senador Magno Malta, que presidia a sessão até há pouco, para falar sobre o que foi publicado hoje, fruto do que foi apresentado à Casa, no Projeto Orçamentário, que é o valor do salário mínimo.

Quero dizer que avançamos, Sr. Presidente. Eu me lembro – e faço questão de destacar, neste momento, da tribuna – de que, quando eu falava em salário mínimo de US\$100.00, muitas vezes fui taxado de demagogo, porque diziam que isso era um projeto impossível. Eu ainda dizia: “São US\$100.00 dólares hoje. Quando chegar aos US\$100.00, vamos lutar pelos US\$200.00. Quando chegar aos US\$200.00, vamos para os US\$300.00. Quando chegarmos aos US\$300.00, vou brigar pelos US\$400.00”. Esse valor seria o do salário mínimo, conforme manda a Constituição, algo em torno de R\$1.200,00.

Hoje, podemos dizer que ultrapassamos a barreira dos US\$200.00 e perseguimos os US\$300.00. Se me perguntarem se o salário mínimo de R\$407,00 atende a todas as minhas expectativas, eu direi que não.

É um pequeno avanço. Pelo menos, agora temos uma política permanente de recuperação do salário mínimo – que é a inflação mais o PIB –, mas quero lembrar que, conforme o Projeto que aprovei, por unanimidade, na Comissão Mista do Salário Mínimo, o reajuste seria a inflação e o dobro do PIB. Se o PIB cresce, o salário mínimo cresce junto. Vamos pensar no mais pobre. Por isso, pelo nosso Projeto, o salário mínimo seria de, no mínimo, no mínimo, R\$427,90 já a partir do início do ano que vem.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que, independentemente da questão de R\$20,00 ou R\$30,00 a mais, a minha maior preocupação é com os aposentados e pensionistas.

Não está ainda previsto na peça orçamentária apresentada à Casa como fica a vida dos cerca de 27 milhões de aposentados e pensionistas. Continuo dizendo que é fundamental que os aposentados e pensionistas recebam, pelo menos, o mesmo percentual de reajuste que é dado ao mínimo. Se analisarmos somente os últimos dez anos, veremos que a perda que tiveram os aposentados em relação ao número de salários mínimos já ultrapassa 70%.

É comum o cidadão me dizer: “Senador Paim, eu me aposentei com oito salários mínimos e ganho hoje cinco. Quem se aposentou com cinco está ganhando três ou dois e quem se aposentou com dois está ganhando um”.

Na Comissão Mista do Salário Mínimo, de que fui Relator, aprovei, por unanimidade, e já encaminhei para a Câmara dos Deputados a recomposição para que os aposentados voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram. Daí para frente o reajuste terá de ser no mesmo percentual dado ao mínimo. Na mesma peça orçamentária, se prevalecer a lógica dos anos anteriores, o salário mínimo terá um reajuste que pode atingir 8% ou 9%, embora a peça fale em algo em torno de 7,5%. Mas o aposentado receberá somente a inflação, o que será, aproximadamente, a metade, e aí continua a defasagem.

Estou recebendo, Srs. Senadores, em torno de oitocentas correspondências por dia – meu gabinete está à disposição para mostrá-las. Grande parte dessas correspondências trata da situação dos aposentados e pensionistas. Então, mais uma vez, faço um apelo para que a Câmara aprove tanto o projeto que aprovamos naquela Comissão Mista, de que fui Relator, que trata do fim do fator previdenciário, como também que o aposentado volte a receber o número de salários mínimos que recebia na época em que se aposentou.

Faço este apelo, Sr. Presidente, porque eu não poderia deixar de vir à tribuna no momento em que é anunciado ao País, via peça orçamentária, qual a perspectiva de aumento do salário mínimo a partir do ano que vem. Quero dizer que vou continuar defendendo a tese de que o salário mínimo deve ser reajustado conforme a inflação mais o dobro do PIB, e não somente a inflação mais o PIB, e também que os aposentados e pensionistas devem receber o mesmo reajuste que foi concedido ao salário mínimo.

Para concluir, Sr. Presidente – não vou fazer a leitura porque gosto de colocar no papel, devido aos argumentos todos que aqui são listados –, quero lembrar que, recentemente, foi publicado um estudo, muito bem elaborado, que demonstra, Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, que o salário mínimo é o melhor instrumento para efeito de distribuição de renda.

De acordo com o estudo do Diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Sabóia, nos últimos dez anos, o mínimo obteve um ganho real acima da inflação equivalente a mais ou menos 45%. Isso, diz ele, contribuiu para mais da metade da redução da desigualdade registrada no mesmo período. Ou seja, ele prova cabalmente que o salário mínimo é o principal instrumento de distribui-

ção de renda neste País. É por isso que insisto tanto nessa tese.

Não me canso de dizer e, quando me perguntam: "por que é que tu brigas tanto pelo salário mínimo?", digo que sou filho de pai e mãe, infelizmente ambos falecidos, com dez filhos e eles ganhavam salário mínimo, os dois. Ela trabalhava na Getal, fábrica de compensados em Caxias e, ele, na Marcopolo, fábrica de ônibus em Caxias. Ambos, naquele período, ganhavam salário mínimo. Então, eu sei o que é viver com exatamente, nesse caso, dois salários mínimos.

Por isso, entendo que tudo aquilo que passei na minha infância, e não tenho queixa disso porque trabalhávamos, estudávamos, e o salário mínimo, na época, que correspondia, mais ou menos, ao que seria hoje em torno de R\$600,00, dava para viver com um mínimo de dignidade. Agora, é importante que tenhamos essa visão de que elevar o salário mínimo repercute em toda a cadeia salarial, repercute nos benefícios do aposentado e do pensionista, repercute inclusive no salário família, repercute nos pisos regionais que existem em alguns Estados, como Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O salário mínimo, se analisarmos friamente, hoje, principalmente no Norte e Nordeste, é o principal instrumento que impulsiona a economia desses Municípios. Por isso tudo, Sr. Presidente e muito mais do que teria de falar no dia de hoje, quero terminar dizendo que para mim é fundamental, nós que falamos tanto em idoso, falamos tanto da responsabilidade social, que pensemos em aprovar, definitivamente, uma política que busque a recomposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas de acordo com o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram.

Apresentei o PL nº 58, que foi aprovado nas Comissões, veio ao Plenário e retornou para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Apresentei também na Comissão Mista do Salário Mínimo a mesma sistemática: a recomposição do atrasado em cinco anos e, pago todo o atrasado, eles voltariam a ganhar o número de salários mínimos e, daí para frente, acompanharia o processo da política de salário mínimo, ou seja, o mesmo percentual.

Concluo, dizendo, Sr. Presidente, que esta luta em favor de um salário mínimo justo não começou hoje, não começou comigo, mas com certeza há de nos acompanhar durante toda a nossa vida, porque sonhamos com que um dia este País possa dizer: cumprimos o que manda a Constituição e o salário mínimo hoje é exatamente aquilo que atende às necessidades básicas de um casal com dois filhos. E, naturalmente,

na mesma linha, eu diria para todos os aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço pelo tempo, sei que o ultrapassei, mas deu para concluir exatamente aquilo que eu queria falar no dia de hoje.

Muito obrigado.

SEGUIM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, gostaria de deixar registrado que na semana passada o **Diário Oficial da União** publicou a retificação da Portaria 154 que trata do Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a soja no Rio Grande do Sul.

Agora, os produtores daqueles municípios que haviam sido totalmente excluídos do zoneamento agrícola poderão ter acesso ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), conhecido como seguro agrícola.

É importante lembrar que há 10 dias, o Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, entregou em Porto Alegre ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva um documento solicitando providências para o problema.

A Bancada gaúcha de Senadores, eu, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon estávamos em Porto Alegre e da mesma forma fomos procurados pela Farsul. Sem rodeios apoiamos o pleito do setor.

Então, Sr. Presidente, é com satisfação que vemos publicada a retificação da Portaria 154.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, na semana passada, a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) completou 50 anos de existência.

A Bancada gaúcha de Senadores apresentou voto de aplauso a este tão importante grupo de comunicação do Sul do País.

Ao longo da sua existência, os gaúchos se acostumaram a ser informados diariamente de notícias isentas e de informações idôneas.

As notícias veiculadas por suas emissoras possuem linguagem adequada, programação visual moderna e um tratamento editorial que sempre ressalta o respeito aos seus telespectadores.

O Grupo fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho, em agosto de 1957, conta com 5.721 colaboradores, distribuídos pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mais quatro Estados.

Atualmente possui 18 emissoras de TV aberta, duas emissoras de TV local, um canal rural nacional, operação orientada para o agronegócio, oito jornais diários, 26 emissoras de rádio, dois portais de internet, empresa de logística, empresa de marketing para o público jovem, editora gravadora, enfim, é uma fundação de responsabilidade social.

O seu atual Presidente é o Sr. Nelson Sirotsky, que tanto tem contemplado pelo crescimento do Grupo e, consequentemente, pelo desenvolvimento da comunicação brasileira.

O Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação fortalece a cada dia o exercício da cidadania tornando mais latente o princípio constitucional do direito à informação.

Mas Sr. Presidente, da mesma forma o Grupo Sinos de Comunicação completa neste ano 50 anos de fundação. Neste sentido, estamos encaminhando voto de aplauso para este grupo.

Ao longo desses anos, os gaúchos, principalmente os da região metropolitana, se acostumaram a ser informados diariamente de notícias isentas.

Pela sua trajetória, o Grupo Sinos se tornou a 20^a empresa jornalística em receita líquida no País, possuindo o maior parque gráfico do interior do Brasil e 29º da América Latina.

O grupo é composto por uma família de mil empregos diretos e indiretos nas 3 unidades (Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas).

Por sua idoneidade, junto às comunidades em que atua, é motivo de orgulho por se destacar pela sua credibilidade.

A empresa é considerada multimídia, disponibilizando informação, cultura, entretenimento e interatividade através do jornal, rádio, revista e internet.

O Grupo Sinos, representado pelo seu Presidente Mário Alberto Gusmão, tornou-se um dos mais tradicionais veículos de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo hoje referência não só no Brasil como na América Latina.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, li sobre a valorização do mínimo e seu impacto na diminuição da desigualdade social.

De acordo com o estudo do Diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Saboia, nos últimos dez anos, o mínimo obteve ganho real, acima da inflação, equivalente a 45%.

Isso contribuiu para mais da metade da redução da desigualdade registrada no período.

O estudo teve por base o coeficiente de Gini, parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda. Ele varia de zero a 1,00.

Teoricamente zero significa que todos os indivíduos têm a mesma renda e 1,00 que apenas um indivíduo teria toda a renda de uma sociedade.

Em 1995, o Brasil tinha esse índice em 0,599. Isso em relação à renda domiciliar **per capita**.

Dez anos depois, o indicador baixou para 0,564. De acordo com o estudo, se não fosse a valorização do mínimo, a queda teria sido muito menor: 0,586.

Uma redução de 64% que, segundo a pesquisa da UFRJ, deve-se à valorização do salário mínimo.

Como dizia, fico muito feliz com esta constatação, afinal, por toda minha vida preguei isso.

Contra tudo e todos!

Mas a constatação nos mostra que estávamos certos. Não foi em vão nossa luta.

Tenho defendido ao longo de minha vida muitas causas. Uma, porém, tem-se mostrado especialmente árdua: a defesa do salário mínimo. Para muitos, essa luta é demagógica, ingrata ou ufanista.

Talvez muitos não saibam que o salário mínimo é o maior distribuidor de renda deste País e um instrumento fundamental na geração de novos empregos.

Ao contrário do que afirmam alguns, não são apenas 3 milhões de brasileiros os diretamente atingidos pelo salário mínimo. Ele tem impacto em toda a sociedade.

E sempre tivemos consciência disso. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, fui membro titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, uma das Subcomissões que compunha a Comissão da Ordem Social.

Essa responsável por tratar, dentre outros assuntos, do salário mínimo. E sempre busquei atrelar valor ao mesmo.

Na Câmara, em 1991, fiz greve de fome por três dias para defender os trabalhadores. Pela mesma razão fiz vigília no Plenário de 48 horas; fiquei na Tribuna por uma noite e um dia.

Fiz aquele gesto histórico que demonstrou que os deputados estariam rasgando o coração, a alma da Constituição se aprovassem o projeto que acabava com o décimo terceiro, com as férias e com os direitos mínimos dos trabalhadores.

Na Constituinte e ao longo das décadas fomos obtendo muitas conquistas.

Apesar disso, mesmo sendo determinação Constitucional, um salário mínimo que garanta ao trabalhador e sua família o suprimento de suas necessidades básicas, com reajustes periódicos que lhe preservem o valor real, esses preceitos não têm sido cumpridos.

É como se, ano a ano, a Carta Magna fosse rasgada.

Os sonhos e as esperanças dos brasileiros que anseiam por um país que proteja seus trabalhadores e privilegie a justiça social acabam sendo frustrados.

Foi com a intenção de que isso pare de acontecer que, no ano passado, apresentei os seguintes pontos no relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo:

- Mínimo de R\$400,00 em 2007;
- adoção de uma política de reajuste permanente com base na inflação mais o dobro do PIB;
- que o mesmo reajuste dado ao salário mínimo seja concedido aos benefícios de aposentados e pensionistas;
- desoneração gradativa da folha de salários, transferindo para o faturamento o lucro. Passaríamos dos atuais 22% para 15%;
- fim do fator previdenciário que, atualmente, reduz em pelo menos 30% as aposentadorias;
- criação de mecanismos de recuperação do valor de compra das aposentadorias;

O relatório recomenda ainda:

- Aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC 228/04 que aumenta em 1% a arrecadação dos municípios por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ponto que já foi contemplado. Este item praticamente contemplado.
- Aprovação da PEC 24/03, de nossa autoria, que estabelece que os recursos da Seguridade Social devam permanecer na Seguridade;

Aprovação do Fundo de Desenvolvimento do ensino Profissionalizante (FUNDEP), PEC 24/2005. É importante ressaltar que de imediato estão previstos investimentos de R\$ 6 bilhões.

Na semana passada, o Governo Federal propôs um aumento de R\$27,33 ao salário mínimo, a partir de março de 2008.

O salário passaria dos atuais R\$380,00 para R\$ 407,33. Um reajuste de 7,19%.

A proposta do governo será adotada até 2011 e tem como base o crescimento da inflação (INPC) mais a variação do PIB dos dois anos anteriores à vigência do aumento.

A nosso ver, as orientações da Comissão Mista do Salário Mínimo deveriam ser aplicadas e incorporadas à proposta.

Assim, reajustando-se o mínimo pela inflação (hoje em 4,5) mais o dobro do PIB do ano anterior teríamos, em 2008, o valor estimado de R\$ 427,90. E, ressalte-se, essa política sendo adotada de forma permanente.

Os aposentados, mais uma vez, receberão a metade do que será dado ao reajuste do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos parar com o desgaste anual que as discussões sobre os valores do salário mínimo promovem.

Mais precisamos olhar atentamente para nossos aposentados e pensionistas.

Não é admissível que nossos aposentados enfrentem hoje tantas dificuldades. É preciso lembrar que os aposentados já deram muito ao país enquanto trabalhadores.

É necessário continuar e intensificar a luta no sentido de recuperar a defasagem que os benefícios dessas pessoas vêm sofrendo ao longo dos anos.

Como já citei anteriormente, a Comissão Mista do Salário Mínimo encaminhou ao plenário da Câmara o Projeto de Lei nº 101 de 07, que dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo.

O percentual, a título de correção monetária, será aferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice similar, de forma a refletir a inflação dos últimos 12 meses.

Além disso, o aumento real será equivalente, no mínimo, ao dobro da variação positiva do produto interno bruto no exercício anterior.

Esse projeto garante que os benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social sejam majorados na mesma data e com o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

A Comissão também encaminhou ao plenário do Senado o PLS 23/07 que prevê a criação do índice de correção previdenciária.

Esse índice tem como objetivo, restabelecer o valor da aposentadoria em termos do número de salários mínimos correspondentes ao benefício no momento da aposentadoria.

A aplicação do índice de correção previdenciária garante que, no decorrer de cinco anos (período de transição), o valor dos benefícios seja gradativamente majorado até recuperar seu valor original em salários mínimos.

Após o período de transição, será assegurado que os benefícios preservem seus valores em salários mínimos.

Por exemplo, se um cidadão se aposentou há dez anos e, na época, seu salário de benefício cor-

respondia a dez salários mínimos, esse é seu índice de correção previdenciária.

No entanto, seu salário de benefício hoje corresponde a cinco salários mínimos.

Se o projeto em pauta for aprovado neste ano, o benefício desse cidadão será majorado gradativamente, por cinco anos, até ser totalmente corrigido.

Então, em 2007, esse aposentado passaria a receber o equivalente a seis mínimos; em 2008, o equivalente a sete salários mínimos e assim sucessivamente até chegar em 2011, recebendo cerca de dez mínimos.

Assim, em 2011, essa pessoa voltaria a receber a mesma quantidade de salários mínimos de quando se aposentou tendo, a partir daí, o valor de seu benefício preservado.

Àqueles que possam se questionar sobre o impacto da valorização do mínimo nas contas da Previdência dizemos: não há.

Sim, pois a Previdência é superavitária. Sempre afirmei isso e continuo com a mesma posição.

A preocupação com a questão dos aposentados que ganham acima de um salário mínimo me levou a apresentar aqui no Senado, em 2003, o PLS 58.

Ele também visa resgatar o poder aquisitivo dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aqui do Senado na forma do substitutivo do Senador Rodolfo Tourinho. Agora, está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Relembro que no dia 8 de agosto, o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) entregou ao presidente do Senado um abaixo-assinado com mais de 1,2 milhão de assinaturas pedindo urgência para a aprovação do PLS 58/03.

Lembro ainda que também apresentei a Proposta de Emenda a Constituição 13/06 que prevê a vinculação dos benefícios dos aposentados e pensionistas ao salário mínimo.

Sr's e Srs. Senadores, é preciso que todos tomem consciência sobre a importância do salário mínimo na melhoria das condições de vida de nossa população mais pobre.

É preciso que todos tomemos consciência da importância das aposentadorias na vida de nossos aposentados.

Quando isso acontecer estaremos dando um passo importantíssimo em direção à construção de um Brasil que respeita seus trabalhadores, um país que respeita cada um dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO N° , DE 2007

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso ao Grupo Sinos em comemoração ao seu 50º aniversário.

Ao longo desses anos, os gaúchos, principalmente os da região metropolitana, se acostumaram a ser informados diariamente de notícias isentas e de informações exatas.

Pela sua trajetória, o Grupo Sinos se tornou a 20ª empresa jornalística em receita líquida no país, possuindo o maior parque gráfico do interior do Brasil e 29º da América Latina. O grupo é composto por uma família de mil empregados diretos e indiretos nas 3 unidades (Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas). Sua idoneidade junto às comunidades em que atua, é motivo de orgulho e se destaca pela sua credibilidade.

Publica suas notícias em linguagem adequada, com uma programação visual moderna e com um tratamento editorial que sempre ressalta o respeito com o qual o jornal distingue seus receptores.

A Empresa é multimídia, disponibilizando informação, cultura, entretenimento e interatividade através do jornal, rádio, revista e internet.

Com uma visão de futuro o Grupo destacou-se nacionalmente por pioneirismos e inovações tecnológicas, perseguindo a qualidade contínua em todos os produtos.

A façanha de ter se tornado orgulho social teve como ponto de partida a inovação. No ano 1968, foi pioneiro em impressão pelo sistema **off-set** no extremo sul do país; 1978: pela primeira vez são utilizados computadores com disquetes, substituindo a fita perfurada, na fotocomposição de jornais no Sul; 1983: pioneiro na América do Sul com a instalação do sistema Elfasol eliminando a gravação do fotolito; 1985: Outubro – 1ª redação informatizada do país, em Dezembro – 1ª entrevista externa utilizando computadores portáteis; 1986: pela primeira vez na história da imprensa brasileira as páginas dos jornais passam a ser diagramadas e fotocompostas direto no computador; 1991: inauguração da nova rotativa **Goss Urbanite**; 1996: criação do **site Leather and Shoes**; 1998: os fotógrafos começam a trabalhar com câmeras digitais; 1999: Outubro – pela primeira vez um jornal brasileiro utiliza o CTP – **Computer-to-Plate**, em Dezembro – implantação do som e da imagem no **site** do noticiário do *diário NH* na in-

ternet; 2000: Outubro – pioneirismo gaúcho no serviço de distribuição de notícias no sistema WAP; 2000: Novembro – inauguração do novo Parque Gráfico e da Rotativa **Roland Man Uniset** 60; 2003: Inauguração dos novos estúdios da Rádio ABC 900 AM.

Com todo esse histórico não poderia ser diferente, o Grupo Sinos, representado pelo seu Presidente, Mário Alberto Gusmão, tornou-se um dos mais tradicionais veículos de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo hoje referência não só no Brasil como na América Latina.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO N° , DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em comemoração ao seu 35º aniversário.

Ao longo da sua existência, a ULBRA tornou-se a terceira maior universidade brasileira, com sede em Canoas no RS, estando presente em 38 cidades gaúchas, atuando também em vários estados do Norte e do Nordeste.

A Universidade reúne mais de 125 mil alunos matriculados no ensino superior. Desse total, 53.658 alunos já se utilizam da modalidade de graduação a partir do ensino à distância, que ministrado pela instituição, tornou-se um meio confiável e idôneo para democratização da educação superior.

A ULBRA é referência nacional em ensino de qualidade, possuindo em sua base os ensinamentos basilares do cristianismo, os quais primam pela fraternidade e amor ao próximo. Para alcançar essas qualidades singulares foi necessário uma base confiável e bastante sólida.

A partir da expansão do ensino superior promovida pela instituição, evidenciou-se um maior desenvolvimento econômico social do povo riograndense e consequentemente de todo o Brasil.

Com tantos adjetivos é que nos dignamos a aplaudir a Universidade Luterana do Brasil, que conta com o belo trabalho do Reitor Ruben Eugen Becker que tanto tem colaborado para a difusão do ensino superior de qualidade. A ULBRA, com 35 anos de existência, fortalece a cada dia o exercício da cidadania tornando mais latente o princípio constitucional do direito à educação e formação de profissional de excelência.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a representa bem a grandeza deste Senado e tenho de dar um testemunho: Ulysses Guimarães era chamado de Sr. Diretas, e V. Ex^a pode ser chamado de Sr. Salário. Ninguém nesta Casa defendeu mais o salário mínimo do que V. Ex^a.

Quando aqui entramos – este Senado é testemunha –, o salário mínimo era em torno de US\$70, e para muitos era uma utopia chegar aos US\$100,00. E eu estava ao lado de V. Ex^a, assim como o Senador Magno Malta, para conquistar os US\$100, e agora vai para US\$200, Senador Paulo Paim. Então, o trabalhador deve isso a V. Ex^a.

Os requerimentos de V. Ex^a serão atendidos de acordo com o Regimento da Casa.

Convidamos, neste instante, para usar da tribuna, o Senador do Espírito Santo, Magno Malta, esta figura extraordinária.

Estamos aqui, em nosso plenário, com a presença de muitas pessoas ilustres e mulheres bonitas de Cachoeiro de Itapemirim. É um bocado de Adalgisinhos na platéia. Quero dizer que o Magno Malta é baiano – não abrimos mão; é nordestino –, mostra a grandeza do homem do Nordeste, filho da santa Dadá, mas que chegou ao Espírito Santo. Então, a meu ver, ele tem 25 anos, porque não tinha vida; era um pobre nordestino e passou a ter vida quando casou com a mulher de Cachoeiro de Itapemirim. Aí é que passou a ter vida, e tem sido um bravo.

Ô Paulo Paim, só conheço um que teve uma carreira tão meteórica quanto a dele. Em 1992, ele era o Vereador mais votado e chegou aqui. Foi o Jânio Quadros, mas Jânio bebia muito e acabou renunciando. Você, não. É iluminado por Deus, daí estar no Espírito Santo.

Então, V. Ex^a, regimentalmente, tem 20 minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a, que representa o Espírito Santo, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim, hoje é um dia significativo para todos nós. Não costumo estar em Brasília na segunda-feira, até porque não moro em Brasília, e segunda-feira é um dia em que os Senadores ainda estão em suas bases políticas, e a vida aqui começa com as Comissões, às terças-feiras pela manhã.

Mas precisei vir, nesta segunda-feira, Senador Paulo Paim, para poder acompanhar esse grupo de estudantes da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, do Estado do Espírito Santo, que vieram cumprir uma agenda em Brasília.

Aliás, eu gostaria de dizer a eles e a elas, principalmente, pois devem estar se perguntando quem é a Adalgisinha de que o Senador Mão Santa falou. Adalgisinha é a esposa dele. E, quanto à referência que fez à beleza do Espírito Santo, à beleza da mulher de Cachoeiro de Itapemirim, digo que não foi à toa que fui casar por lá, Senador Paulo Paim. Saí do Nordeste e me casei lá em 1982, em Cachoeiro de Itapemirim. Em 1992, fui eleito Vereador em Cachoeiro de Itapemirim e, em 2002, Senador da República. São dez anos de vida pública. E o povo de Cachoeiro nunca me faltou.

Quero dizer que, nesta tarde, Senador Mão Santa, ao cumprimentar os jovens estudantes de Direito, que, a exemplo da população brasileira, recebem, como que enlatadas, as coisas pelos meios de comunicações, pela televisão, pelos jornais, e, pela própria luta diária, as pessoas se privam de acompanhar a vida nacional. Alguns se dispõem a acompanhar a vida nacional, mas não podem fazê-lo em seu todo; outros não conseguem interpretar a vida nacional.

Quero concluir os jovens estudantes de Direito, não os só do Distrito Federal, que estão tão próximos destas duas Casas, onde se decide o destino da Nação brasileira, mas aqueles futuros operadores do Direito no Brasil. É tão importante que façam como eles fizeram. É importante vir aqui, conhecer o Supremo, o STJ, conhecer estas duas Casas, ter uma agenda em que possam ouvir os técnicos das Comissões, das CPIs, dos Conselhos de Ética das duas Casas, entender o procedimento legislativo, o procedimento político, neste momento em que estamos falando de reforma política, o que deve acontecer e o que vai acontecer na reforma política e propor políticas públicas. Aliás, esta Comissão de que V. Ex^a é Presidente hoje e da qual fui o primeiro Presidente, a Comissão de Participação Legislativa, demonstra que tudo começa com o cidadão. O projeto que vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e às outras Comissões da Casa começa na Comissão de Participação Legislativa, em que o cidadão participa, até mesmo com uma simples idéia, tal como a de acabar com a taxa fixa de R\$30,00 do telefone fixo, que foi uma idéia de cidadãos de uma comunidade organizada de um distrito de Governador Valadares. Foi a proposta deles que entrou na Comissão e virou projeto de lei aprovado por esta Casa.

Então, é muito importante que esses jovens e essas jovens, jovens senhoras, jovens senhores e alguns com cara de adolescentes ainda – os dois que ali estão – tenham esse tipo de agenda. Espero que esta seja a primeira de algumas outras visitas, com uma agenda predeterminada, para poderem levar al-

guma coisa substancial de volta à sua faculdade e à sua vida cotidiana.

Senador Mão Santa, nós somos de um Estado pujante, de um Estado que, por si só, não se dobra. O Estado do Espírito Santo, Senador Paulo Paim, passou 12 anos como que subjugado pelo crime organizado, mas o Estado se recusou a ajoelhar-se, a sociedade levantou-se e articulou-se.

O advento da CPI do Narcotráfico, que tive o privilégio e a honra de presidir, pôs debaixo da luz aqueles que debaixo da luz deveriam estar. Ao estarem debaixo da luz, a luta da sociedade deu-se como um todo. O Estado do Espírito Santo, a partir desse momento, começou a sua grande reorganização. É rico por obra e misericórdia de Deus.

O sul do Estado, Cachoeiro de Itapemirim, na semana passada, sediou a Feira Internacional do Mármore e do Granito, evento que ocorre há mais de 20 anos num parque de exposições. Há uma outra feira em Vitória. Até por conta das nossas deficiências, não temos infra-estrutura e nem hotéis. Ali está o Pastor Brás balançando a cabeça. Lá em sua querida Itaoca, produz-se toda a matéria-prima para os fabricantes de tinta do Brasil. Não sabia que Ki-suco, que eu bebi tanto quando era menino, é feito com a mesma matéria-prima utilizada na fabricação de tinta. Não sei por que filho de pobre não morre. Não morri, o senhor não morreu. Estão todos fortes, vivos, lutando pelo Brasil, construindo o Brasil. Os nordestinos construíram o Brasil e crescemos bebendo Ki-suco. Depois, fui saber que a matéria-prima é a mesma.

Itaoca é rica. A maior jazida de mármore deste País está no Espírito Santo. E os cidadãos de Itaoca estão bem representados pelo Pastor Brás, que tem feito movimentar a indústria em São Paulo, a indústria no Brasil.

Cachoeiro de Itapemirim, o sul do Estado, é pujante na sua riqueza. Os grandes teares estão lá; as grandes jazidas estão no norte do Estado, e o beneficiamento está em Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado.

Sr. Presidente, com isso, conclamo, porque sei que TV Senado é vista no Brasil inteiro, os empresários de todo o Brasil a conhecerem a região do sul do Estado do Espírito Santo. Essa é a primeira razão.

A segunda, aprazou Deus fazer florescer o nosso petróleo agora. O nosso petróleo não floresceu quando o nosso Estado subjugado estava pelo crime organizado, porque certamente estaria em mãos muito ruins. As jazidas de petróleo ninguém inventou. Isso é obra de Deus, como o são as jazidas de

mármore e de granito. Isso não é obra de homem; é obra de Deus!

Sem dúvida alguma, quem tem grande visão comercial, industrial precisa visitar e conhecer o Espírito Santo, e conhecer, Senador Paim, o que a natureza já nos deu e que certamente receberemos nos próximos anos, se o Ibama deixar.

O Ibama já interditou 150 Km da costa do Espírito Santo com o mesmo argumento usado para interditar a pesca artesanal.

Tive uma reunião com os pescadores da nossa Marataízes, da nossa Itaoca, da nossa Guarapari, da nossa costa. Os nossos pescadores de pesca artesanal, desesperados, angustiados, em Marataízes, porque os burocratas se sentam numa sala muito boa, com ar condicionado, e tomam decisões. Eles são intelectuais que, normalmente, fizeram doutorado em Harvard, mas nunca pisaram no chão. Fizeram cursinho com carro importado, vão fazer doutorado no exterior e voltam cheios de idéias. Se der certo, eles são gênios. Se der errado, o povo não cooperou. Agora descobriram que estava tudo errado na tal Portaria e voltaram atrás, para felicidade desses pescadores artesanais e para felicidade nossa, que gostamos de peróá frito.

V. Ex^a, que vive me convidando tanto para conhecer o Delta do Parnaíba, Senador Mão Santa, precisa ir ao Espírito Santo e ficar com sua Adalgisinha lá um final de semana, conhecendo nossa costa, a praia de Vila Velha, a praia de Guarapari, de Marataízes, de Itaoca, Iriri, Anchieta, Conceição da Barra, lá em São Mateus, Aracruz, as praias de Vitória, da Grande Vitória.

Estamos interditados. Estamos fazendo um debate com a Senadora Marina Silva, nossa querida Ministra hoje. Não se pode, por imaginação, achar que ainda se vai descobrir, que vai acontecer – isso é linguagem de técnico –, e interditar 150km da nossa costa.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, de repente, os nossos estudantes de Direito não têm essa informação. E essa interdição bloqueia a chegada de empresas ao sul do Estado, por conta do *boom* do petróleo. E não será só o *boom* do petróleo, mas também o *boom* do gás.

E todo mundo fica doido para fazer uma faculdade. Eu já fui doidinho para fazer uma faculdade. Eu queria fazer Faculdade de Direito, mas não consegui passar no vestibular. Paciência. Hoje eu desestimulo. Sabe por quê? Senador Mão Santa, qualquer faculdade particular hoje custa R\$600,00, R\$700,00. Quando o sujeito termina, demora para arrumar um emprego e, quando arruma, é para ganhar R\$500,00 por mês.

Eu soube – V. Ex^a é médico – que o teto de fisioterapeuta, o teto salarial, pelo sindicato, é de R\$700,00. Mamãe, acuda-me! Só falta chover para cima! Passam cinco anos pagando R\$700,00 por mês! No Espírito Santo, nossos jovens têm sido estimulados a fazerem cursos técnicos na área de gás e de petróleo. Estimulem os filhos a entrarem na área técnica de gás e de petróleo, porque, nos próximos cinco anos, ninguém segurará o Estado do Espírito Santo. Para os próximos cinco anos, nós superaremos o Rio de Janeiro. Macaé já será absolutamente menor do que nós.

E todo mundo que faz escola técnica, no último ano, as empresas estão babando na porta para levar. As empresas que agregam valor nessa área. Senador Mão Santa, os **royalties** do petróleo, no Estado do Espírito Santo, hão de salvar a vida dos Municípios, e todos eles, aliás.

Tenho, desta tribuna, batido e debatido...

Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que entendo de estadista, abrangendo todos os temas e valorizando muito o potencial do seu Estado. Eu falava aqui com o Chiquinho, nosso eterno Senador, e ele me dizia: “o Senador Magno Malta será o Governador daquele Estado”. Apenas quero dizer que estive lá, inclusive em Cachoeiro de Itapemirim, e percebi o carinho com que a população o trata, tanto no Espírito Santo como na cidade. Quero dar o depoimento, agora, na presença dos jovens formandos em Direito, sobre o seu trabalho nesta Casa. V. Ex^a desenvolve um trabalho que entendo da maior qualidade. Poucos Senadores o igualam na construção não só na questão política, mas também na elaboração de projetos. V. Ex^a sabe que acompanhei a sua trajetória desde quando Deputado Federal, porque lá eu estava e V. Ex^a também, e posso falar do brilhantismo da sua atuação. E quero destacar no final – serei bem rápido para V. Ex^a continuar o seu belo pronunciamento – que V. Ex^a, com o seu brilhantismo de sempre, fortalece o ensino técnico. Esse é o grande lance da atualidade! É claro que nós todos gostaríamos que nossos filhos, além do ensino técnico, pudessem, em um segundo momento, concluir o nível superior, fazendo, como esses moços que estão aqui, a faculdade de Direito ou de outro curso. Saiba V. Ex^a que conto muito com o apoio de V. Ex^a porque apresentei aqui o Fundep, que é um Fundo de Investimento no Ensino Técnico Profissionalizante. Sei que, se V. Ex^a for o Relator dessa matéria, dará parecer favorável o mais rapidamente possível, o que gerará R\$6 bilhões para investimento nesta área.

Digo a V. Ex^a que para mim foi fundamental. Eu sou filho de escolas técnicas. Passei por ali, formei-me e foi fundamental para a minha vida social, política e até econômica ter participado de uma escola técnica. Por isso, concluo: todo o seu pronunciamento é brilhante para o fortalecimento do seu Estado, mas essa última fala, antes do meu aparte, incentivou pessoas a apostarem muito no ensino técnico. Parabéns a V. Ex^a. O Espírito Santo tem orgulho do Senador que elegeu. Parabéns!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, Senador Paim. Recebo, sensibilizado, o seu aparte e o somo ao meu pronunciamento, pela pessoa que é e pelo que representa para o País.

Muito obrigado pelo aparte e pelas referências.

Eis aqui uma dica aos futuros operadores do Direito: com esse *boom* do petróleo, no Espírito Santo, quem tiver juízo vai estudar um pouco de Direito International, porque muitas oportunidades vão aparecer daqui a pouco. É bom estudar também Direito do Trabalho, porque, certamente, “n” empresas vão se instalar no Espírito Santo, em todo nosso Estado, mas queremos, de forma especial, lá no sul empresas agregadoras de valor nessa área de gás e petróleo, até porque o Brasil precisa se libertar da Bolívia, de Evo “Morales”, que invadiu a nossa Petrobras. Precisamos cozinhá-lo em banho-maria, para que ele não desligue a turbina ou feche a torneira e pare São Paulo, pois somos dependentes do gás boliviano.

A Petrobras corre no sentido de criar infra-estrutura em Santos, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, na Bahia. Corre para que tenhamos nossa auto-suficiência e deixemos de depender da lua de um louco, da lua ou do sol conforme manda: se amanhecer muito quente e o sol lhe queimar o juízo, ele invade a Petrobras e diz que quebra todos os contratos. Não precisamos disso. O Espírito Santo será altamente beneficiado. Empresas agregadoras de valor virão.

Senador Mão Santa, que tanto critica o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo menos um gol ele marcou. Marcou um golaço quando incentivou os Cefets, quando mandou alargar as fronteiras para os Cefets. No Espírito Santo, ganhamos um número que podia ser maior, mas é significativo. Temos Cefets a 60 quilômetros um do outro. Ibatiba ganhou um Cefet para a região do Caparão, onde, se incluirmos Manhuaçu, mais de 200 mil pessoas serão beneficiadas por esse Cefet. Esse Cefet – um golaço – é um centro de formação profissional. Não que o Brasil tenha pouca oferta de trabalho, nem que tenha muita; tem oferta razoável. No entanto, há uma faixa etária da sociedade que não ocupa essa oferta de trabalho porque a mão-de-obra não é qualificada. Então, esse foi um golaço marcado

pelo Presidente da República. Torço pelo PAC da Segurança Pública – e esta tribuna é testemunha disso, porque ela tem sido a minha trincheira na luta pela segurança pública. O meu Estado, o Espírito Santo, sofre com a morte da segurança pública. É um caos no País? Claro. É um caos no País! A violência rompeu todos os limites, acabou com todo tipo de qualquer esperança porque a ONU diz os limites toleráveis. Não há limite tolerável nenhum na área da violência e da segurança pública.

O bonde da violência é comandado de dentro dos presídios. As execuções são feitas no meio da rua. Daqui desta tribuna, Senador Mão Santa, tenho feito propostas ao governo federal. Temos 1.100 quilômetros aberto de fronteira só com o Paraguai. Infelizmente, toda maconha consumida no Brasil, no nosso mercado interno, da Bahia para baixo, porque da Bahia para cima é polígono da maconha, é produzida por brasileiros criminosos que estão no Paraguai em fazendas de brasileiros criminosos.

Quando comecei a investigar Fernandinho Beira-Mar ele estava lá na fazenda dos Morel. O Morel, depois, foi assassinado num presídio de uma cidade de Mato Grosso, por ordem de Fernandinho Beira-Mar. O velho Morel, patriarca, quando estávamos lá, em Dourados, com a CPI do Narcotráfico, foi monitorado, preso quando veio visitar a mãe. Essa maconha e todo contrabando de arma pequena para assassinar a nossa população, essa violência, vem das fronteiras com o Paraguai. Temos 700 quilômetros abertos com a Bolívia e com a Amazônia, onde há mais de 2.000 pistas clandestinas para aeronaves de pequeno porte, que trazem cocaína e arma para matar a nossa sociedade, para abastecer o crime, porque não existe fábrica bélica no morro. O morro não planta maconha, não planta e nem refina cocaína. Alguém põe isso lá. Infelizmente, todo crime tem o salvo-conduto da autoridade.

É preciso guardar a fronteira brasileira, e eu tenho batido nisso aqui. A força-tarefa é boa, mas não tão boa quanto devia. Ela já esteve no meu Estado duas vezes, quando começaram a queimar ônibus, a matar pessoas queimadas dentro de ônibus. Senador Paim, eu quero lembrar que o dinheiro que compra gasolina para incendiar ônibus é o dinheiro do usuário, desse inocente que cheira cocaína no final de semana e diz que não é drogado, desse nenê que fuma um baseado no domingo e diz que não é drogado, e não quer ser punido.

A bala perdida que põe paralítica uma criança na porta da escola é comprada com o dinheiro desse desgraçado. A gasolina que incendeia ônibus, queima pessoas, carboniza crianças dentro de ônibus, vem do

dinheiro desses usuários, dessa sociedade hipócrita que cheira cocaína, que fuma maconha, e, depois, aponta o dedo na cara da polícia e da classe política para resolver o problema da violência no Brasil. A polícia não foi criada para criar filho de ninguém, nem a classe política foi instituída para criar filho de ninguém. Criação de um filho é privilégio de pai e mãe. Filho é dádiva de Deus, diz a Bíblia.

Senador Mão Santa, que tipo de homem, que tipo de cidadão estamos formando para a sociedade? Que tipo de caráter estamos moldando para entregar à sociedade? Pais bêbados que se alcoolizam no fim de semana, mães fumantes, professores fumantes, formadores de opinião e atores drogados, que, quando vão a programas de televisão, dizem: "Ah, porque esses políticos não fazem nada, não resolvem nada". Como se criação de filho, formação de caráter de filho fosse responsabilidade do Parlamento! Eu quero saber que tipo de filho estamos formando, que tipo de filho estamos educando, que tipo de filho estamos preparando!

Esta tribuna é minha testemunha de que esse tema tem sido a minha grande discussão.

A força-tarefa esteve no meu Estado por duas vezes. Ela ficou nas ruas, armada. Sessenta dias depois foi embora! A violência continua do mesmo tamanho, porque a força-tarefa era um band-aid que colocaram num câncer. Quando tiraram o band-aid, o câncer continuou câncer. A força-tarefa deveria estar na fronteira. Seria um dinheiro mais bem gasto.

Daqui desta tribuna, Srs. Advogados do sul do Estado, da Faculdade de Direito do Espírito Santo, pedi ao Presidente Lula que colocasse a força-tarefa nas fronteiras. Eu pedi isso ao então Ministro Márcio Thomaz Bastos. Eu fiz isso por escrito, Srs. Advogados. Eu pedi, mandei, disse que a força-tarefa ia valer a pena. Pedi que chamassem o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; pedi que chamassem o Governador de São Paulo, José Serra; pedi que chamassem o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral – nosso companheiro aqui; pedi que chamassem o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung; que chamassem os Governadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, os Governadores dos Estados da Amazônia e que esses Governadores fizessem um orçamento comum, chamado orçamento de fronteira. Que cada um tirasse um pouquinho do seu orçamento e mandasse para lá, porque o investimento seria absolutamente menor do que se gasta quando a droga e a arma já chegaram ao Estado!

Mas eu não fui ouvido.

Pega a força-tarefa e põe para receber treinamento com a Polícia Federal. Mas, nesse caso, há

uma briga de vaidades. Ninguém vai querer ser treinado pela Polícia Federal, mas devia ser. E a Polícia Federal possui um pequeno efetivo, um ínfimo efetivo, para um País com as dimensões do nosso. A Argentina, país de 32 milhões de pessoas, possui 45 mil homens na Polícia Federal. Nós temos 180 milhões de habitantes e não temos 20 mil homens na Polícia Federal! Não temos 10 mil homens operacionais. Então, o que é feito nessas fronteiras abertas é um milagre. Envie para lá a força-tarefa, envie-os para trabalhar em conjunto com a Polícia Federal! E esse orçamento há de sustentá-los.

Deslocam-se esses homens para o Rio, para eles fazerem um treinamento em uma favela que não possui balas de revólver nem traficante. E, depois, como é que eles sobem o Morro do Alemão? Como é que sobem o Morro da Rocinha? Não sobem.

Desta tribuna, tenho gritado e tenho proposto. Desta tribuna, comecei a discussão da redução da maioridade penal. A adolescente Liana foi morta e estuprada pelo Champinha em São Paulo, um homem de 16 anos de idade, um estuprador, de 16 anos de idade, que alguns insistem chamar de criança. Homens de 17 anos. Homens de 15 anos. Ora, uma moça pode engravidar com 16 anos de idade. Nessa idade, o útero já está formado e ela pode ser mãe com 16 anos de idade. Com 16 anos de idade, podem-se gerar filhos. Com 16 anos, estupra-se, mata-se! As minhas filhas entraram na faculdade com 16 anos de idade; os reflexos todos estavam prontos. Um homem de 17 anos que estupra e mata, que põe um revólver 38 na cabeça de um cidadão, quando a arma é leve, quando não está com uma automática ou com uma escopeta na mão, que chama de vagabundo um trabalhador desses que V. Ex^a defende, um aposentado desses que defendemos, que o põe no porta-malas do carro e diz: "Entra aqui, vagabundo". O cidadão de bem, Senador Paim, já morre na hora em que é chamado de vagabundo. Ele é trancado no porta-malas do carro e levado para casa. O menor de 16, 17 anos, pega o cartão dele, leva-o para um posto eletrônico, toma o salário dele, amarra-o e estupra a mulher dele na frente dele. Depois, quando sai, a Polícia põe a mão, e ele fala: "Tire a mão de mim, porque sou menor e conheço os meus direitos". O que é isso? Aonde vamos parar? Senador Paulo Paim, lembra-se do caso João Hélio?

Quando cheguei a esta Casa, comecei essa discussão. A lei mais antiga protocolada no Senado referente à redução de maioridade penal é de minha autoria. A intenção é reduzir não de 18 para 16 anos, mas reduzir para nada, porque, no mundo, o crime não trata com faixa etária, conforme eu dizia nesta

tribuna, eterno Senador Chiquinho. O crime não trata com faixa etária. No crime, manda quem tem a capacidade de cometer o delito com maior grau de periculosidade. O menor pode ter 16 anos, mas tem coragem de queimar um inocente qualquer dentro de um pneu, dentro de um tonel. Esse é capaz de comandar. E, na quadrilha dele, pode haver gente de 40, 50, 70 anos, que não tem sangue no olho e vira passador, olheiro, mula do tráfico. Porém, quem manda tem 16 anos. E dizem: "Mas vamos pegar uma criança dessa e colocar em um presídio para virar bicho?". As pessoas que estão no presídio é que têm medo deles. Virar bicho mais para onde? Não é isso que estamos propondo.

Precisamos cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, para mim, é a única coisa boa que existe. Refiro-me também aos centros de ressocialização. Esses centros, Senador Mão Santa, são muito bons no papel. A família entra na sexta-feira para ficar com o menor e só sai na segunda.

Piscina olímpica, quadra de basquete, convênio com o Sesi, com o Senac e com o Senai. Dá profissão, dá estudo, trata com dignidade. Come-se no prato; não no marmitex. Tem-se banheiro digno; não se come em cima de vaso sanitário – isso é para bicho. Não é nada disso. É um lugar decente, onde ele paga para a sociedade e sai ressocializado. É para mandá-lo para esse lugar; não para Bangu I. Quem faz esse discurso hipócrita não sabe nem do que está falando. Agora, se disserem que o Champinha deve ir para Bangu I, o pessoal de lá diz: "Aqui não!"

Os que mataram João Hélio não eram quatro? Eram quatro: três maiores e um menor. Senador Paulo Paim, na instrução do processo, eles estão no seguro, na cela, porque eles podem ser mortos a qualquer momento. Então, eles têm de ser colocados no seguro. Passada a instrução do processo, condenados, cada um vai para o seu lugar.

Com relação aos três maiores, não duvido que o rodo deles esteja encomendado, porque bicho solto tem filho lá fora e odeia quem maltrata criança e estuprador. Esses terão de ficar a vida inteira no seguro. Se tirarem o seguro, eles irão morrer.

Agora, o tal menor, não. Esse vai chegar a um Instituto de Reabilitação, que só vai piorar a situação dele, mas com **status** de general. Por quê? Porque, no crime, é assim que funciona. É código. É lei. Não dá para desobedecer. Ao entrar no presídio, o comando terá de ser dele, porque ele foi promovido pelo crime, pelo grau de periculosidade e barbaridade com que cometeu o crime contra o João Hélio. Este foi promovido por arrastar o menino pelas ruas.

É verdade que a redução da maioridade penal sozinha não faz nada e não leva ninguém a lugar nenhum, porque a segurança pública, como todas as outras áreas da vida, é um motor movido à roda dentada. A redução da maioridade penal é uma roda dentada, que precisa de tantos outros componentes, como inclusão social, por exemplo.

Mas eu nasci num lar pobre. Nunca fui miserável, graças a Deus. Jesus disse: "Os pobres sempre tereis convosco". Minha mãe era pobre. Não há demérito nenhum em ser pobre. Pobre tem o que comer e onde dormir. Demérito é miséria, e isso não podemos aceitar. Eu nasci num lar pobre e não me tornei matador. Quantos de nós? A nossa história se repete, é a mesma. Não somos matadores. Não somos ladrões do sono e do sentimento alheio, não somos provocadores de lágrimas sofridas, quentes, de mães que choram nas madrugadas por filhos assassinados, drogados e roubados pelo tráfico. Não somos. Mas nasci num lar pobre, Senador Mão Santa, como V. Ex^a e milhões de brasileiros que me ouvem neste momento. Mas nem por isso nós nos desencadeamos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, 33 me lembra a idade de Cristo, que V. Ex^a simboliza. V. Ex^a está na tribuna há 33 minutos. Eu queria ouvi-lo, mas há dois oradores inscritos esperando pacientemente: o companheiro Dornelles e o Tuma.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com certeza.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – Se eu puder, peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Fique à vontade, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – V. Ex^a sabe a estima que lhe tenho por sua história, pelo seu passado, pelo seu sofrimento e por tudo aquilo que fez para chegar onde está hoje. Então, V. Ex^a fala com conhecimento de causa pelas experiências por que passou, inclusive pelas CPIs de que participou com destaque enorme, até hoje reconhecido pela população. Venho agora da cerimônia de passagem de comando na Polícia Federal e algumas coisas que vinha ouvindo no rádio no pronunciamento oportuníssimo de V. Ex^a praticamente se casam com o projeto de modernização que vem sendo implantado na Polícia Federal – e com continuidade, com o Luiz Francisco, que assumiu hoje. Talvez V. Ex^a não chegue a entender a extensão da palavra de V. Ex^a. Em São Paulo, ouço referências às palavras de V. Ex^a, que é firme, mostra um caráter corajoso e não se esquece de Cristo. E com essas bênçãos, sem dúvida, o que V. Ex^a fala

ecoa firmemente no coração dos desesperados, ou desesperançados, que não têm um caminho a seguir na busca de melhores dias. Eu acho que V. Ex^a traça um projeto importante e que esta Casa tem de apoiá-lo para que realmente se possa melhorar a segurança pública e recuperar aqueles que vivem desesperançados e têm que vender o corpo, às vezes vender o seu trabalho, meninos de 10, de 12 anos, escravos de traficantes, e tantas coisas que V. Ex^a descreve com sabedoria nesta Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Tuma, agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento, pela figura que é V. Ex^a, que sabe também a estima que lhe tenho.

Reafirmo a V. Ex^a que estou Senador da República. Eu estou. E tenho plena consciência disso. O que sou mesmo é pregador do Evangelho.

Eu sou pregador do Evangelho. Deus me chamou para pregar o Evangelho. Estou Senador da República. E sou daqueles que têm plena consciência de que, sem Deus na vida da família, os nossos dias serão absolutamente muito piores e, se há uma contribuição a se dar às famílias, é Deus na vida da família. Deus na vida da família é o fortalecimento da família, de valores que perdemos.

Por isso, pergunto: que tipo de cidadão estamos formando, que tipo de homens estamos dando à sociedade? Perderam-se todos os valores. A novela comanda tudo. Aliás, a televisão comanda tudo não só na política, mas na formação do caráter dos nossos filhos para a própria deformidade, para a própria deformidade. Para a própria deformidade! Por isso, agradeço a oportunidade referência de V. Ex^a. São vinte e seis anos tirando milhares e milhares de drogados da rua. Comecei dentro da minha casa.

Eu tinha onze colchonetes. Dormia em um com a minha esposa e tinha dez pessoas de cadeia dentro da minha casa. Há vinte e seis anos. Hoje tenho filhos, e filhos, e filhos, e filhos, e filhos, e filhos. Há um moço que tirei da cadeia há catorze anos por tráfico de drogas, roubo de carga, assalto de banco. Segundo ano primário. A minha casa de recuperação estava cheia, mas levei assim mesmo porque a família me pediu. Ele havia saído da cadeia. Ele veio para a minha casa, fez o supletivo dentro da instituição. Formou-se em administração, faz gestão ambiental, é Secretário de Defesa Social do Município da Serra, em um dos municípios mais violentos do País e reduziu a violência. Quanto às políticas públicas aplicadas por ele, de quem tirei da cadeia há catorze anos, o Ministério da Justiça pediu autorização para trazê-las para o Governo Federal e as políticas públicas aplicadas por ele no Município da Serra com

tanta vitória, com a vênia do Prefeito Audifax, serão as políticas públicas aplicadas no Brasil a partir de agora. E ele saiu da cadeia, recuperado dentro da minha casa, há 14 anos. É o Secretário de Defesa Social da Serra e tem palestrado nos congressos de Segurança da ONU.

Acredito na vida humana. Acredito que é preciso que consideremos isso. E a sociedade tem entendimento de que essa é uma responsabilidade de todos nós, não é só uma responsabilidade de Governo. Quando se critica o Fome Zero do Governo Lula, é como se o problema fosse só dele e dele a responsabilidade de resolver o problema da fome. Mas é de todos nós.

Senador Tuma, se nos acostumássemos a abrir o **freezer** da nossa casa toda semana, descobriríamos que há comida congelada de dez dias, de seis meses, restos de festa de criança, carne congelada, restos de frango que nem comemos e não vamos comer, que um dia vamos jogar fora. E não tivemos a sensibilidade de entender que alguém na rua está esperando para comer essa comida para dizer um “Deus te ajude”. Isso é responsabilidade de todos nós. Responsabilidade de todos nós! E é por isso que damos à sociedade o direito de tomar posições contra a classe política, por depositar na nossa conta tudo, todos os absurdos, como se a solução tivesse que partir de nós.

Se tivéssemos iniciativas, Senador Mão Santa... Tenho certeza que meus meninos estão me vendendo agora no Projeto Vem Viver. Chamo menino porque há homens de 70 anos que me chamam de pai, de 50, de 30, menino de nove anos, alcoólatra, de 12 anos, dono de toda a boca de tráfico do bairro dele! E fui tirá-los de lá, trazê-los para mim, investir minha vida na vida deles. E agradeço minha esposa, “adalgisinha” minha, de Cachoeiro do Itapemirim, que há 26 anos tira drogados das ruas comigo.

Por que criticamos tanto e discriminamos, bombardeamos e zombamos da igreja? A mídia faz isso com facilidade e acha bonito. São os falsos intelectuais, gente que nunca colocou um menino no colo, nunca deu um pedaço de pão para um doido, que não sabe o que é enxugar o catarro de uma criança na sua própria camisa, mas critica, zomba da igreja, mas, onde a igreja chega, a violência diminui. Sabe por que Senador Tuma? A igreja é formada de “ex-alguma-coisa”. Quem está na igreja é ex-prostituta, ex-drogrado, ex-quebrado, ex-desgraçado, ex, ex, ex... As igrejas são formadas de “ex-alguma-coisa”, que este País não conhece, que o mundo não conhece. Não se fez neste mundo e não se fez neste País uma obra social do tamanho dessa.

A maior obra social que se faz é resgatar o homem. E isso só o Evangelho faz. Não há juiz, promotor, cadeia, força de partido político, mobilização, camisa-de-força, não há qualquer tipo de medicamento no mundo que substitua o poder do Evangelho. O Evangelho, sim, esse muda.

Senador Tuma, tenho uma proposta nesta Casa e quero encerrar falando dela para que V. Ex^a e eu possamos ouvir atentamente o Senador Dornelles. Estou propondo que se reduza de dezoito para dezesseis anos a possibilidade de se tirar carteira de motorista, porque o reflexo de quem tem 16 é o mesmo de quem tem 18. Por que pode votar com 16 e não pode dirigir? Por que pode gerar filho, roubar, matar, estuprar e não pode dirigir? Pode dirigir, sim.

Agora, o meu outro projeto é no sentido de que quem vai tirar carteira de motorista a partir de agora vai ter que fazer exame toxicológico. Se vai tirar carteira aos 16 anos, vai fazer o exame toxicológico. E se o exame toxicológico apura os quatro anos para trás, é preciso ficar esperto desde os oito anos de idade e estender o exame toxicológico para quem vai refazer sua carteira de motorista. Aí os velhos têm que ficar espertos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Chiquinho Escórcio, veio aqui e disse que esse foi o melhor pronunciamento em qualidade que ele já ouviu.

V. Ex^a não precisa também ganhar em quantidade de tempo, porque há três oradores esperando pacientemente que querem usar da palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quando se diz que o brasileiro tem memória curta, a gente pensa que isso é brincadeira. Mas não é não. Já concedi ao Senador Mão Santa o triplo do tempo que estou usando agora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a é mais bondoso, é generoso, é o Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já encerro, Senador Mão Santa, dizendo, Senador Chiquinho Escórcio, que estou numa grande empreitada também. Quero lutar para mudar a legislação da adoção no Brasil. Precisamos libertar as crianças que estão nos orfanatos. Adotar criança no Brasil hoje é um parto, é um sofrimento.

Existem centenas de pessoas no Brasil querendo uma criança para fazer xixi em cima deles na madrugada; existem centenas de mulheres querendo

uma criança para enxugar o xixi e trocar a fralda na madrugada; e estão impedidos por uma burocracia, uma legislação, sem sentido. Agora, é uma legislação que facilita a vida do estrangeiro, que vem aqui e leva nossa criança e muitas delas já vão com o coração vendido, com o rim vendido, com os olhos vendidos, para morrer lá fora.

Estamos envolvidos nesse grande embate com a sociedade brasileira, com os pais e mães que adotaram. Aliás, Senador Mão Santa, a adoção é a única chance que o homem tem de dar à luz. E é maravilhoso adotar. Eu quero conamar ao Brasil a adotar, a arrebentar com os muros dos orfanatos e acabar com a picaretagem, Senador Mão Santa. Existe orfanato picareta que segura os meninos para viver com a cesta básica que eles ganham e põe para pedir esmola nas ruas. E esses meninos crescem e, com 14, 15 anos, saltam o muro e vão virar marginais porque as pessoas que querem adotá-los não conseguem, porque essas próprias pessoas os prendem no orfanato, a legislação é ruim, e nós estamos envolvidos nesse grande debate nacional.

De maneira que agradeço. E estou descobrindo que vir segunda-feira para cá é muito bom...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas está na hora de lembrarmos do discurso de Cristo, o mais bonito, que é o Pai Nosso... Um minuto, cinqüenta e seis palavras e encerrou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas é bom lembrar que ele era Cristo, e eu só sou um mortal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos lhe jogar flores como jogaram para a Princesa Isabel quando fez a Lei da Escravidão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E ai de nós se não fosse ela.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aquele Santo Estevão demorou demais e acabaram jogando...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ai de nós se não fosse ela.

Senador Mão Santa, já encerro meu pronunciamento, dizendo ao meu Estado do Espírito Santo que acreditou em mim, deu-me essa oportunidade. Tenho juntado minhas forças, no sentido de poder devolver com trabalho a crença que eles têm depositado em mim. Aliás, tenho recebido carinho e atenção do Brasil por conta dessas propostas. Precisamos, muito mais do que qualquer outra coisa, debelar a violência no Brasil. Esse é o grande problema, esse é o insuportável, não dá mais para segurar. Espero que o PAC da Segurança Pública, aconteça a médio ou a longo prazo, nos

ajude a construir políticas públicas para resolvemos esse problema.

Encerro dizendo: sem Deus na vida da família, tudo o que nós fizermos é nulo e vã.

Cumprimento-os mais uma vez, externando minha felicidade de ter esses jovens de Cachoeiro de Itapemirim conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós o saudamos por esse pronunciamento que engrandece o Senado Federal e desperta o Brasil. É a oportunidade de V. Ex^a ter a audiência desses jovens que abraçaram o Direito.

Esta é a Casa do Direito. Nossa patrono é Rui Barbosa. E uma das mensagens de Rui é a de que só existe um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. O Senador Magno Malta, simbolizando a inspiração de Rui Barbosa, falava da família. Rui Barbosa disse que a pátria é a família amplificada. Então, temos a satisfação de receber no plenário essas pessoas que abraçaram o Direito. Faço minhas as palavras de Aristóteles: “Que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa dos reis e esteja mais alta do que a dos santos”.

Convidado para usar a palavra um homem extraordinário, que faz deste um dos melhores Senados, em 183 anos, o Senador Francisco Dornelles. Sem dúvida alguma, a figura de V. Ex^a me faz lembrar Tancredo Neves, que se imolou pela redemocratização e, mais ainda, exigiu de V. Ex^a um compromisso para com esta Casa, de 183 anos, que garantiu a paz no Brasil; foi fechada por seis vezes, mas teve inteligências como a de Tancredo Neves, que, em um momento de dificuldade, de evitar uma guerra, fez sair daqui uma mudança até na forma de Governo. E o País confiou que ele fosse o primeiro-ministro.

V. Ex^a está sendo cobrado a se inspirar em Tancredo Neves, para trazer a esta Casa uma solução sábia, de forma que o Senado atravesses essas turbulências e encontre o caminho da ordem e do progresso para este País.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, agradeço muito as palavras carinhosas que V. Ex^a acaba de me dirigir.

Antes de entrar no assunto específico, que é o novo Regimento do Conselho de Contribuinte, quero cumprimentar o Senador Magno Malta por suas palavras e dizer que o trabalho que ele realiza no Espírito Santo atravessa, em importância, as fronteiras e que o Rio acompanha muito de perto o trabalho por ele realizado. Quero cumprimentar, dentro desse contex-

to, o Pastor Marcos Pereira, seu companheiro, que desenvolve no Rio de Janeiro, nas áreas mais pobres da cidade, trabalho no mesmo sentido e da maior importância que, muitas vezes, é incompreendido e não reconhecido, mas que se trata de um trabalho nessa linha que tem um fundo social muito importante.

Sr. Presidente, recentemente foi publicado o novo Regimento do Conselho de Contribuintes, que está criando os maiores problemas e as maiores dificuldades para todas as empresas e para todos contribuintes do Brasil.

O Conselho é um colegiado que atua na área fiscal. É um colegiado antigo e paritário, formado por representantes do Ministério da Fazenda e do Conselho Contribuintes, de grande credibilidade e de grande respeitabilidade. Os acordos do Conselho são mencionados em todos os grandes fóruns, em todas as reuniões de tributaristas. A profundidade desses acordos, a perfeição desses acordos são realmente mencionadas nas decisões dos Tribunais Superiores e não ficam atrás, em nenhum aspecto, das decisões dos grandes Tribunais do País.

Pois bem, Sr. Presidente, a portaria, recentemente publicada pelo Ministro da Fazenda, que modificou a estrutura dos Conselhos parou julgamentos. Estão paralisados, com maior insegurança dos contribuintes do Brasil. O que ocorre? Veja só os equívocos. Os auditores fiscais entram na carreira por um concurso extremamente complexo, ocupam postos em agências, em delegacias e em superintendências e depois são levados ao Conselho. É o generalato de um auditor fiscal.

Pois bem, o novo regimento estabelece que eles não podem ser reconduzidos a esse Conselho mais de duas vezes. Ora, após seis anos no Conselho de Contribuintes, ele adquire conhecimento profundo do problema. Ele está naquela posição, no auge da sua carreira, e é obrigado a não mais permanecer no Conselho. Por quê?

Ora, o que acontece é o seguinte: depois de ter ocupado postos em agências, delegacias, superintendências e Conselho, se ele não pode ir para o Conselho, ele não aceita ocupar nenhum cargo hierarquicamente inferior. Então, as grandes figuras da Fazenda, do Conselho, estão se aposentando. O Ministério está perdendo grandes funcionários, grandes técnicos, sob o fundamento de que eles não podem ser reconduzidos. E essa recondução é feita a cada três anos. Se houvesse membros do Conselho que, durante esses três anos, não tivessem produtividade ou que não tivessem feito o trabalho dentro de uma visão respeitada ou dentro da visão importante, assim considerada pela Fazenda, os casos isolados não

seriam reconduzidos, mas, no momento em que se estabelece que ninguém pode ser reconduzido, a Fazenda está levando para a aposentadoria técnicos da mais alta competência e que podiam prestar grandes serviços à Fazenda e ao País.

O mesmo ocorre do lado dos contribuintes. Nós temos, no Conselho de Contribuintes, representantes da indústria e do comércio que se especializaram na área dos impostos e que dão a maior contribuição no julgamento. Esses homens também estão sendo afastados.

Dias atrás, a Confederação Nacional da Indústria e do Comércio, enviou ofício ao Ministro da Fazenda pedindo algumas modificações no Conselho de Contribuintes. Além dos aspectos que eu mencionei – que não sei se estão nesse documento enviado ao Ministro da Fazenda pela CNI e pela CNA –, o ofício se refere a outro assunto, a outro problema existente no novo regimento. Ele se refere, diz a nota da Confederação Nacional da Indústria e do Comércio, à norma que prescreve o impedimento do conselheiro, por motivo de interesse econômico ou financeiro, direto ou indireto, na hipótese em que esse figure, como representante, mandatário legal ou convencional, em ação judicial que tenha por fundamento ou pedido, no todo ou em parte, a mesma matéria que seja objeto de recurso e julgamento. No ofício, a CNC destacou que o emprego do verbo “figurar” presta-se a restrições exageradas, como, por exemplo, no caso de conselheiro que figure em instrumento de procuração outorgada – como é comum – por um cliente a todos os advogados de um escritório.

Também o emprego da expressão “a mesma matéria”, a que se refere a Confederação Nacional da Indústria, revela-se, por sua amplitude, inadequada, ensejando controvérsias.

Ora, Sr. Presidente, como um representante da indústria ou do comércio no Conselho de Contribuintes pode saber, caso pertença a um grande escritório, se o seu escritório no Rio Grande do Sul ou no Rio Grande do Norte está no Judiciário discutindo um caso semelhante ou que tenha alguns traços semelhantes aos que ele vai julgar no Conselho?

A consequência é a seguinte, Sr. Presidente: o Conselho está paralisado, o Conselho parou! Os funcionários da Receita de maior gabarito estão se aposentando, porque, depois de deixarem o Conselho, não querem retornar para cargos de menor hierarquia. O Senador Romeu Tuma, que conhece bem a Polícia Federal, comprehende que um policial, depois de assumir os mais altos cargos na Polícia Federal, não vai

aceitar a hipótese de voltar para um cargo de menor hierarquia. Eles estão se aposentando. A Receita está levando à aposentadoria técnicos da mais alta competência e dificultando que advogados indicados pela CNI e pela Confederação Nacional do Comércio assumam e venham a ser conselheiros.

Vamos chegar a uma situação em que a Confederação da Indústria terá de indicar, para trabalharem no Conselho de Contribuintes, veterinários, médicos, engenheiros. Não poderão mais ser indicados advogados ou contadores, do que resultará um problema extremamente sério.

O Conselho de Contribuintes, Sr. Presidente, existe desde 1924, e nunca houve regulamentação tão restritiva e criando tantos problemas para o seu funcionamento.

Espero que o Ministro da Fazenda tome conhecimento desse ofício que lhe foi enviado pela Confederação Nacional do Comércio e pela Confederação Nacional da Indústria e faça as correções necessárias.

Com muita honra, ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – Não posso discutir o assunto com V. Ex^a devido ao vasto e profundo conhecimento que tem da Receita. Passei um pequeno período lá e sei da importância do Conselho, que é misto. Se é misto, quem tem o direito de indicar tem o de tirar. A Receita não pode dar o teto de tempo, pode retirar aqueles que não estão correspondendo à expectativa, porque a qualidade da definição dos procedimentos que são examinados lá tem de passar pelo colegiado. Não sei se ainda é assim, se há como modificar isso. Então, a confiança é de quem está no colegiado. Se alguém não agiu corretamente, vai comunicar, vai perder o lugar. Agora, dar teto de tempo? Vai renovar como? Dou o meu exemplo pessoal. Quando saí da Polícia Federal, voltei para São Paulo. Eu era delegado de polícia e teria que, em tese, assumir uma delegacia. O Governador disse: “Você está louco? Você vai ser Secretário aqui, porque não tem cabimento você ter exercido uma função de alto nível e voltar”. Então, V. Ex^a tem toda razão. Acho que o próprio Secretário da Receita e o Ministro têm de repensar e verificar a qualificação dos homens da Receita, que é invejável. V. Ex^a ficou um bom tempo dirigindo a Receita e sabe da qualificação de cada um desses agentes do Fisco. Então, cumprimento V. Ex^a e sou solidário à sua pretensão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a examinou o problema de forma bastante precisa. A cada três anos, o Ministro da Fazenda renova

o Conselho. Portanto, ele não é obrigado a renovar o mandato de um conselheiro que não tenha tido, durante o período, boa produtividade, que não tenha mostrado conhecimento, que tenha tido comportamento irregular. Mas, na medida em que se estabelece uma regra geral que nenhum conselheiro que lá esteve por seis anos poderá ter o seu mandato renovado, expulsam-se do Conselho de Contribuintes pessoas que estão no ápice da carreira, que estão ali no momento em que são os grandes julgadores. Como ninguém aceita cair hierarquicamente, aposentam-se e a Fazenda perde grandes conselheiros.

Assim também do lado do contribuinte. A Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio preparam pessoas dos seus quadros, enviam advogados representando grandes escritórios do Brasil, que julgam com a maior imparcialidade. E aí se estabelece que a pessoa não pode julgar um caso se seu escritório tiver, em qualquer lugar do Brasil, um caso semelhante. Ora, como é que ele pode saber? É justo que um conselheiro não possa julgar um caso em que esteja envolvido, mas como ele pode saber se seu escritório, no norte ou no sul do País, teve uma procuração para defender um caso semelhante no Conselho de Contribuintes?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Francisco Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Concederei um aparte a V. Ex^a.

Portanto, a Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional da Indústria enviaram um ofício ao Sr. Ministro. Espero que S. Ex^a considere a questão e salve o Conselho de Contribuintes, que é um dos colegiados, uma das instituições mais respeitadas do País

Ouço o Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senador Francisco Dornelles, o Senador Romeu Tuma começou dizendo que, tecnicamente, é muito difícil discutir o tema com V. Ex^a, que é uma referência no assunto, conhecendo-o com profundidade. Ninguém lhe rasga seda quando se refere a V. Ex^a dessa forma. Para mim também seria muito difícil discutir com V. Ex^a. Os argumentos de V. Ex^a precisam ser levados em consideração. Entendo como V. Ex^a. Sua capacidade de convencimento nessa área é extremamente forte, mas nem é precisa ter capacidade de convencimento para ver que isso é mínimo. Na Câmara dos Deputados, quando alguém deixa a Presidência da Casa, é dado a esse Deputado um gabinete num lugar diferenciado, como aqui no Senado. Se quem deixa a Presidência de uma dessas

duas Casas tem tratamento diferenciado, imagine numa questão técnica como essa, que o tempo só faz com que o sujeito depure o seu conhecimento, que cresça no seu conhecimento. Quando ele está preparado, é vedado a ele o direito de continuar? Se V. Ex^a preparar um documento, todos nós o assinaremos, para que não façamos documentos independentes ao Ministro. Acredito que os 81 Senadores não se furtarão de assinar documento pedindo que o Ministro reveja, para que quem construiu o texto o reveja, de maneira que vire realidade o argumento que V. Ex^a colocou aqui. V. Ex^a tem todo o meu apoio. Havendo a disposição de V. Ex^a para construir um documento, terei o prazer e a felicidade de assinar com V. Ex^a, porque também acredito da mesma forma.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Tenho esperança e acredito que o Sr. Ministro da Fazenda vai considerar esse ofício que lhe foi enviado pela Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional do Comércio e o apelo indireto que lhe tem chegado pela Associação que representa os Auditores Fiscais.

Se isso não ocorrer, a sugestão de V. Ex^a é extremamente importante e podemos pensar em fazer um movimento no Senado pleiteando a mudança desse Regimento do Conselho.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós que agradecemos, em nome do País, a inteligência de V. Ex^a, que foi detectada por Tancredo Neves. Kautilya, o Maquiavel da Índia, disse o seguinte: só entregue a chave do cofre e os canhões para a pessoa da mais alta confiança e credibilidade. V. Ex^a recebeu de Tancredo Neves a chave do cofre e está, com a sua inteligência, dando os ensinamentos para que seja guardada, com toda a segurança, a riqueza do País.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Romeu Tuma, do Democratas do Estado de São Paulo, Corregedor desta Casa e, sem dúvida nenhuma, o símbolo, o ícone da Polícia Federal, de que todos nós nos orgulhamos.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

Quero informar que estou vindo da passagem de comando da Polícia Federal do Dr. Paulo Lacerda

para o Dr. Luiz Fernando Corrêa, que era o Diretor da Secretaria Nacional de Segurança. Espero que V. Ex^a ainda possa ler, durante esta sessão, a indicação do Dr. Paulo Lacerda para assumir a Agência Brasileira de Informações, que tem de passar por sabatina, já marcada para o dia de amanhã, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sr. Presidente, foi feita, na Câmara dos Deputados, no dia 19 de agosto, uma homenagem ao Exército Brasileiro e a do Dia do Soldado foi no dia 25 de agosto. Assim, peço licença para ler um pequeno pronunciamento em homenagem ao Dia do Soldado.

Dia 25 de agosto é a data em que o Brasil comemora o Dia do Soldado para homenagear seus militares e a memória do Patrono do Exército, Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que foi Senador. Aliás, o Presidente do PT quer acabar com o Senado...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Na época dele, eram 42 Senadores brasileiros: 20 da área jurídica, 10 militares, 7 da Igreja, 2 médicos e 1 da área da agricultura.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – V. Ex^a sempre admirável conhecedor da História.

Tem alguém que quer acabar com o Senado. V. Ex^a já reagiu a isso hoje, assim como o Senador Tião Viana e outros que eu, infelizmente, por não estar aqui, não pude ouvir.

Caxias encarna, em nossa história, uma figura decisiva para a manutenção da unidade nacional. Poucos textos conseguem descrever os militares com tanta precisão e objetividade quanto um já mencionado nesta tribuna, inclusive por mim, em outra homenagem. Refiro-me ao trecho da carta enviada por Moniz Barreto ao Rei de Portugal – acho que V. Ex^a já tem conhecimento dela –, que diz: “Senhor, umas casas existem, em vosso Reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou pedir a permissão para interromper V. Ex^a, visto que, regimentalmente, o término da sessão seria às 18 horas e 30 minutos, para prorrogar o tempo da sessão por 30 minutos, a fim de que V. Ex^a conclua seu pronunciamento à vontade e, depois, o País ouvirá o Senador Garibaldi Alves.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento

físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares”.

Era essa a descrição da caserna durante a época colonial. É isso que continua a caracterizar o papel desempenhado com estoicismo e galhardia por nossos soldados, sempre a postos para defender a Pátria de agressões externas, para zelar pela paz interna e, se preciso for, para se imolar nessa nobre missão.

Mesmo nos períodos de incerteza institucional, a figura do soldado paira acima de interesses mesquinhos causadores de angústia ao povo brasileiro. Mas até por isso ele paga alto preço. Vê-se como alvo permanente de quem deseja forçá-lo à indigência em vãs tentativas de suprimir a fidelidade, a hierarquia e a disciplina. Vãs tentativas de alquebrar o seu amor à Pátria, mais ardente que o instinto de autopreservação.

Caxias, intransigente quanto à unidade nacional, sufocou revoltas, mas estendeu a mão aos vencidos. Tratou-os com dignidade e chegou a premiá-los com o perdão. Procurou fazê-los sentirem-se novamente irmãos e compatriotas. Conquistou-lhes a lealdade, o que lhe valeu a antonomásia de “O Pacificador”. Graças a ele, o Brasil continuou íntegro como nos foi legado.

Nascido a 25 de agosto de 1803, já era Capitão com pouco mais de 25 anos de idade e, aos 40, atingia o posto de Marechal de Campo. O Congresso Nacional inscreveu seu nome no Livro dos Heróis da Pátria. Nada mais justo, portanto, do que escolher o dia 25 de agosto para homenagear o soldado brasileiro, sempre fiel a Caxias no culto à Pátria, na prática do amor ao Brasil e no exemplo de coragem, arrojo e determinação que transcendeu nossas fronteiras.

Na I e na II Guerra Mundial, nossos militares verteram o próprio sangue em feitos vitoriosos no solo europeu. Depois, às ordens das Nações Unidas, garantiram a segurança e salvaram vidas em Suez, República Dominicana, Timor Leste, Honduras, Nicarágua, Moçambique e Angola. Como observadores, estiveram na Índia e no Paquistão, além do conturbado Oriente Médio. No momento, mostram heroísmo e sacrifício na missão de manter a paz no Haiti.

No território pátrio, atuam permanentemente em prol da segurança de nossas fronteiras e da integridade da Amazônia. Nos quartéis, ajudam a bem formar novos cidadãos, num trabalho de alto significado social, que molda o caráter de milhares de jovens recrutas.

Ao mesmo tempo, pesquisam novas tecnologias e assim agregam conhecimentos a um País poderoso, mas devotado ao amor e à paz.

Pergunto se o Senador Magno Malta ainda se encontra em plenário. (Pausa.)

Senador Magno Malta, estou aqui fazendo minha homenagem ao Exército Brasileiro, e V. Ex^a, em emotivo discurso, fez referência à salvação dos jovens, abrindo as portas de sua casa por mais de uma vez. Sabemos, Senador Francisco Dornelles, que o Exército, hoje, agasalha os jovens com pouca capacidade de serem agregados ao mercado de trabalho e procura, por meio do ensinamento da hierarquia, da disciplina e da ordem, ministrar-lhes algum curso que possa servir-lhes de futuro na cadeia de emprego.

Digo isso em homenagem a V. Ex^a e ao Dia do Soldado, que foi em 25 de agosto, a Caxias e ao Comando do Exército, que tem feito de sua missão honra e respeito ao Brasil. Precisamos ajudar as Forças Armadas a se recuperarem e a terem, sem dúvida alguma, meios para continuarem em sua nobre missão.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Romeu Tuma, fico muito orgulhoso de apartear-lo neste pronunciamento, tendo ao fundo estes jovens estudantes de Cachoeiro de Itapemirim. Quero parabenizá-lo. Não precisa ser muito inteligente para pensar no que vou dizer. O Exército Brasileiro – de igual modo, as outras forças, mas, hoje, especificamente, o Exército – é dotado de muita capacidade, desde a engenharia até à parte esportiva, atlética, de pára-quedistas, de pelotões de elite, de atiradores, de intendentes, mecânicos, músicos. O Governo Federal deveria melhorar o orçamento do Exército e das outras Forças – falemos especificamente do Exército –, levando para dentro delas – não sei se é preciso fazer uma lei para isso; se for necessário, faremos – jovens adolescentes que possam vestir as fardas. A mão-de-obra já existe, tem que se pensar em melhorar o orçamento do Exército, e lá já existem os professores de educação física, os mecânicos, os professores de música; isso, o Exército tem aos milhares. E V. Ex^a sabe que música é um grande instrumento para tirar as pessoas da marginalidade. Se cada unidade do Exército levasse para dentro dela 200 meninos, para dar a eles alojamento, comida, escola e prepará-los como mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho... E o Governo não precisaria contratar nem professor de educação física, nem professor de basquete, nem professor de natação, porque o Exército tem tudo; não precisaria contratar mecânico, porque

o Exército tem; precisaria apenas melhorar um pouco o orçamento da Força. E eu duvido que uma proposta dessa natureza, feita pelo Ministro da Defesa, não fosse aceita pelos Comandantes do Exército, de igual modo da Aeronáutica e da Marinha. Seria a grande contribuição e a revolução para tirar as crianças da rua no Brasil, Senador Tuma. V. Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Desculpe-me por ter me alongado e feito essa infiltração com esse viés, mas acho que, se o Governo pensasse só um pouquinho em melhorar o orçamento com essa proposta, com tanta gente preparada nas Forças, teríamos grande contribuição no combate à violência e na formação dos meninos de rua no Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Muito obrigado, Senador. Acredito que o Exército brasileiro e as outras Forças têm feito um trabalho social intenso e, nós, aqui, precisamos tratar com mais dignidade, com melhores meios, financeiramente, para que realmente se realize esse sonho de V. Ex^a, que é o nosso também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, como sempre, enriquece este Parlamento. E o momento oportuno e justo, 25 de agosto, Dia do Soldado, coincidiu com a infeliz afirmação do Ministro da Defesa. No momento em que lançava um livro que atingia a história das nossas Forças Armadas, ele ameaçava e tentava intimidar os bravos da nossa história que carregaram a nossa bandeira onde está escrito “Ordem e Progresso”. E jamais eu digo, porque um dos privilégios da minha vida foi ter servido o Exército de Caxias no CPOR.

Entendo que aqueles homens que enriquecem a nossa Pátria, que nos entregaram a democracia e a salvaguardaram ao longo da História, ninguém mais do que eles é forjado pelo ensinamento da disciplina e da hierarquia. Foi uma infelicidade extraordinária do Ministro da Defesa, e V. Ex^a fez esse desagravo em nome da Pátria, em nome da causa que faço minha, ao Exército, à Marinha, à Aeronáutica e a todos os soldados brasileiros.

Bastaria lembrar que eles são filhos do povo, eles são povo, e eles que fizeram e carregaram esta bandeira que garante a ordem e o progresso. E V. Ex^a faz uma homenagem que já deveria ter sido feita ao soldado brasileiro e teve a felicidade de dizer que um deles foi Senador da República, o Patrono do Exército.

Convidamos, para usar da tribuna, o Senador pelo Rio Grande do Norte Garibaldi Alves. Permita-me dizer-lhe, Senador, que eu tenho aprendido muito com V. Ex^a.

V. Ex^a é testemunha de que, quando ganhei o Governo do Estado do Piauí pela segunda vez, fui com minha equipe aprimorar nossa maneira de governar, vendo como exemplo o Governo de V. Ex^a, lá no Rio Grande do Norte. Mas quero lhe dar um conselhamento.

Quero me referir a Garibaldi Alves, o pai. Olha, outro dia encontrei um amigo, um médico muito importante, Dr. Emílio Lustosa, do Piauí. Ele chegou e me disse: "Mão Santa, quero fazer um agradecimento a você". Aí fiquei pensando... Eu sou cirurgião há mais tempo que ele; então, profissionalmente, eu o havia ajudado. E, como Governador do Estado, pensei o que seria. E sabe o que ele disse, Garibaldi Alves, o Dr. Emílio? Eu pensando que eram essas coisas, rememorando. Foi lá no restaurante Alô Brasil – havia um Ministro, lembro-me, o Odacir Klein. Esse restaurante é na praia, no coqueiro, o Alô Brasil novo. E ele disse: "Você ia com o Ministro, há dois anos, para o almoço, e parou e sentou diante de mim e de meu pai". Eu deixei o Ministro, fiquei conversando. "E você disse o seguinte: 'Emílio, vá curtir seu pai'. Desde aquele instante, refleti, e meu pai viveu cinco anos. E foram os melhores cinco anos de sua vida".

Então, digo aqui e agora: V. Ex^a é abençoado por Deus, mas vá curtir seu pai, o Garibaldi Alves pai.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, agradeço o Senador Mão Santa por esse conselho. Aliás, ele tem dito que me ouve muito. Mas não posso dizer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que sou um daqueles Senadores que o ouvem muito. Mas fico muito grato a V. Ex^a pelo conselho, por esse elogio a meu pai. Num determinado instante, quando estava ao lado do Senador Mão Santa, ele na Presidência como hoje, tive a oportunidade de passar o telefone ao Senador. Era uma ligação do meu pai para mim, e aí se deu o contato dele com o meu pai. Daí esse desejo do Senador Mão Santa de que eu fique cada vez mais próximo de meu pai. Senador Mão Santa, esse conselho que V. Ex^a nos dá agora deve estar sendo ouvido por dezenas, centenas e milhares de filhos que, a partir deste momento, deverão ouvir cada vez mais os pais.

Venho à tribuna no dia de hoje para dizer que, na última terça-feira, o Presidente do BNDES, Lucia-

no Coutinho, compareceu à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Na oportunidade, traçou um panorama dos investimentos e financiamentos do Banco e de sua fundamental importância para o chamado PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, do Governo Federal.

Na verdade, Sr. Presidente, o PAC é uma espécie de condensamento de investimentos de várias esferas. São investimentos do Orçamento-Geral da União, de estatais, das unidades federativas, dos Municípios, das parcerias público-privadas, como também através de financiamentos de instituições financeiras.

É imprescindível que, depois da presença do Presidente do BNDES aqui nesta Casa, Sr. Presidente Mão Santa, se faça uma reflexão, uma análise sobre esse Banco, que é tão importante. Um Banco que chega a investir por ano mais do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento; um Banco que chega a investir quase tanto quanto o Banco Mundial no que toca a investimentos voltados para áreas deprimidas, áreas subdesenvolvidas.

Em 1997, os financiamentos do BNDES no Brasil foram superiores a R\$17 bilhões. No ano passado, esse valor praticamente triplicou, alcançando a cifra de R\$51 bilhões. De janeiro a julho deste ano, já foram investidos R\$31 bilhões para financiar projetos em todo o País. Está clara a importância do BNDES. Sr. Presidente, está evidente que os nossos empreendedores precisam de instituições que financiem suas idéias e sua força de trabalho.

Mas hoje, quando retorno do meu Estado, Senador Mão Santa, trago outra reflexão a ser feita sobre o BNDES. Hoje, pela manhã, nós estivemos reunidos – o Rio Grande do Norte inteiro –, e não faltou nenhuma representação, seja ela política, econômica ou social. Os Senadores pelo Rio Grande do Norte foram representados por mim, diante da impossibilidade do comparecimento do Senador José Agripino e da Senadora Rosalba Ciarlini, que me delegaram a oportunidade de fazer intervenções em nome deles. Estiveram lá quase todos os Deputados Federais de todos os Partidos, Deputados Estaduais em grande número, entidades do comércio, da indústria, da agricultura. Não faltaram representantes dos trabalhadores rurais. Diria, Sr. Presidente, presidida esta reunião pela Governadora do Estado, que não faltou ninguém. Não se sentaram à mesa Governo ou Oposição. Sentou-se à mesa quem estava, Senador Mão Santa, decidido a defender o Rio Grande do Norte, os grandes projetos do Rio Grande do Norte.

A essa reunião compareceram representantes do BNDES, como o Sr. Antônio Tovar; o gerente-geral da Petrobras para a área de produtos químicos e de projetos de pólos petroquímicos; ao mesmo tempo, estava presente no Centro de Convenções do Estado, onde se realizou a reunião, o Diretor de Abastecimento da Petrobras, Dr. Paulo Roberto.

E, graças a Deus, Sr. Presidente – graças a Deus! –, não tivemos mais uma discussão inócuia, daquelas discussões que começam e terminam marcadas pela frustração de quem tem dinheiro demais para emprestar a quem não tem dinheiro nem projeto para receber financiamento.

O Rio Grande do Norte estava lá com seus projetos, projetos esses que vêm sendo defendidos por mim, pelo Senador José Agripino, pela Senadora Rosalba Ciarlini e pelos Deputados federais, como o projeto da refinaria de petróleo e o projeto do PVC - aliás, a refinaria de petróleo já não entrou na discussão, porque foi destinada a Pernambuco. V. Ex^a sabe muito bem da história dessa refinaria que foi para Pernambuco, e o Rio Grande do Norte ficou a ver navios, assim como os outros Estados do Nordeste.

Ora, o projeto do PVC era um sonho, era uma esperança que ia se tornar realidade para o Rio Grande do Norte, para que pudéssemos vendê-lo ao mundo inteiro! Mas o gerente-geral, o representante da Petrobras se levanta, Senador Mão Santa, e diz que o PVC não mais será fabricado no Rio Grande do Norte porque a nossa produção de gás está decadente – quando digo “nossa”, refiro-me à produção de gás do Rio Grande do Norte, e o PVC seria extraído do gás –, que a China está aí para produzir o eteno com muito mais facilidade, e que a Venezuela do Presidente Chávez também está disposta a abarrotar os mercados com a produção de eteno. Ora, Sr. Presidente, por outro lado, disse o representante da Petrobras que o mercado também já não apresenta a mesma capacidade de absorção desses produtos. E agora não era mais só a refinaria não; agora era o PVC. O representante da Petrobras sacou imediatamente da possibilidade agora do FCC, que era uma novidade. Todos se entreolharam e quase perguntaram: “Mas que danado é esse FCC?”

Segundo ele, o FCC será extraído do petróleo, ou melhor, dos resíduos atmosféricos da produção de petróleo, que invadem a atmosfera e que terão uma utilidade muito grande para a fabricação de produtos petroquímicos. E disse mais: “Seis meses e nós estaremos sabendo da verdadeira viabilidade do FCC”.

Depois disso, Sr. Presidente, veio também o anúncio do investimento em uma área de biodiesel, um grande projeto de biodiesel, uma usina de biodiesel para o Estado do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, como eu já disse, além da Petrobras, estava lá o BNDES, que foi motivo da minha abordagem no início do seu discurso. E o BNDES estava lá para dizer a nós, rio-grandenses-do-norte reunidos naquela sala do Centro de Convenções do Estado, que o aeroporto de São Gonçalo é estratégico, porque ele fica no ponto mais próximo dos Estados Unidos, da Europa e da África. Sendo assim, poderia promover a redistribuição de cargas e de passageiros.

Ora, o que estamos esperando, se ele é considerado tão importante por homens, como eu já disse, com conhecimento técnico como Jaime Lerner, que deu uma entrevista à revista ISTOÉ, apontando o aeroporto de Rio Grande do Norte como uma das soluções para a crise aérea, mostrando todas as suas vantagens? Sr. Presidente, o que era de se esperar era a adesão do BNDES a um projeto dessa natureza. Houve a adesão, mas ela vai passar por um estudo de viabilidade por meio de uma consultoria internacional, que vai realmente dizer qual é o fluxo de passageiros, qual é o fluxo de cargas e qual é a possibilidade desse aeroporto. E aí está a grande vantagem de esse aeroporto ficar próximo de uma ZPE – foram aprovadas aqui no Senado as ZPEs, para que se produza para o exterior, por meio de uma ZPE.

Meu caro Presidente Mão Santa, não vim aqui me queixar nem do BNDES nem da Petrobras simplesmente por me queixar; vim apenas dizer que vamos novamente acreditar que possamos sonhar com projetos importantes como este que criará, sobretudo, milhares de empregos para nossa população. Mas não queremos mais sonhar sozinhos. Queremos sonhar juntos. Queremos que a Petrobras e o BNDES não apelem para promessas que se desfaçam, como se desfizeram essas outras promessas da refinaria, do PVC.

Há um ditado que diz que sonhar sozinho não passa de um sonho e que sonhar com outros termina constituindo-se realidade. Estamos, Senador Mão Santa, sonhando sozinhos há muito tempo, freqüentando assembleias como essas, ouvindo promessas, ouvindo elogios. Mas cadê a realidade?

Agora chegou a hora de dizer desta tribuna: “Vamos acreditar de novo, mas vamos cobrar muito mais, vamos cobrar muito mais, muito mais mesmo, porque, afinal de contas, o nosso Estado não pode mais esperar, não pode mais ficar na expectativa de que esses projetos se viabilizem, de que estudos possam

ser realizados e de que o tempo passe e eles não se transformem em realidade".

Sr. Presidente, façamos desta tribuna um apelo só: já é hora de o Rio Grande do Norte, com suas potencialidades, que serão mostradas na Fiesp – como ocorreu no meu Governo –, na próxima semana, ser mais respeitado. Já é hora de o Rio Grande do Norte ser mais visto. Já é hora de o Rio Grande do Norte merecer aquilo que é seu. Vamos dar a César o que é de César, como dizia Jesus Cristo. Vamos dar ao Rio Grande do Norte o que é do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a representa bem aquele povo que tanto serviu. Franklin Delano Roosevelt veio ao Brasil e foi ao Rio Grande do Norte. Os Estados Unidos, na grande luta democrática, e Franklin Delano Roosevelt conquistaram Getúlio Vargas no Rio Grande do Norte. Eles encravaram, para fazer renascer as liberdades democráticas no mundo, importante base aérea e base naval. Então, aquele povo sempre esteve na vanguarda das lutas democráticas. E V. Ex^a, agora, representa bem essa grandeza histórica do Rio Grande do Norte.

Convidamos, o último orador de hoje, 03 de setembro, segunda-feira. Nunca dantes na História da República, em 183 anos, este Senado esteve aberto na segunda-feira. Hoje, para terminar com brilho esta grandeza histórica – aqui é o melhor Senado em 183 anos – vamos ouvir o Senador Demóstenes Torres, de Goiás, do Partido Democratas, DEM.

Jamais ousaria cortar a palavra de V. Ex^a, porque são palavras da liberdade democrática deste País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi o grande estadista brasileiro, um fato reconhecido na época até por adversários, que sabiam do valor, para o Brasil, de um administrador e político capaz de atravessar os séculos com seus feitos.

É tamanha sua figura como realizador que JK construiu Brasília em pouco mais de três anos, e até hoje, quase meio século depois, os seguidos governos não deram conta sequer de duplicar a rodovia entre Anápolis e o Distrito Federal. É tão grande seu valor histórico, Sr. Presidente, que hoje os governantes pensam para reformar prédios e ele construiu essa maravilha arquitetônica que é Brasília.

As novas gerações precisam conhecer essa história. E a história está nos dando uma excelente oportunidade para isso. A Fazendinha JK, para onde o Presidente Juscelino se mudou com a família, logo após sair do poder, foi colocada à disposição do Governo Federal, de Brasília, e de Goiás. São oitenta alqueires de recordações do grande brasileiro que Minas Gerais emprestou ao mundo. Ali estão dezenas de objetos que pertenceram a JK, que foram utilizados por ele no dia-a-dia; ali estão intactos os primeiros móveis de quarto utilizados pelo casal, que o então jovem médico Juscelino comprou pouco antes do casamento com D. Sarah. Ali está o automóvel que o transportou, enquanto o criador teve livre trânsito para percorrer sua criatura. Enfim, ali está a chance de os Governos mostrarem para o hoje e para o futuro o exemplo de uma vida que tanto serviu ao Brasil com resultados tão eficientes.

Além do valor histórico do ponto de vista político, a Fazendinha JK é uma jóia da arquitetura, com sua sede e sua capela desenhadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que agora comemora seu centenário, vivendo para testemunhar a grandeza de seu amigo Juscelino. Seus jardins e suas alamedas saíram da criatividade do paisagista Roberto Burle Marx, de fama internacional. A reunião desses três grandes brasileiros, cujo trabalho marcou suas respectivas áreas no Século XX, dá a dimensão da importância do imóvel.

A Fazendinha JK é localizada no Estado de Goiás, no Município de Luziânia. É tão próxima de Brasília que, conforme reembrou o Jornal *Diário da Manhã*, era de lá, de sua propriedade, que Juscelino via sua obra, Brasília, que não podia contemplar de dentro por impossibilidade determinada pelo regime militar. Das amplas janelas da fazenda, JK via as luzes daqui, do Congresso Nacional; via brilhar a Brasília que ele sonhou e que fez realidade. Foi ali que Juscelino morou quando cumpriu o seu mandato de Senador por Goiás, uma cadeira que tenho a honra hoje de ocupar.

Foram tirados dele o mandato, os direitos políticos e, depois, até a vida, mas ninguém o tira da memória do povo brasileiro. Para preservar essa memória, autoridades dos Governos de Goiás e do Distrito Federal querem transformar a Fazendinha JK em um museu. Se unirem os esforços, vão conseguir, para deleite dos historiadores e dos que querem justiça para o melhor Presidente que a República já teve.

Como diz a historiadora Lena Castelo Branco, Professora da Universidade Federal de Goiás, "o ideal seria abrir a Fazendinha JK para visitação pública,

transformando-a em um museu". O editor-geral do Diário da Manhã, o jornalista Batista Custódio, escreveu que a Fazendinha JK "é um patrimônio que todas as fortunas do País não a valem. É um bem inexpugnável, uma obra de tamanha histórico maior do que todas as realizações que o tijolo e a argamassa permitirem como feito de glória".

O Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, o Governador de Goiás, Alcides Rodrigues, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não podem deixar que se percam as relíquias de Juscelino Kubitscheck. Da parte do Governo goiano já existe a intenção de adquirir o imóvel e abri-lo para as crianças conhecem, para os jovens saberem que JK é uma sigla cujo sinônimo é desenvolvimento.

O Governo do Distrito Federal também quer preservar a memória daquele que lhe deu a vida. A União, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fez o estudo e a indicação é colocar a Fazendinha JK como patrimônio dos brasileiros. O Vice-Governador do Distrito Federal, o ex-Senador Paulo Octávio, também defende a preservação do imóvel não apenas porque é casado com uma neta de JK, mas porque igualmente usa seus exemplos de vida, de administração e de integridade. Falta fechar a parceria entre os Governos das unidades federativas e os Ministérios da Cultura e do Turismo para que o legado de Juscelino fique à disposição dos visitantes.

O Senado também deve reverências a Juscelino, porque ele dignificou esta Casa. Temos o dever de utilizar a tribuna para que, em um momento de tanta turbulência provocada pelos homens públicos, a sociedade se lembre de que nem todos são iguais, assim como ainda não nasceu um administrador igual a JK.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que os Governos não podem tardar, uma vez que, estando a fazenda à venda, qualquer pessoa pode adquiri-la. Seria um momento importante para que o Governo Federal e os Governos de Goiás e do Distrito Federal se unissem a fim de adquirir essa fazenda e colocá-la, sim, à disposição de todo o povo do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte antes de descer da tribuna?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com todo o prazer, Senador Garibaldi Alves Filho. É uma honra.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Demóstenes Torres, quero prestar a minha solidariedade a V. Ex^a por essa causa que defende com tanto

entusiasmo e por esse gesto que solicita ao Governo Federal e aos Governos do Distrito Federal e de Goiás. Quero dizer-lhe que, numa hora como essa, como V. Ex^a bem assinalou, numa hora de crise, é que a lembrança de homens como Juscelino Kubitschek vem à tona. Emerge o exemplo de Juscelino para nos animar de que vamos superar tudo isso. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Sou eu que agradeço a V. Ex^a. Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Demóstenes Torres, creio que a Semana da Pátria de 2007 é uma das mais importantes da História do Brasil, porque a Pátria é a família amplificada, disse Rui Barbosa. E V. Ex^a trouxe o maior exemplo da família brasileira.

Todos nós somos felizes, porque não precisamos, e Luiz Inácio também não precisa buscar exemplos – estudar ele não gosta – na História, no passado e em outros povos. O exemplo está aqui: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Um País não pode viver sem histórias. Tantas dificuldades ele passou – num exemplo maior, o essencial é invisível aos olhos –, tudo o que vimos aqui, indústria automobilística, Brasília encravada no coração do País, Sudene, Sudam, para tirar essas diferenças sociais. "O essencial é invisível aos olhos" – diz o poeta. E o essencial foi exemplo de vida, de otimismo de Juscelino, que, mesmo diante da dificuldade, dizia: "É melhor ser otimista. O otimista pode errar. O pessimista já nasce e continua errado".

V. Ex^a traz o reviver desse otimismo para o Brasil num momento em que a República está perplexa diante de tanta turbulência. Vamos ser otimistas e encontrar uma solução para que o Brasil possa hastear a bandeira onde está escrito "Ordem e Progresso".

Agradecemos o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Agradeço eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Para terminar, saúdo a nossa Cidade de Buriti dos Lopes, no Piauí, que completa 74 anos, dirigida por uma mulher, Ivana Fortes. Quando governei o Piauí, consegui tirar de Buriti dos Lopes três grandes filhas, povoados transformando-se em cidades: Caxingós, Caraúbas, Murici dos Portelas e daquela gente, vamos dizer, liderada por Deoclides, por Manoel, por Zeca Toti, que fazem da região um exemplo de grandeza e riqueza do Piauí.

Estando na nossa cidade natal, no Piauí, Parnaíba, vi com entusiasmo o desenvolver da comunicação, uma televisão criada por iniciativa própria. Em 14 de agosto, que é o dia da Parnaíba, transforma-se, com auxílio da Meio Norte, em TV Costa Norte, entrando em toda a costa norte, Piauí, Maranhão, Ceará, através da pujante inteligência do seu empresário e criador, Dr. Oseas Furtado.

E a alegria é maior quando a maior emissora AM completa 25 anos. Com convênio da Rádio Igaraçu com a Globo, através da competente administração da engenheira Maria das Graças Nunes e do empresário Francisco, justamente quando a Rádio Igaraçu completa 25 anos, oferecem ao povo do norte do Piauí uma grande melhoria no sistema de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas); e
- **Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2005**, de autoria do Senador Leonel Pavan, que exclui as pessoas jurídicas que se dedicam à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Tendo sido rejeitados terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, os projetos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 30 de agosto de 2007, e publicou, no dia 31 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 386, de 2007**, que “Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.”

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Valdir Raupp	Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto
DEM	
José Agripino	Raimundo Colombo
Kátia Abreu	Edison Lobão
Jayme Campos	Romeu Tuma
PSDB	
Arthur Virgílio	Cícero Lucena
Sérgio Guerra	Marisa Serrano
PT	
Ideli Salvatti	Fátima Cleide
Eduardo Suplicy	Flávio Arns
PTB	
Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Péres	Osmar Dias
*PRB	
Marcelo Crivella	

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
Henrique Eduardo Alves	
Luiz Sérgio	
Mário Negromonte	
Luciano Castro	
Jovair Arantes	
Hugo Leal	
Bloco (PSDB/DEM/PPS)	
Fernando Piruja	Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Pannunzio	Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	Antonio Carlos Magalhães Neto
Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)	
Paulo Pereira da Silva	Miro Teixeira
Márcio França	Abelardo Camarinha
*P-SOL	
Chico Alencar	Luciana Genro

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **31-8-2007** (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: **3-9-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **4-9-2007**
- Emendas: até **6-9-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **31-8-2007** a **13-9-2007**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **13-9-2007**
- Prazo na CD: de **14-9-2007** a **27-9-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **27-9-2007**
- Prazo no SF: de **28-9-2007** a **11-10-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **11-10-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **12-10-2007** a **14-10-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **15-10-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **29-10-2007** (60 dias)

PARECER Nº 722, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Relator: Senador **Paulo Duque**

Relator **ad hoc**: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2007 (nº 3.986, de 2004, na origem), de autoria do Deputado Nazareno Fonteles, institui o Dia Nacional do Vaqueiro, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de agosto.

A data foi escolhida em função de uma tradição já consagrada no interior do Nordeste, pois na cidade de União (PI), teve início, há mais de meio século, a primeira passeata de vaqueiros do Brasil, um evento que se repete anualmente. Vinculada a essa manifestação, ocorre a maior festa de vaqueiros do Brasil.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo recebido pareceres favoráveis.

Em análise na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

A instituição de um Dia Nacional do Vaqueiro, não obstante a simplicidade do gesto é uma das homenagens mais apropriadas que se pode fazer a um profissional brasileiro. No Congresso Nacional, já tivemos a oportunidade de aprovar celebrações as mais diversas, mas faltava, ainda, uma que contemplasse esse verdadeiro herói dos sertões.

Ao justificar a proposição, o autor sustenta que o vaqueiro é uma figura representativa da cultura brasileira, tendo em vista as profundas raízes desse trabalhador para a expansão brasileira rumo aos sertões. Além da atividade de pastoreio, a esse personagem estão vinculadas a arte do couro, as habilidades eqüestres e também a música.

De fato, ao lado da significação econômica que teve e tem, o vaqueiro representa um símbolo cultural do que se pode chamar legitimamente de “brasilidade”. Além de ser aquele que permitiu a ocupação de vastas extensões de terra desde o período da Colônia, o vaqueiro tem sido o responsável pela guarda e transmissão de muitas das tradições nacionais, entre elas a arte do couro e diversas manifestações artísticas orais, como os aboios, os cantos e contos da memória popular.

A consagração do vaqueiro, por sinal, já vem ocorrendo desde há muito na literatura brasileira. Nossos autores têm-se encarregado de projetar no imaginário figuras de vaqueiros lendários e heróicos, para os quais, à coragem de perseguir touros bravos e enfrentar terreno e vegetação hostis, se somam a noção de independência: tendo que viver isolado de vilas e cidades, o vaqueiro acabou por criar um modo de vida autônomo e criativo, em fazendas que eram verdadeiras unidades auto-sustentáveis.

A literatura encarregou-se, igualmente, de denunciar as condições precárias de trabalho e a falta de amparo do vaqueiro, em personagens como o de Fabiano, do célebre livro **Vidas Secas**, de Graciliano Ramos.

A criação de um Dia do Vaqueiro reveste-se, pois, de uma grande significação para a cultura brasileira, razão pela qual recomendamos seu acolhimento pela Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista o caráter meritório, a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 028/07 NA REUNIÃO DE 31/10/10
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: Martin Sen. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATH	5- FRANCISCO DORNELLES.
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9-(VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA <i>Relator col. h.c.: S. C. C. C. S.</i>
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
RELATOR	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSD)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO .
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPIINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO .	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- (VAGO)
FLEXA RIBEIRO .	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	<i>luiu (sem voto)</i>	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	------------------------	--------------------

PARECER N° 723, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso n° 12, de 2007 (n° 221/2007, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 22ª etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Trata-se da apresentação dos resultados da 22ª etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos. Neste programa são sorteados municípios com população de até 300 mil habitantes e, de acordo com a Controladoria-Geral da União, seus objetivos são: conscientizar e estimular a sociedade para o controle dos gastos públicos; inibir e dissuadir a corrupção; e coletar dados que indiquem tendências a respeito da execução dos programas de governo.

Ainda de acordo com a Controladoria-Geral da União, o programa consiste em um mecanismo de sorteio público para definição de regiões onde serão desenvolvidas fiscalizações especiais, por amostragem, com relação aos recursos públicos federais ali aplicados, por via dos órgãos da administração federal, diretamente ou por meio de repasse, sob qualquer forma, para órgãos das administrações dos estados ou dos municípios e quaisquer outros órgãos ou entidades legalmente habilitadas. O processo estimularia, entre os administradores públicos, práticas mais rigorosas de controle, para assegurar a correta aplicação do dinheiro público. Afinal, prossegue o raciocínio, ninguém sabe quem será o próximo sorteado. Em cada uma dessas unidades regionais os auditores examinam contas e documentos e fazem inspeção pessoal e física das obras e serviços em realização, mas privilegiam, sobretudo, o contato com a população. O contato pode ser direto ou através dos conselhos comunitários e outras entidades organizadas, como forma de estimular os cidadãos a participarem do controle da aplicação dos recursos oriundos dos tributos que lhes são cobrados.

Como forma de dar ampla transparência aos resultados das fiscalizações, os relatórios finais são encaminhados a diversas instituições, tais como a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal de Contas da União e as duas Casas do Congresso Nacional.

Cabe-nos avaliar os resultados do Relatório do 22º sorteio, que sintetiza os resultados de fiscalizações realizadas em 60 municípios, situados em 24 estados. Os trabalhos foram desenvolvidos entre julho e setembro de 2006.

II – Análise

Os relatórios são padronizados e apresentam os resultados das fiscalizações de acordo com o Ministério ao qual está subordinado o programa sob exame. As irregularidades encontradas são discriminadas em “problemas graves” e “problemas administrativos”. Um resumo inicial lista todas as constatações feitas em todos os programas.

Após esse resumo, inicia-se o detalhamento das constatações da fiscalização. São apresentados os objetivos da ação de fiscalização, os detalhes do programa (unidade gestora, valor transferido ao município, etc.), e as constatações. Dando direito ao contraditório por parte do gestor responsável pelo programa, o relatório também apresenta a justificativa desse gestor à constatação da fiscalização, registrando se tal justificativa foi acatada ou não pela equipe de fiscalização.

Alguns exemplos de irregularidades graves constatadas são:

- fraude, direcionamento ou dispensa ilegal de licitações;
- desvio de recursos, superfaturamento e pagamento por mercadorias não recebidas;
- não-comprovação de despesas realizadas;
- contratações sem concurso público;
- falta de merenda escolar;
- não-recolhimento de contribuições previdenciárias sobre salários;
- ausência de contrapartida do município para complementar verba federal para aquisição de medicamentos;
- sucateamento de equipamentos por falta de manutenção;

- desvio de finalidade no uso de recursos com aplicação específica determinada por lei;
- condições físicas inadequadas em instalações de escolas e unidades de saúde.

Tais irregularidades surgem com preocupante freqüência. Observa-se, inicialmente, que em 15 relatórios não houve discriminação entre irregularidades graves e administrativas. Nos 45 relatórios em que foi feita essa discriminação, a média é de 10,8 irregularidades por municípios, chegando-se a um máximo de 38 irregularidades em um único município (Itaitinga-CE). Em 24% dos municípios, foram encontradas 17 ou mais irregularidades graves.

Apresento, em meu relatório escrito, tabela que contém dados mais detalhados sobre a incidência das irregularidades.

Quantidade de Irregularidades graves	Número de Municípios	% do Total de Municípios
Inform. não disponível	15	25
1 a 4	18	30
5 a 8	11	18
9 a 12	2	3
13 a 16	0	-
17 a 20	7	12
21 a 24	1	2
25 a 28	1	2
29 ou mais	5	8
 Número médio de irregularidades graves		10,8
 Número máximo de irregularidades graves		38

Avaliando o instrumento da fiscalização por sorteios, pode-se dizer, em primeiro lugar, que se trata de um importante instrumento para que os Ministérios aperfeiçoem seus programas, de modo a evitar desvios e problemas administrativos constatados. Por exemplo, detectou-se, com certa freqüência, a ausência de nutricionistas nas escolas, conforme exigido pela legislação referente à merenda escolar. Cabe perguntar se esta não é uma exigência excessiva. Se não seria suficiente, por exemplo, que o governo estadual contratasse alguns nutricionistas para atender a um conjunto de municípios.

Outro caso interessante é a exigência de que os pagamentos feitos à conta de programas federais sejam realizados em cheque nominativo. Evidentemente trata-se de uma medida para dificultar o desvio de verbas. No entanto, há municípios cujo

banco mais próximo está a mais de 30km de distância, o que faz com que o uso de cheques resulte em elevado custo administrativo e dificuldades operacionais.

Dessa forma, o Programa de Sorteios municia o Governo Federal com informações locais, de difícil obtenção, que permitem o aprimoramento dos programas descentralizados. No entanto, parece que nem sempre os Ministérios aproveitam essa oportunidade. Um relatório da ONG Transparéncia Brasil, por exemplo, ao analisar as constatações da CGU relativas ao uso de recursos do FUNDEF, afirma que:

Um fato grave é a inépcia do Ministério da Educação com respeito às denúncias de irregularidades que lhe são encaminhadas. Segundo informações do próprio MEC, este meramente notifica o Ministério Público e os Tribunais de Contas sobre as irregularidades, e não conduz qualquer procedimento interno destinado a reduzir o risco de ocorrência dos mesmos desvios em outros municípios.¹

Por outro lado, já se constatou que o Programa de Sorteios tem alguma eficácia no que diz respeito a alertar o eleitorado acerca da idoneidade com que os prefeitos gerem os recursos federais. Os economistas Cláudio Ferraz e Fred Finan² elaboraram um índice de corrupção a partir dos dados dos sorteios. Cruzando esse índice com dados relativos à reeleição de prefeitos, constataram que um aumento de 1% no índice de corrupção reduz em 27 pontos percentuais a probabilidade de reeleição.

III – Voto

Frente ao exposto, voto pelo conhecimento e arquivamento da matéria, enviando-se o CD-ROM anexo, que contém o resultado das auditorias, à Biblioteca do Senado Federal, para compor seu acervo e tornar disponíveis as informações aos pesquisadores e ao público em geral.

Sala de Reuniões,

¹Transparéncia Brasil (2005) Análise das Irregularidades na Administração Municipal do Fundef: constatações do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos da Controladoria-Geral da União. (<http://www.transparencia.org.br/docs/fundef.pdf>) .

²Ferraz, C., Finan, F. (2005). Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's public release audits on electoral outcomes. (<http://www.berkeley.edu/~ferraz/exposing.udf>).

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 12 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>Waldemar</i>
RELATOR :	<i>Waldemar</i>

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR

PMDB

LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA

PFL

ELISEU RESENDE	ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPIINO	RAIMUNDO COLOMBO
CÍCERO LUCENA	LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO	FLEXA RIBEIRO
MARCONI PERILLO	SÉRGIO GUERRA

PDT

EFFERSON PERES	VAGO
----------------	------

PARECER N° 724, DE 2007

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

Relator: Senador Leomar Quintanilha

I – Relatório

Vem a esta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 96, de 2004, de autoria do insigne Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

O art. 1º do PLS visa a alterar o art. 9º da Lei nº 10.831, de 2003, para prever que os órgãos federais disponham, em atos complementares, também sobre a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes. O art. 2º estabelece a cláusula de vigência.

No Senado Federal, o projeto foi distribuído, inicialmente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que não chegou a se pronunciar sobre a matéria. Não foram apresentadas emendas.

Com a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), por intermédio da Resolução nº 1, de 2005, o Senhor Presidente do Senado Federal, com base no inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), redistribuiu o presente PLS para análise da CRA.

II – Análise

Em conformidade com os arts. 91, I, e 104-B, VI, do RISF, incumbe a esta Comissão, em decisão de caráter terminativo, a apreciação da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa, não havendo, assim, ressalvas a fazer, quanto a esse aspecto, ao PLS nº 96, de 2004.

Com respeito à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende aos demais dispositivos regimentais.

Relativamente à juridicidade, o tema “biofertilizantes” já se encontra disciplinado na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, cujo regulamento foi atua-

lizado pelo recém-publicado Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004.

Nesta oportunidade, o escopo do PLS nº 96, de 2004, é alterar a Lei nº 10.831, de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, para que os órgãos federais regulamentem, de modo específico, a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes.

Na justificação do projeto, o autor alerta para o risco representado pela proteína **príon**, responsável pela doença encefalopatia espongiforme transmissível, conhecida popularmente como “doença da vaca louca”.

A utilização de biofertilizantes é bastante difundida na agricultura orgânica. Alguns desses insumos são produzidos a partir de proteína animal e contêm farinha de ossos e sangue, para posterior pulverização sobre as plantas. O risco de absorção da proteína **príon** pela planta, caso o biofertilizante esteja contaminado, e sua posterior transmissão para o gado alimentado a partir da planta é muito baixo, pois o **príon** é uma proteína animal.

Por outro lado, existe o risco de que o resíduo de biofertilizante depositado sobre as folhas das plantas possa transmitir o **príon** aos animais e às pessoas que as consumirem.

Aqui, por conseguinte, emerge uma questão de fiscalização por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e não a necessidade de haver uma regulamentação específica de biofertilizante no âmbito da lei que disciplina a produção orgânica.

Ademais, a proposta de alteração não modifica substancialmente a Lei da Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831, de 2003) ainda mais se considerar que o poder público já dispõe de competência para regulamentar o que está sendo proposto. Tanto é assim que o Decreto nº 4.954, de 2004, disciplinou a área de fertilizantes como um todo, inclusive os biofertilizantes.

Assim, entendemos que à matéria não carece de alteração na Lei da Agricultura Orgânica por se referir, primordialmente, à matéria constante da Lei de Fertilizante (Lei nº 6.894, de 1980), que já se encontra regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 2004. Aprimoramentos quanto a esse normativo são de competência do Poder Executivo.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: P.S **Nº** 96, **DE** 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<u>SEN. NEUTO DE CONTO</u>
RELATOR:	<u>SEN. LEOMAR QUINTANILHA</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT PR PSB PC DO B PRB PP PTB)	
SIBÁ MACHADO	<u>Siba Machado</u> 1- PAULO PAIM
DELcíDIO AMARAL	2- ALOIZIO MERCADANTE
ANTONIO CARLOS VALADARES	3- JOÃO RIBEIRO
EXPEDITO JÚNIOR	4- AUGUSTO BOTELHO
JOÃO PEDRO	5- JOSÉ NERY
PMDB	
GARIBALDI ALVES FILHO	1- VALDIR RAUPP
LEOMAR QUINTANILHA	2- ROMERO JUCÁ
PEDRO SIMON	3- VALTER PEREIRA
NEUTO DE CONTO	4- MÃO SANTA
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
HERÁCLITO FORTES	1- EDISON LOBÃO
CÉSAR BORGES	2- ELISEU RESENDE
JONAS PINHEIRO	3- RAIMUNDO COLOMBO
KÁTIA ABREU	4- ROSALBA CIARLINI
CÍCERO LUCENA	5- MARCONI PERILLO
FLEXA RIBEIRO	6- JOÃO TENÓRIO
MARISA SERRANO	7- SÉRGIO GUERRA
PDT	
OSMAR DIAS	1- JOÃO DURVAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 96, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PR/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP/PTB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO(PR/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP/PTB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO
SIBÁ MACHADO	X				1- PAULO PAIM				
DELCÍDIO AMARAL					2- ALQIZIO MERCADANTE				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				3- JOÃO RIBEIRO				
EXPEDITO JÚNIOR					4- AUGUSTO BOTELHO	X			
JOÃO PEDRO					5- JOSÉ NERY				
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO
GARIBALDI ALVES FILHO					1- VALDIR RAUPP				
LEOMAR QUINTANILHA	X				2- ROMERO JUCA				
PEDRO SIMON					3- VALTER PEREIRA				
NEUTO DE CONTO					4- MÁO SANTA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO
HERÁCLITO FORTES					1- EDISON LOBÃO				
CÉSAR BORGES	X				2- ELISEU RESENDE				
JONAS PINHEIRO	X				3- RAMMUNDO COLOMBO				
KATIA ABREU	X				4- ROSALBA CIPOLLINI				
CICERO LUCENA					5- MARCONI PERILLI				
FLEXA RIBEIRO	X				6- JOÃO TENÓRIO	X			
MARISA SERRANO					7- SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇAO
OSMAR DIAS					1- JOÃO DURVAL				

TOTAL: 10 SIM: 9 ABSTENÇAO: 9 AUTOR: _____ PRESIDENTE: /
 SALA DAS REUNIÕES, EM 22/8/2007

O Parecer foi pela rejeição da matéria.

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

Sen. NEUTO DE CONTO
PRESIDENTE

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.**RELATÓRIO**

Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa

I – Relatório

Vem a esta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 96, de 2004, de autoria do insigne Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que *dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências*.

O art. 1º do PLS visa a alterar o art. 9º da Lei nº 10.831, de 2003, para prever que os órgãos federais disponham, em atos complementares, também, sobre a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes.

O art. 2º estabelece a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas.

No Senado Federal, o projeto foi distribuído, inicialmente, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que não chegou a se pronunciar sobre a matéria. Com a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), por intermédio da Resolução nº 1, de 2005, o Senhor Presidente do Senado Federal, com base no inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), redistribuiu o presente PLS para análise da CRA.

II – Análise

Em conformidade com os arts. 91, I, e 104-B, VI, do RISF, incumbe a esta Comissão, em decisão de caráter terminativo, a apreciação da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa, não havendo, assim, ressalvas a fazer, quanto a esse aspecto, ao PLS nº 96, de 2004.

Com respeito à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os outros dispositivos regimentais.

Relativamente à juridicidade, assevera-se que o tema “biofertilizantes” já se encontra disciplinado na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, cujo regulamento foi atualizado pelo recém publicado Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004.

Nesta oportunidade, o escopo do PLS nº 96, de 2004, é alterar a Lei nº 10.831, de 2003, que dispõe

sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, para que os órgãos federais regulamentem, de modo específico, a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes.

Na justificação do projeto, o autor alerta para o risco representado pela proteína **prion**, responsável pela doença encefalopatia espongiforme transmissível, conhecida popularmente como “doença da vaca louca”.

A utilização de biofertilizantes é bastante difundida na agricultura orgânica. Alguns desses são produzidos a partir de proteína animal, como farinha de ossos e sangue, para posterior pulverização sobre as plantas. O risco de absorção da proteína **prion** pela planta, caso o biofertilizante esteja contaminado, e sua posterior transmissão para o gado alimentado a partir da planta é muito baixo, pois o **prion** é uma proteína animal, não havendo possibilidade de infecção de vegetais.

Por outro lado, existe o risco de que o resíduo de biofertilizante depositado sobre as folhas das plantas possa transmitir o **prion** aos animais e às pessoas que as consumirem.

Cabe, inicialmente, esclarecer que, se houvesse a hipótese de contaminação com **prion**, um fertilizante não poderia ser certificado como biofertilizante nos termos da Lei nº 10.831, de 2003, e, portanto, não poderia ser utilizado no sistema de produção orgânica e nem em nenhum outro tipo de produção agrícola.

Aqui, por conseguinte, emerge uma questão de fiscalização por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e não a necessidade de haver uma regulamentação específica de biofertilizante no âmbito da lei que disciplina a produção orgânica.

Ademais, a proposta de alteração não modifica substancialmente a Lei de Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831, de 2003) ainda mais se considerar que o poder público já dispõe de competência para regulamentar o que está sendo proposto. Tanto é assim que o Decreto nº 4.954, de 2004, disciplinou a área de fertilizantes como um todo, inclusive os biofertilizantes.

Assim, entendemos que a matéria não carece de alteração na Lei de Agricultura Orgânica por se referir, primordialmente, à matéria constante da Lei de Fertilizante (Lei nº 6.894, de 1980), que já se encontra regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 2004. Aprimoramentos quanto a este normativo são de competência do Poder Executivo.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004, nos termos do inciso II do art. 133 do RISF.

Sala da Comissão, – **Ana Júlia Carepa**, Relatora.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Por designação do Presidente desta Comissão, cabe-me relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 96, de 2004, de autoria do ilustre Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Em seu art. 1º, o referido PLS visa a alterar o art. 9º da Lei nº 10.831, de 2003, para prever que os órgãos federais disponham, em atos complementares, também, sobre a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes.

O art. 2º estabelece a cláusula de vigência.

Em sua justificação, ao pedir a seus pares a aprovação do projeto, o autor argumenta que: no caso de alimentos orgânicos, a regulamentação do uso de produtos de origem animal na elaboração de biofertilizantes merece especial atenção e cuidado por parte dos órgãos de fiscalização.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Em conformidade com os arts. 91, I, e 99, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incumbe a esta Comissão, em decisão de caráter terminativo, a apreciação da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa, não havendo, assim, ressalvas a fazer, quanto a esse aspecto, ao PLS nº 96, de 2004.

Relativamente à juridicidade, assevera-se que o tema biofertilizantes já se encontra disciplinado na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, cujo regulamento foi atualizado pelo recém publicado Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004. Nesta oportunidade, o escopo do PLS nº 96, de 2004, é alterar a Lei nº 10.831, de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, para que os órgãos federais regulamentem, de modo específico, a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes.

Com respeito à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os outros dispositivos regimentais.

Na justificação do projeto, o nobre Senador Valdir Raupp alerta para o risco representado pela proteína **prion**, responsável pela doença encefalopatia espongiforme transmissível, conhecida popularmente como “doença da vaca louca”.

A utilização de biofertilizantes é bastante difundida na agricultura orgânica. Alguns desses são produzidos a partir de proteína animal, como farinha de ossos e sangue, para posterior pulverização sobre as plantas. O risco de absorção da proteína **prion** pela planta, caso o biofertilizante esteja contaminado, e sua posterior transmissão para o gado alimentado a partir da planta é muito baixo, pois o **prion** é uma proteína animal, não havendo possibilidade de infecção de vegetais. Por outro lado, existe, sim, o risco de que o resíduo de biofertilizante depositado sobre as folhas das plantas possa transmitir o **prion** aos animais e às pessoas que as consumirem.

Inicialmente, cabe esclarecer que, se houver contaminação com **prion**, um fertilizante não poderia ser certificado como biofertilizante nos termos da Lei nº 10.831, de 2003, e, portanto, não poderia ser utilizado no sistema de produção orgânica e nem em nenhum outro tipo de produção agrícola. Aqui, por conseguinte, emerge uma questão de fiscalização por parte da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e não a necessidade de haver uma regulamentação específica de biofertilizante no âmbito da lei que disciplina a produção orgânica.

Além disso, a proposta de alteração não modifica substancialmente a Lei de Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831, de 2003) porque o poder público já dispõe de competência para regulamentar o que está sendo proposto. Tanto é assim que o Decreto nº 4.954, de 2004, disciplinou a área de fertilizantes como um todo, inclusive os biofertilizantes. Havendo necessidade de se alterar ou aprimorar o decreto, gestões junto ao Governo Federal seriam mais adequadas, pois quem dispõe de competência para esta regulamentação é aquele Poder.

Pelo exposto, entendemos que a matéria não carece de alteração na Lei de Agricultura Orgânica por se referir, primordialmente, à matéria constante da Lei de Fertilizante (Lei nº 6.894, de 1980), que já se encontra regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 2004. Aprimoramentos quanto a este normativo são de competência do Poder Executivo.

III – Voto

Do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004, nos termos do inciso II do art. 133 do RISF.

Sala da Comissão, – **Pedro Simon**, Relator.

DESPACHO**PLS N° 96, DE 2004**

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “*Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências*”, e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; cabendo a decisão terminativa, à CRA, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

Senado Federal, 29 de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Of.-PRES n° 1/2007-CRA

Brasília, 22 de agosto de 2007

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão rejeitou, em 22 de agosto do corrente, o Projeto de Lei do Senado n° 96, de 2004, que “altera o artigo 9º da Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências”, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Atenciosamente, – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

PARECER N° 725, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 177, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui o dia 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 177, de 31 de maio de 2006, apresentado a esta Casa pelo Senador Flávio Arns.

A proposição em análise compõe-se de dois artigos. O primeiro institui o “Dia Nacional da Equoterapia”, a ser celebrado anualmente no dia 9 de agosto. O

segundo artigo estabelece cláusula de vigência, que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Encaminhado a esta Comissão, para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – Análise

A Equoterapia pode ser definida, de acordo com a Associação Nacional de Equoterapia – ANDE-Brasil, como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais.

Nesse sentido, o intuito da proposição em comento, segundo o seu autor, é reconhecer os esforços dos profissionais que se dedicam a essa prática e os benefícios que ela pode propiciar, mormente às pessoas com deficiência ou com necessidades educativas especiais.

Não há o que obstar em relação à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Quanto ao mérito do projeto, cabe observar, primeiramente, que o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu o Parecer nº 6, aprovado em sessão plenária no dia 9 de abril de 1997. Nesse parecer, o Conselheiro-Relator Cláudio Balduíno Souto Franzen escreveu:

“Apesar de não termos conhecimento de trabalhos científicos que comprovem os mecanismos de ação pelos que possam explicar sua eficácia, é inquestionável que os exercícios realizados em equitação adequada a portadores de deficiências neurológicas permitem melhorias evidentes no equilíbrio, coordenação motora, e capacidade de comunicação, além de desenvolver hábitos de disciplina e educação.”

O parecer concluiu pelo reconhecimento da Equoterapia como método e sua incorporação “ao arsenal de métodos e técnicas direcionados aos programas de reabilitação de pessoas com necessidades especiais”. Recomendou ainda que, da equipe de reabilitação, “deverá fazer parte um médico especialista na área”, em atendimento aos requisitos que constam da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS N° 177/06 NA REUNIÃO DE 21/08/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Lúcio J. - Sen. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9-(VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA RELATOR
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPIINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- RÔMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- (VAGO)
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDU. AÇÃO

LISTA DE VOT. ÁO NOMINAL - PLS. 177 / 06

Setembro de 2007

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 4 29915

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRÍCIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE	X			
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
IDEI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES	X			
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASSI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				(VAGO)				
(VAGO)					NEUTRO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIRO SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO	X			
MARCO MACIEL	X				JOSE AGRIPIINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTHIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALEO PAES					(VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/08/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

Of. n° CE/110/2007

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flávio Arns que, “Institui o dia 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia”.

Atenciosamente, – **Senador Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER N° 726, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que institui o Dia da Guarda Municipal, a ser comemorado no dia 10 de outubro.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 299, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, institui o *Dia da Guarda Municipal*, a ser celebrado anualmente no dia 10 de outubro, data que remete ao ano de 1831, quando o Regente Feijó editou decreto que autorizava as províncias a criarem seus corpos de guardas municipais.

Encaminhado para decisão terminativa da Comissão de Educação, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

O projeto em epígrafe tem como propósito homenagear uma corporação de segurança cuja reinstituição é recente, mas que já merece o reconhecimento da sociedade brasileira. De acordo com o art. 102 do Regimento do Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação apreciar matérias que digam respeito às comemorações de datas nacionais e homenagens cívicas, natureza da proposição em exame.

Observados os requisitos de redação, a proposição não reclama qualquer reparo.

No que diz respeito à constitucionalidade, a matéria não contraria qualquer das cláusulas pétreas, nem tampouco invade competência legislativa de outro poder, cabendo a iniciativa ao Congresso Nacional.

Igualmente, quanto à juridicidade, o projeto se vale do meio adequado, isto é, edição de um projeto de lei; a matéria inova o ordenamento jurídico e sua natureza é genérica. Em outras palavras, responde a todos os requisitos dos princípios gerais do Direito.

Quanto ao mérito, não há o que questionar, tendo em vista a oportunidade e a pertinência da proposição destinada a homenagear uma corporação prevista no art. 144, § 8º da Constituição Federal. As guardas municipais, graças à Constituição de 1988, vieram para completar as lacunas no aparato de segurança existente no Brasil, que já contava com polícias militar e judiciária, no âmbito dos Estados e da União. Com esse corpo de guarda, ações de vigilância que antes não eram executados passaram a assegurar maior tranquilidade aos cidadãos brasileiros.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 299/06 NA REUNIÃO DE 21/08/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: *Aurélio Sen Cristovam Buarque*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAKI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
RELATORA	4- JOSÉ AGripino
MARCO MACIEL	5- KATIA ABREU
RAIMUNDO COLOMBO	6- ROMEU TUMA
ROSALBA CIARLINI	7- CÍCERO LUCENA
MARCONI PERILLO	8- EDUARDO AZEREDO
MARISA SERRANO	9- (VAGO)
PAPALÉO PAES	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 274/06

29918 Terça-feira 4

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Setembro de 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRÍCIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE					ALOÍZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASSI	X				JOÃO VICENTE CLAUDIO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEONMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					WALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				(VAGO)				
(VAGO)					NEUTRO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIRO SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMOSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO	X			
MARCO MACIEL	X				JOSE AGripino				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTHIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALEO PAES					(VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/08/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

Of. n° CE/ 111/2007

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Romeu Tuma que, “Institui o Dia da Guarda Municipal”, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER N° 727, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o ano de 2008 como “Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa.”

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Em exame o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que propõe a instituição do ano de 2008 como “Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa” e faculta ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo a programação e coordenação de eventos comemorativos. Esta Comissão analisa o projeto em decisão terminativa.

A justificativa desse projeto remete à insuficiência da abolição da escravidão para erradicar as severas desigualdades e o preconceito de nossa sociedade. A conquista da liberdade, apesar de sua enorme importância, não foi suficiente para garantir a plena cidadania dos negros brasileiros, descendentes de escravos ou não, que ainda hoje são vítimas de formas intoleráveis de discriminação.

Se aprovado, esse projeto de lei entra em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial**.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Não há incompatibilidade entre o teor da proposição e o texto constitucional. A espécie normativa proposta é adequada à finalidade pretendida, a técnica legislativa é sã e os dispositivos regimentais pertinentes à matéria foram observados.

Quanto ao mérito, não há dúvida de que os africanos e seus descendentes ainda sofrem discriminação, mais de um século após a abolição da escravidão. Esse fato, absolutamente intolerável, deve ser enfrentado por toda a sociedade por meio de diálogo franco, afirmação da dignidade fundamental e indistinta do ser humano e repúdio severo a todas as formas de discriminação. Nesse sentido, a instituição do ano de 2008 como “Ano Nacional dos 120 anos de abolição inconclusa” é extremamente meritória.

Os poderes públicos podem aproveitar esse ano para fomentar debates sobre inclusão e respeito, bem como sensibilizar a sociedade para os males da discriminação. O Poder Legislativo, mais especificamente, poderá concentrar esforços na aprovação de projetos que instituem medidas para garantir a todos os descendentes de africanos condições para o pleno exercício de seus direitos fundamentais. Consagrando esse ano à abolição é dizer basta tanto à escravatura quanto ao preconceito e à discriminação. A medida é bastante oportunidade e poderá representar um passo importante de nossa sociedade no sentido de alterar práticas e costumes lamentavelmente herdados de nossos antepassados.

III – Voto

Por essas razões, reconhecendo o elevado mérito da proposta e a inexistência de vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS N° 225/07 NA REUNIÃO DE 21/08/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE EVENTUAL:

Sen. Flávio Arns

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FATIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAKI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9-(VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGripino
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- (VAGO)
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
RELATOR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 225 / 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRÍCIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDEU SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASSI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUÇA				
GILVAM BORGES					LEONMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				(VAGO)				
(VAGO)					NEUTRO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO	X			
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGripino				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTHIA ABREU				
ROSALBA CIPOLLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERULLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALEO PAES					(VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PÉREZ				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/08/2007

SENADOR FLÁVIO ARNS

Presidente Eventual da CE

Of. n° CE/112 /2007

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 225, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Institui o ano de 2008 como Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER N° 728, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 23, de 2006 (nº 4.927/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 7º da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre a avaliação da qualidade de ensino nas instituições privadas, efetuada pelo poder público).

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 23, de 2006 (nº 4.927, de 2001, na origem), de autoria do Deputado Ivan Valente, dá nova redação ao inciso II do art. 7º, da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Na Casa de origem, a proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nas quais recebeu aprovação, nos termos de substitutivo apresentado nesta última.

No Senado Federal a proposição foi distribuída a esta Comissão, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II Análise

A propositura refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394, de 1996, que, no seu art. 7º, estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que as instituições de ensino privadas cumpram as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino, apresentem capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto

no art. 213 da Constituição Federal, e que tenham a autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público.

O PLC n° 23, de 2006, dá nova redação ao inciso II do art. 7º da LDB, explicitando que a avaliação, por parte do poder público, de entidades privadas de ensino, deverá ser periódica.

Não restam dúvidas quanto à necessidade de realização de avaliação para o funcionamento e instalação de unidades de ensino privadas, em território nacional.

A educação está eminentemente ligada à idéia de processo. Esta é uma noção defendida em muitas instâncias, mormente na literatura técnica da área, tanto é assim que o governo vem repetindo periodicamente a aplicação de testes como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Provão, além de já terem sido realizados processos abrangentes e completos como o antigo Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB).

Para que a educação se aprimore, é necessário a correção constante de rumos e o contínuo aperfeiçoamento das instituições de ensino. Desta forma, a avaliação constitui não só um mecanismo de defesa da qualidade a que o educando tem direito, mas, também, uma valiosa contribuição para que a instituição seja aprimorada. Todos, pois, – Estado, escolas e alunos – são beneficiários do processo avaliativo.

É a avaliação que garante o padrão de qualidade, como determina a Constituição Federal (CF). Ao poder público cabe zelar para garantir a qualidade do ensino, conforme preconiza o art. 206, VII, da CF. Há, pois, norma constitucional que estabelece, como princípio da educação, a qualidade do ensino. A alteração sugerida pela presente iniciativa parlamentar prevê que a avaliação das instituições privadas de ensino, determinada pela LDB e a CF, seja executada, pelo poder público, de forma regular.

A noção de avaliação, entretanto, não se reduz à mera observação dos resultados dos exames nacionais e/ou estaduais, eventualmente realizados pelo governo federal e/ou estadual, a exemplo do ENEM e do Provão.

Dentro de um referencial privatista, a avaliação não é vista como um processo e se dá pontualmente no tempo, não se vê necessidade de atualização. A situação ideal de determinado estabelecimento nessa perspectiva, se mantém indefinidamente, a partir de um determinado momento – aquele da avaliação inicial. Esse é um grave erro que os sistemas privados de ensino têm estrategicamente mantido.

Em diversos diplomas legais há previsão de realização de avaliações de qualidade: o já supracitado art. 206, inciso VII, da CF, é explícito ao estabelecer como princípio do desenvolvimento do ensino a garantia de

padrão de qualidade. O art. 214 prevê o estabelecimento em lei do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual; o inciso III desse artigo, cita a melhoria da qualidade do ensino como meta.

Na LDB, a menção à qualidade na educação é grande, assegurando o processo nacional de avaliação do rendimento escolar, estabelecendo que análises sejam empreendidas a partir desses resultados, e a informação disseminada em favor de melhorias nas escolas. Ainda na LDB fala-se na autorização e reconhecimento de cursos superiores "após processo

regular de avaliação", citando o descredenciamento como elemento coercitivo no caso de não cumprimento de metas estabelecidas legalmente.

A instituição privada deverá, de acordo com o PLC nº 23, de 2006, demonstrar que mantém, no correr do tempo, o padrão de qualidade que a fez ser credenciada.

III – Voto

Pelo exposto, pronunciamos-nos pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2006.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 023/06 NA REUNIÃO DE 21/08/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Mário. Sen. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
RELATORA	4- JOSÉ AGRIPIÑO
MARCO MACIEL	5- KÁTIA ABREU
RAIMUNDO COLOMBO	6- ROMEU TUMA
ROSALBA CIARLINI	7- CÍCERO LUCENA
MARCONI PERILLO	8- EDUARDO AZEREDO
MARISA SERRANO	9- (VAGO)
PAPALEÓ PAES	10- LÚCIA VÂNIA
FLEXA RIBEIRO	

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VII – garantia de padrão de qualidade.

.....
Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

PARECER N° 729, DE 2007

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de
2007 (nº 30/2007, na Casa de origem), que
altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de
1997 (garante às mulheres o acesso a in-
formações sobre a doação de sangue pla-
centário e do cordão umbilical).**

Relatora: Senadora Lúcia Vânia

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007, de autoria da Deputada Rita Camata, altera a Lei de

Transplantes para “garantir a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário, durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto”.

Em sua justificação, a autora afirma que a proposta fora originalmente apresentada pela então Deputada Jandira Feghali durante a 52ª Legislatura e arquivada ao seu final pela exigüidade de tempo hábil à apreciação em todas as Comissões temáticas daquela Casa.

Por fim, a nobre deputada considera de fundamental importância o acesso das mulheres às informações sobre as benesses da doação voluntária do material, de forma a contribuir para elevar o ritmo de doações e, assim, o nível de estoque dos bancos públicos, especialmente integrantes da Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas (BrasilCord), criada pela Portaria nº 2.381/GM/2004 do Ministério da Saúde.

A proposição deverá ser apreciada por esta Comissão apenas e não recebeu emendas.

II – Análise

Como é de conhecimento geral, a medula óssea é um tecido líquido que ocupa a cavidade dos ossos, sendo responsável pela produção de componentes do sangue: as hemárias ou glóbulos vermelhos, os leucócitos ou glóbulos brancos e as plaquetas. Essas células, especificamente, são formadas a partir das chamadas células-tronco hematopoiéticas, localizadas na medula óssea vermelha de um adulto.

Algumas doenças malignas, como a anemia aplástica grave e alguns tipos agudos de leucemia, afetam diretamente as células sanguíneas gerando a necessidade de substituição da medula óssea doente por células normais de medula óssea saudável, com o propósito de reconstituí-la.

Na maioria dos casos, o transplante pode ser realizado pela substituição direta de células da medula óssea. No entanto, também tem-se tornado muito comum o transplante a partir de células precursoras de medula óssea obtidas do sangue de cordão umbilical e placentário (SCUP).

O SCUP tem uma característica especialíssima, que o torna único: durante a gravidez, o oxigênio e nutrientes essenciais passam do sangue materno para o bebê através da placenta e do cordão umbilical, ou seja, o sangue que circula no cordão umbilical é o mesmo do recém-nascido. A partir de diversos estudos, pesquisadores identificaram no cordão umbilical um grande número de células-tronco hematopoiéticas, conferindo importância singular a esse tipo de tecido para pessoas que necessitem do transplante, especialmente a partir de doação voluntária.

Uma das vantagens desse tipo de doação é a sua disponibilidade imediata. Como a doação é feita assim que o bebê nasce, ainda na sala de parto, não há

necessidade de localização do doador nem tampouco de extrair sua medula óssea. A maior desvantagem, por assim dizer, é a pequena quantidade de material coletado, uma vez que a doação ocorre em uma única coleta, ou seja, não há possibilidade de nova coleta. Isso reduz a possibilidade de utilização a pacientes de maior peso, geralmente, mas atende bem quando utilizado em pacientes pediátricos, o que reforça a necessidade de facilitação desse tipo de doação.

Além da simplicidade do procedimento de coleta, o armazenamento também não apresenta níveis de complexidade: logo após a doação, o sangue é encaminhado a um laboratório de processamento, que separa as células-tronco para posterior armazenamento em bancos criados para esse fim.

Por essa razão, estão sendo criados, no País, bancos de sangue de cordão umbilical e placentário, articulados em uma rede nacional e internacional, instituída e regulamentada por portarias do Ministério da Saúde e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nesses bancos, as células são criopreservadas e

podem ser disponibilizadas para transplantes. É o caso do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP), inaugurado pioneiramente em 2001 pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) visando aumentar as chances de localização de doadores, para os pacientes que necessitam de transplante de medula óssea.

A ampliação do acesso e dos benefícios advindos da constituição dessa rede depende do crescimento do número de doadores, na medida em que a possibilidade de transplante depende de compatibilidade genética entre doador e receptor. Por conseguinte, informar os potenciais doadores sobre as possibilidades e os benefícios da técnica é a melhor estratégia para ampliar o número de doações.

Vê-se, portanto, que a matéria apresenta inegável mérito.

III – Voto

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/08/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA	<i>Patrícia Saboya</i>
RELATORA: SENADORA LÚCIA VÂNIA	<i>Lúcia Vânia</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PSB)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- VALTER PEREIRA
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALEO PAES	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

PARECERES N°S 730 E 731, DE 2007

Referentes ao Aviso nº 5, de 2007, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 297, de 2007, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Aviso nº 5, de 2007 (nº 222, de 7 de março de 2007, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 297/2007–TCU (Plenário), proferido nos autos do Processo TC-004.375/2005-7, referente ao acompanhamento da implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O acompanhamento traz o sumário das ações desenvolvidas pelo Tribunal em relação ao projeto, informações sobre o estágio atual e respectivo cronograma do empreendimento, acordos e contratos celebrados e questões ambientais e ações judiciais relacionadas ao projeto.

II – Análise

De acordo com informações contidas no processo, até a data de proferimento do Acórdão, em função de diversos questionamentos judiciais, as obras referentes à transposição do Rio São Francisco ainda não tinham sido iniciadas, à exceção de trechos de rodovias de acesso executadas pelo Comando do Exército.

Assim, o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) tem como objeto central noticiar que os processos judiciais relativos ao empreendimento da transposição do Rio São Francisco foram avocados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em vista da ocorrência

de conflitos de competências entre os juízos. O STF, em dezembro de 2006, por decisão da lavra do Ministro Sepúlveda Pertence, declarou sem efeito as decisões liminares que suspendiam a execução do projeto, reconhecendo não estar comprovado, na atual fase do empreendimento, qualquer indício de ato modificador do meio ambiente que pudesse obstar a concessão de licenciamento.

De qualquer modo, há previsão de que até o final do presente ano sejam iniciadas diversas obras, entre as quais, a execução dos canais, túneis, barragens e aquedutos dos Eixos Norte e Leste do projeto e a construção de linhas de transmissão. Para a execução das diversas obras, estão previstos gastos da ordem de R\$529.600.000,00 em 2007.

É bom lembrar que no dia 7 de maio do corrente ano o Governo Federal anunciou a assinatura da ordem de serviço que dá início às obras, mantendo aquela previsão de gastos na ordem de mais de 5 bilhões de reais que estão disponíveis no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desta forma, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é uma das obras de maior vulto inseridas no PAC, relativamente à infra-estrutura hídrica.

Na proposta de encaminhamento contida no relatório do Tribunal de Contas da União, informa-se que a retomada da execução do projeto pelo Ministério da Integração Nacional ensejará a intensificação das ações fiscalizadoras pelo Tribunal.

Portanto, o início das obras foi constantemente adiado por questões ambientais suscitadas por órgãos e entidades governamentais e não governamentais. Mandados de segurança e ações civis públicas, com pedido de liminar, foram interpostos contra o projeto em diversas Varas Federais do País, suspendendo sua execução.

Após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 18 de dezembro de 2006, foram afastados os óbices judiciais para a concessão da Licença de Instalação e, consequentemente, para a efetiva implantação do projeto.

Em decorrência da decisão do STF, o TCU, no Acórdão nº 297/2007, determina que o Ministério da Integração Nacional informe ao Tribunal tão logo seja expedida a Licença de Instalação com vistas ao acompanhamento das recomendações endereçadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a serem implementadas por ocasião da referida licença.

O TCU não identificou, até o momento, qualquer indício de irregularidade no processo em referência. O Acórdão nº 297/2007 lembrou apenas, em uma

demonstração do zelo costumeiro daquela Corte de Contas na fiscalização das despesas públicas, a apuração de irregularidades em um processo conexo, o TC – 011.768/2001-1, objeto do Acórdão nº 1.045/2006-TCU (Plenário).

Todavia, esse processo, que atualmente se encontra em grau de recurso, havia apontado irregularidades na contratação de estudos ambientais e da elaboração de projetos básicos que precederam a implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em idos dos anos de 1997 e 2000.

Assim, é necessário cautela, pois uma obra não pode ser iniciada com questionamentos e suspeitas de irregularidades pairando no ar. Por outro lado, sei que o Governo Federal não pactua com essas irregularidades, tanto que o próprio Acórdão do TCU expressamente “enaltece a conduta do Ministério da Integração Nacional que, na medida do possível, vem demonstrando integral acatamento às orientações deste Tribunal, hauridas, sobretudo, na profícuia e constante interação com os órgãos técnicos envolvidos, revelando a eficácia da sistemática extraordinária de controle prévio e concomitante que vem se desenvolvendo em relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco”.

Portanto, irei concluir meu relatório pelo arquivamento da matéria, pois este é o destino final dos avisos do TCU, até mesmo porque diversas outras entidades foram comunicadas do Acórdão em apreço, tais como o Ministério Público; o Ministério da Integração Nacional; a Câmara dos Deputados e comissões; a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional; a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; o IBAMA; a Casa Civil da Presidência da República, etc.

Entretanto, todos sabemos que a transposição das águas do Velho Chico está longe de ser uma unanimidade, visto que são diversas e importantes as vozes das Universidades, de entidades como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), da Igreja e dos movimentos sociais que se levantam para combater, com dados e sustentações técnicas, a plausibilidade econômica, física e ambiental do projeto atual.

Por conseguinte, sugiro a formulação um requerimento de audiência pública para que, dentre outras questões, o Ministério da Integração Nacional manifeste nessa Comissão quais as medidas que serão adotadas para sanar as irregularidades; ou se serão realizados outros certames em substituição aos contratos que foram apontados como irregulares pelo TCU;

ou, ainda, se tais contratos já esgotaram seu objeto, daí a indagação sobre as medidas a serem adotadas para que esse vício do passado não contamine as obras vindouras.

Por outro lado, a referida audiência pública deve debater sobre a prévia preservação e a conservação do rio São Francisco e que agora não pode ser usado para dividir os nordestinos brasileiros – como se a transposição fosse apenas uma questão de vontade política de solidariedade humana. Ou seja, a audiência pública deve discutir se a revitalização deve vir antes da transposição, pois é o que convém para o Velho Chico e para todos os que dele podem se beneficiar.

III – Voto

Diante do exposto, considerando que após a expedição da Licença de Instalação, o TCU pretende intensificar as ações fiscalizadoras relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como a ampla divulgação do acórdão para diversos e diferentes órgãos estatais, voto para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tome conhecimento da matéria aqui relatada e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Igualmente, nesta oportunidade seja aprovado o requerimento abaixo de audiência pública para debates sobre a revitalização e transposição do rio São Francisco.

Sala da Comissão, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Relator.

REQUERIMENTO N° 12, DE 2007-CDR

Audiência Pública para tratar sobre o projeto de revitalização do rio São Francisco e a transposição de suas águas.

Requeiro, nos termos dos incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para realização de audiência pública visando tratar de relevante interesse público relativo à revitalização do rio São Francisco e o respectivo projeto de transposição de águas; para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes instituições, (a) Ministério do Meio Ambiente, (b) Ministério da Integração Nacional, (c) Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco CBH/SF, (d) Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Estado de Sergipe e Dom Luiz Flávio Cappio, do Município de Barra/BA.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2007. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AVISO N° 05, DE 2007.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/5/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA

RELATOR: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR AD HOC: SEN. JOÃO VICENTE CLAUDIO

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
FÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO	3- INÁCIO ARRUDA
JOÃO VICENTE CLAUDINO	4- ANTONIO CARLOS VALADARES- RELATOR
MOZARILDO CAVALCANTI	5- JOSÉ NERY (PSOL)
PMDB	PMDB
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	4- VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)	BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)
DEMÓSTENES TORRES (PFL)	1- ADELMIR SANTANA (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	2- JAYME CAMPOS (PFL)
MARCO MACIEL (PFL)	3- KÁTIA ABREU (PFL)
ROSALBA CIARLINI (PFL)	4- MARIA DO CARMO ALVES (PFL)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) - PRESIDENTE	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PDT	PDT
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

PARECER N° 731, DE 2007

(Da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Relator **ad hoc**: Senador **Garibaldi Alves Filho**

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao Senado Federal o Aviso n° 222-Seses-TCU, de 7 de março de 2007, ao qual anexou cópia da Decisão do Plenário representada pelo Acórdão n° 297/2007-TCU-PLENÁRIO, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentaram.

O documento do TCU, registrado no Senado Federal como Aviso n° 5, de 2007, foi enviado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e, em segunda autuação, a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para a devida análise. Em cópia, anexada ao processado do Aviso n° 41, de 2005-CN, a matéria também foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

O Acórdão n° 297/2007-TCU-PLENÁRIO, relativo ao Processo n° TC 004.375/2005-7, que teve como relator o Ministro Benjamin Zymler, foi elaborado depois de os autos constituídos para consolidar as atividades de acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional terem sido vistos, relatados e discutidos pelo do TCU.

Segundo o documento, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 43, I, da Lei n° 8.443, de 16 julho de 1992, e no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, acordaram em:

– determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU (SEGECEX) que, por intermédio da unidade técnica competente, acompanhe a implementação do Acórdão n° 1.869/2006 – TCU – Plenário (Relação n° 44/2006 – Plenário), tão logo seja expedida a Licença de Instalação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

– determinar ao Ministério da Integração Nacional (MI) que, tão logo seja expedida a Licença de Instalação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, informe o fato àquele Tribunal, com vistas ao cumprimento da medida alvitrada no subitem anterior;

– determinar o apensamento dos processos relacionados ao Projeto de Integração do São Francisco, que já se encontram

encerrados, aos autos do Processo n° TC – 004.375/2005-7, em consonância com a metodologia aprovada pela Representação n° 02/2005– SEGECEX;

– encaminhar cópia do Acórdão n° 297/2007-TCU-PLENÁRIO, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Casa Civil da Presidência da República; à Presidência do Supremo Tribunal Federal; ao Ministro de Estado da Integração Nacional; às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; à Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; à Agência Nacional de Águas; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O Ministro Benjamin Zymler, relator do Processo n° TC –004.375/2005-7 ressaltou, em seu voto, o fato de vários procedimentos licitatórios estarem com realização prevista até agosto de 2007. Dentre estes, destaca-se o certame destinado à contratação de empresas para a elaboração dos projetos executivos, cujo edital foi lançado em 12 de janeiro de 2007.

Segundo o relator, possuem maior relevo as questões ambientais suscitadas por diversos órgãos e entidades, não governamentais inclusive, cujos desdobramentos na esfera do Poder Judiciário vêm impactando o início da efetiva implementação do projeto.

A decisão proferida pelo eminentíssimo Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal (STF), tornou sem efeito as decisões liminares que suspendiam a execução do projeto, “em razão da incompetência dos juízos que as prolataram”. Com relação à licença de instalação, cuja expedição buscava-se suspender, por intermédio de liminar, Sua Excelência, ao considerar a fase em que se encontra o empreendimento, reconheceu não estar comprovado qualquer indício de ato modificador do meio ambiente que pudesse obstar a concessão do licenciamento faltante ao início das obras. Em vista disto, foi indeferido o pedido de liminar.

Nesse contexto, não subsistem óbices, no plano judicial, a que seja expedida a licença de instalação e, por conseguinte, dado início à efetiva implantação do projeto, como vem ocorrendo.

É relevante ressaltar que a ausência de licença de instalação foi objeto de análise no processo TC – 011.659/2005-0, em razão do lançamento de editais de licitação, previamente à emissão da respectiva licença. Na sessão de 10 de agosto de 2005, o Plenário do TCU acolheu a solução proposta pelo Ministro Benjamin Zymler, conforme o Acórdão nº 1.147/2005, determinando a adoção das medidas corretivas necessárias. Posteriormente, mediante o Acórdão nº 1.869/2006 – Plenário (Relação nº 44/2006 – TCU – Plenário), foram endereçadas ao Ibama recomendações a serem implementadas por ocasião da referida licença de instalação. O relator entendeu ser oportuno que fosse determinado à unidade técnica competente proceder ao acompanhamento da implementação das medidas então alvitradadas no referido Acórdão nº 1.869/2006 – Plenário.

Entre os processos em aberto, o relator mencionou que se encontra em grau de recurso o TC – 011.768/2001-1, objeto do Acórdão nº 1.045/2006 – TCU – Plenário, no qual foram formuladas diligências e determinações, em vista de irregularidades apuradas em licitações e contratos celebrados para a contratação dos estudos ambientais e para a elaboração dos projetos básicos. Os contratos analisados no processo, todos firmados por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foram listados, pela 4ª SECEX, no rol de Contratos e Acordos celebrados pelo Ministério da Integração Nacional para viabilizar o projeto em apreço. Nesses contratos foram identificadas irregularidades relacionadas com dispensa indevida de licitação, sob o fundamento do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O relator formulou determinação ao Ministério da Integração Nacional (MI), no sentido de que, tão logo obtenha a licença de instalação referente ao projeto informe esse acontecimento ao Tribunal, com vistas ao acompanhamento das medidas emanadas do Acórdão nº 1.869/2006.

Finalmente, o relator enalteceu a conduta do MI que, na medida do possível, vem demonstrando integral acatamento às orientações do TCU, revelando a eficácia da sistemática extraordinária de controle prévio e concomitante que vem se desenvolvendo em relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento de infra-estrutura hídrica de inserção

regional, que atingirá os territórios de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O projeto é constituído por estações de captação e bombeamento de água, canais revestidos de concreto armado e em leito natural, aquedutos, túneis e reservatórios intermediários. Essas estruturas serão dispostas em dois sistemas independentes, denominados eixos Norte e Leste, que se estendem por cerca de 720km de comprimento, dimensionados para transportar um volume máximo de 127m³/s (40,1m³/s – eixo Norte e 16,5m³/s – eixo Leste).

As ações do TCU se concentraram nas seguintes atividades do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

- obtenção de licença ambiental (Licença Précia ou LP);
- elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA);
- aquisição do certificado de outorga de oferta hídrica do empreendimento junto à Agência Nacional de Águas (ANA);
- contratação dos serviços de gerenciamento e apoio técnico ao MI para a primeira etapa do projeto;
- elaboração do projeto executivo de dois canais de captação dos eixos norte e leste e das barragens Tucutu e Areias pelo Exército;
- início do processo de desapropriação de áreas para implantação do empreendimento.

O MI encaminhou, no âmbito do TC 026.176/2006-8, o cronograma das próximas atividades relacionadas ao projeto. Prevê-se, entre outras ações, a realização até o mês de agosto de 2007 de diversas licitações (concorrências). No que se refere à execução do projeto, há também a previsão de que até o final do ano diversas obras se iniciem. Além disso, prevê-se, ainda para o exercício de 2007, a implementação de 37 programas ambientais.

Para a execução das atividades mencionadas, o MI estima, por meio de documento intitulado “Resumo Financeiro de Implementação”, gastos da ordem de R\$529.600.000,00, para o exercício de 2007.

Desde o início do acompanhamento do projeto pelo TCU, em função de diversos questionamentos judiciais, as obras referentes à transposição propriamente dita foram retardadas, à exceção de trechos de rodovias de acesso executadas pelo Exército. Contudo, o despacho singular do Ministro Sepúlveda Pertence, do STF, considerou que as liminares proferidas pela justiça estadual em diversas unidades da federação

foram emitidas por juízo incompetente. As liminares, dessa forma, foram indeferidas.

O projeto obteve a Licença Prévia junto ao Ibama em 29 de abril de 2005. A licença de instalação, que autoriza o MI a iniciar as obras dos trechos I e II do Eixo Norte e do trecho V do Eixo Leste do projeto foi, por sua vez, assinada em 23 de março de 2007 pelo presidente daquela autarquia.

A licença de instalações é válida por quatro anos, a contar da data de sua assinatura, com validade condicionada ao cumprimento das condicionantes, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos. Ao todo, o empreendedor terá que cumprir 51 condicionantes ao longo da obra desses trechos. As principais condicionantes estão relacionadas com

a contratação da mão-de-obra local, comunidades indígenas, reassentamentos de populações e comunidades quilombolas.

Em síntese, os Ministros do TCU, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, determinaram o acompanhamento da implementação do Acórdão concernente ao aviso em análise, tão logo fosse expedida a licença de instalação do referido Projeto de Integração do Rio São Francisco, bem como que o MI informasse àquele Tribunal a obtenção do documento, com vistas ao cumprimento da medida alvitrada.

Em face do exposto, concluímos pelo arquivamento do Aviso nº 5, de 2007.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 05 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>L. Quintanilha</i>
RELATOR : "AD HOC"	<i>Jair Messias Bolsonaro</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
NATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOB-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
PFL	
ELISEU RESENDE	ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPIINO	RAIMUNDO COLOMBO
ÍCERO LUCENA	LÚCIA VÂNIA
ARISA SERRANO	FLEXA RIBEIRO
ARCONI PERILLO	SÉRGIO GUERRA
PDT	
EFFERSON PERES	VAGO

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 23 MINUTOS

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA

(PSDB – GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõe-se a dispensa da leitura e a aprovação da Ata 11ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A Ata está aprovada e será republicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de Projetos de Lei.

Antes de iniciar os Projetos de Lei, eu gostaria de passar dois Requerimentos, aprovar dois Requerimentos para os Srs. Senadores que julgam de extrema importância.

Requeiro nos termos do disposto do art. 90 do inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os artigos 50 e 58 § 2º, V, da Constituição Federal, que é o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, seja convidado para Audiência Pública nessa Comissão, a fim de fazer explanação sobre os programas de apoio ao Desenvolvimento Regional como, por exemplo, programa de dinamização regional, e o programa de investimentos coletivos, produtivos, forma de atuação, o prazo de vigência, os municípios atendidos, critérios para a escolha desses municípios e os setores contemplados, bem como as aplicações do BNDES por região.

Esse Requerimento é de minha autoria, e eu gostaria de saber se alguns dos Srs. Senadores querem falar sobre o assunto.

Quer?

Não havendo quem queira destituir, coloco em votação. Srs. e Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado, então, a presença do Presidente do BNDES para explicação deste o Desenvolvimento Regional.

Requeiro nos termos do disposto, art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combi-

nado com os artigos 50 e 58, § 2º e 3º da Constituição Federal que a Ministra do Turismo, Sra. Marta Suplicy, seja convidada para a Audiência Pública nessa Comissão, visando apresentar suas propostas para o turismo nacional durante o seu período de gestão à frente do Ministério.

Está solicitação da presença do Ministro antes da sua vinda aqui, eu estou passando para os Srs. Senadores toda a programação do Ministério para o ano de 2007. Essa programação está contemplada por região e cada um dos senhores pode ver a importância dessa Audiência Pública, uma vez que nós temos uma disparidade enorme na aplicação dos recursos na Área do Turismo.

Acredito que essa Audiência será muito importante, principalmente no momento em que nós estamos definindo a lei orçamentária. Portanto, precisamos de certo equilíbrio nas regiões e essa Comissão terá essa oportunidade de discutir isso com a Ministra nessa Audiência Pública. Portanto, coloco em discussão o Requerimento.

Quer discutir?

Da minha autoria.

Srs. e Sras. Parlamentares, em votação. Aquelas que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Vou apresentar também um Requerimento aqui, subscrito por mim de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Requeiro nos termos do art. 93, § 2º, a realização de Audiência Pública nessa Comissão em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy, e o Ministro de Desenvolvimento Regional sobre a proposta de reforma tributária com enfoque no Desenvolvimento Regional, e a chamada guerra fiscal entre os Estados.

Justificativa. O Governo, por meio do Secretário de Política Econômica, Bernardo Appy, apresentou à Câmara de Política Econômica nesta quarta-feira, dia 30 de maio de 2007, a nova proposta de governo de política regional para viabilizar uma nova reforma tributária que termine com a guerra fiscal entre os Estados.

Esse assunto é de interesse dos integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pois, nos dois primeiros anos desta Comissão o foco do seu trabalho foi a discussão dos projetos de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Neste momento, não sabemos se a nova proposta do governo de política regional nasce em consonância com aquilo que foi discutido em mais de dois anos no

Congresso Nacional por ocasião das discussões dos projetos de criação da SUDENE e SUDAM, ou se representa uma proposta completamente nova sem vínculo com as discussões prévias, sobre o tema política regional que ocorreram e têm ocorrido nesta Casa.

Antes que o Governo mande algum projeto para o Congresso é importante sabermos, de imediato, se a proposta de criação de um novo Fundo de Desenvolvimento Regional envolve recursos novos, de onde sairão esses recursos, de que forma esse novo fundo será operacionalizado e de que forma as Superintendências de Desenvolvimento Regionais e os Bancos Regionais, (BNB e BASA) participarão da gestão, avaliação e acompanhamento deste fundo.

Ademais, é relevante entender se a proposta de um novo Fundo de Desenvolvimento Regional recupera pelo menos em parte dos vetos ao projeto de recriação da SUDAM e SUDENE. Um desses vetos, por exemplo, referia-se a proposta da não possibilidade de contingenciamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento.

Assim venho, por meio dessa, submeter aos meus pares, o Requerimento de Audiência Pública com o Secretário de Política Econômica, Bernardo Appy, para que venha a essa Comissão explicar a constituição do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional apresentado à Câmara de Política Econômica.

Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. e Sras. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

O mesmo Requerimento será apresentado por essa Comissão para que tenhamos uma Comissão conjunta com a reforma tributária e essa Comissão de Desenvolvimento Regional.

Acredito que esse tema é de interesse de toda Comissão, uma vez que já está pronto o projeto de Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e há um compromisso do Governo com os líderes dessa Casa, com os participantes dessa Comissão, no sentido de que, houvesse um hiato aí, para o Governo preparar esse Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós concedemos esse tempo, o Governo já está com a proposta pronta e tem o compromisso de apresentá-la aqui nesta Comissão.

Portanto, uma Audiência Pública com o Dr. Appy, em princípio marcado para o dia 14 de junho, para que possamos ver se o compromisso assumido com o Governo, com os líderes dessa Casa e os membros dessa Comissão, foi cumprido nesse Programa Nacional de Desenvolvimento Regional.

Portanto, é muito importante a presença dos Srs. Parlamentares aqui no dia 14, para que nós possamos

avaliar esse plano e ao mesmo tempo, avaliar se o plano enquadra nos princípios da reforma tributária, que está em discussão na Subcomissão da Reforma.

Portanto, quero também submeter este Requerimento em votação, dessa sessão conjunta, e posteriormente a Secretaria vai elaborar o Requerimento, mas quero colocar em votação, para que a gente possa iniciar nossa pauta. Srs. Parlamentares que aprovam essa Comissão conjunta permaneçam como se acham.

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Para nós acompanhamos melhor essa data, a reunião do dia 14, seria importante que nós recebêssemos informações, dados, para gente participar no dia 14 no debate com elementos mais concretos, está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, nossa assessoria que elabore um estudo sobre a proposta do Governo, nós estávamos aguardando ontem o Governo apresentar internamente esse projeto, e a partir de hoje vamos solicitar cópias do projeto para que a gente possa repassar à Comissão, para que no dia 14 nós tenhamos já estudado essa proposta, para que a nossa reunião seja mais produtiva.

Então, vamos à pauta. Nós vamos começar com o item 03 da pauta, porque não é terminativo. “Dá nova redação ao art. 9º da Lei 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução da emissão por poluentes em veículos automotores”. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator: Demóstenes Torres.

Parecer. Concluindo pelo acompanhamento da matéria à Mesa Diretora, para a devida redistribuição nos termos do art. 133, tendo em vista, que essa Comissão não tem competência regimental para manifestar sobre essa matéria.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o seu Parecer.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sra. Presidente, Srs. Senadores. O Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta um Projeto de Lei propondo a modificação do art. 9º da Lei 8.723 de 28 de outubro de 93. O que pretende o Senador? Que na região norte os percentuais obrigatórios de adição de álcool etílico, anidro-combustível à gasolina, poderão ser inferiores aos estabelecidos no *caput* e no § 1º desse artigo, desde que seja assegurada sua adequação ao uso.

Eu adoto um Parecer já dado anteriormente pelo Senador Gilberto Mestrinho. O que quê disse o Senador Gilberto Mestrinho?

Que cabe à CDR, a nossa Comissão, nos termos da Resolução nº. 1/2005, manifestar-se sobre matérias pertinentes.

- 1) Proposições que tratem de assuntos referentes a desigualdades regionais e as políticas de desenvolvimento regional dos estados e dos municípios;
- 2) Planos regionais de desenvolvimento econômico e social;
- 3) Programas, projetos, investimentos, incentivos voltados para o desenvolvimento regional;
- 4) Integração regional;
- 5) Agências e organismos de desenvolvimento regional;
- 6) Proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo;
- 7) Políticas relativas ao turismo;
- 8) Outros assuntos correlatos;

Por entender que essa matéria de adição ou a redução do álcool etílico, anidro ao combustível, não é matéria pertinente a essa Comissão, eu estou opinando, Sra. Presidente, Srs. Senadores, para que volte à Mesa, e a Mesa decida adequadamente para qual Comissão mandar. Lembrando que compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle, opinar sobre assunto atinente à proteção do meio ambiente e controle de poluição. E também à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os aspectos econômicos de qualquer matéria que lhe seja submetida por consulta de Comissão.

Então, eu estou sugerindo, Sra. Presidente, que nós não apreciemos o mérito dessa matéria por entender que a competência para fazer essa apreciação seria de outras comissões. É esse o Parecer, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir coloco em votação o Parecer do Senador Demóstenes Torres. Srs. e Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Senador Demóstenes está em uma posição que ninguém vota contra ele.

[risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele falou, está falado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Vamos ao item 05 da pauta, esse item é terminativo, portanto, nós vamos ter aqui uma votação nominal.

“Altera o Estatuto da Cidade, de forma incluir a elaboração do plano de circulação de veículos não-motorizados, como item obrigatório do plano diretor”

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Sra. me desculpe, mas eu estou lá na Comissão de Relações Exteriores, eu vim correndo porque eu sou um Relator do item 06, se pudesse me fazer esse favor, se concordasse... é porque eu estou lá como Relator e está faltando quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Atendendo ao pedido de V.Ex^a. Vamos então, ao Item 06 para que V.Ex^a possa estar na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigada, Sra..

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – “Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. Autoria do Senador Paulo Paim, Relator Pedro Simon, Parecer pela aprovação do projeto com a Emenda que apresenta.

Observação: Em reunião realizada no dia 26-4-2007, foi concedida vista ao Senador João Pedro, que até a presente data não se manifestou.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, para manifestar-se contra ao projeto caso queira. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Sra. Presidente, Srs. Senadores. Senador Pedro Simon, a matéria, eu voto favorável, vou votar favorável, mas quando eu pedi... Me fez refletir, me fez discutir acerca do mérito, do mérito dessa matéria, em função da nossa Constituição tratar dessa questão e eu refleti bastante, e estudei, porque tinha dúvidas acerca da sua constitucionalidade. Mas depois de estudos e debates eu me convenci e vou votar favorável ao mérito da matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com a palavra o Relator, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Vamos à votação. João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Mozarildo Cavalcanti, Demóstenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)

– Com o Relator, principal é o adjunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Marisa Serrano, Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – José Maranhão, Geraldo Mesquita, Garibaldi, Valter Pereira?

José Nery saiu aqui agora. Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Valdir Raupp, Pedro Simon, sim, né?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posição do Relator substituto. Relator adjunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – João Vicente.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – João Pedro. Aprovado por unanimidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Presidente, o Item 02 da pauta, o Item que parece que o Relatora não está presente, V.Ex^a irá relatar *ad hoc*, nomear, ou vai esperar a Relatora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nós estamos aguardando porque já está a caminho. Se por ventura não estiver presente, eu passaria para o Senador Valter relatar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E eu pedirei vista, só para adiantar V.Ex^a, como V.Ex^a bem sabe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu sei e como. Mas nós vamos colocar

em discussão o projeto, vamos ler o projeto e depois, eu concedo vista a V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vai botar em discussão mesmo com o pedido de vista?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Discussão não, só a leitura. A leitura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senadora Marisa, que é a Relatora me mandou uma comunicação há poucos instantes, que ela deverá chegar antes do término desta reunião. Então, se deixarmos para ser apreciado por último, ela certamente participará.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Ok.

Consulto os Srs. Senadores se repetem a mesma votação para a Emenda do Senador Pedro Simon. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado 350/2005, Terminativo. “Altera o Estatuto da Cidade de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados, como item obrigatório do Plano Diretor”. Autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, Relator: Valter Pereira. Parecer: pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira para proferir o seu Parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS)

– Sra. Presidente, a presente proposição tem respaldo constitucional, embora não seja, não seja da nossa seara abordar essa assunto, esse aspecto, mas avaliando o mérito convém ressaltar, como bem destaca o Senador Antônio Carlos Valadares, a bicicleta não pode mais ser vista como veículo de segunda categoria. Os países, por ele citados, são prova de que o transporte cicloviário pode ser incorporado ao cotidiano da população, não apenas nas pequenas cidades, mas também nas grandes capitais. Parece-nos, entretanto, que o instrumento adequado para o tratamento de transporte cicloviário, é o plano de transporte urbano integrado obrigatório para cidades com mais de 500.000 habitantes. Segundo o Estatuto da Cidade esse plano deverá ser compatível com o Plano Diretor, sem que necessariamente esteja nele incluído.

Propomos, portanto, que seja inserido no dispositivo que trata do plano de transporte urbano integrado uma diretriz de priorização do transporte de propulsão humana sobre o motorizado e do transporte coletivo sobre o individual.

Voto. Ante o exposto, voto pela aprovação do PL nº 350/2005, nos termos do substitutivo.

Substitutivo é o seguinte: Altera a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para de-

terminar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana, sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

Art. 1º O § 2º do art. 41, da Lei 10.257 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação. “Art. 2º, § 2º Para as cidades com mais de 500.000 habitantes, será elaborado um plano de transporte urbano integrado compatível com o Plano Diretor, ou nele inserido, observada a propriedade dos meios de transportes de propulsão humana com relação aos motorizados e de transporte coletivo”.

Na verdade, Sra. Presidente, esse aqui é um projeto que abre um espaço institucional para que a bicicleta seja introduzida como um meio de transporte regular, e que lhe seja assegurada, assegurado não só o espaço para a sua mobilidade, como também para o estacionamento.

Sobre esse projeto, esteve em meu gabinete alguns técnicos no Ministério da cidade, com quem nós conversamos, um deles foi o Dr. Augusto Valiengo, que é gerente de integração das políticas de mobilidade daquele Ministério, e ele deu conhecimento da existência de um programa chamado Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta, ou chamado Bicicleta Brasil.

Hoje as grandes cidades que têm sido finalizadas com um ônus crescente no preço das tarifas de ônibus, acabou levando para o transporte de propulsão humana essa opção para que o trabalhador possa se locomover, locomover por um preço mais barato e requisitando portanto, a segurança que é necessária para esse tipo de transporte. Além do que, é um meio de entretenimento, também, para as pessoas que praticam esse tipo de lazer.

Nosso Parecer é favorável, embora aqueles que acham que a bicicleta caiu *démodé*, na verdade é um meio de transporte hoje regularmente utilizado em plena expansão e merece ser acolhido o projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Sra. Presidente, eu tenho uma preocupação e nós estamos instalando a Subcomissão dos Municípios, e obviamente que será um tema que também terá que ser discutido naquela Subcomissão, porque nós tivemos aqui na última Audiência Pública, uma, embora concordando com o mérito do projeto, deixar bem claro isso, nós tivemos aqui um debate com o Ministro da cidade, onde ele levantou, Senador Valter, uma preocupação maior e nesse debate foi feito isso, a questão do prazo que está estabelecido para os municípios apresentarem o Plano Diretor. Sob pena de ser, não terem acesso aos recursos orçamentários e os recursos de liberações

por parte do Governo Federal ou mesmo Estadual. Então, esse é um tema no Plano Diretor dos municípios que eles precisam ser aprofundados, embora o mérito desse projeto, eu concordo plenamente, mas eu não posso deixar de colocar aqui a preocupação em relação a termos que prorrogar o prazo, porque do total, dos 5.000 e tantos municípios que existem no Brasil, mais de 1.400 municípios teriam que ter apresentado seus planos diretores, muitos Prefeitos só acham que o seu compromisso é apenas apresentar na Câmara, e não é, tem que ser aprovado na Câmara, e devidamente sancionado pelo Administrador Municipal, e consequentemente desses quase 1.500 municípios, apenas 200 e poucos, até agora foram os que estão com situação regulamentada, regularizada.

Então, é importante que nós tenhamos essa preocupação, tanto nossa Comissão, como na Subcomissão dos municípios para que a gente fique atenta a esse problema que é muito séria, para não penalizar mais ainda as nossas Prefeituras.

E aí eu pediria a chance exatamente de, ou aqui, vamos ver regularmente como é que isso pode ser feito, ou aqui nessa Comissão, ou no Plenário nós pedimos para que sejam encaminhados porque, nós temos algumas preocupações. Tem cidades que adaptação de ciclovias é muito mais fácil do que outras que a sua própria estrutura, o planejamento antigo da cidade não permite, simplesmente você dizer, tem que ter ciclovia em todas as ruas da cidade, ou então, essa dificuldade era bom a gente ouvir os Prefeitos, aqueles que cuidam do dia-a-dia da cidade. O mérito da idéia é muito boa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS)

– O Senador Lucena tem toda a razão com suas inquietações com relação aos prazos do Plano Diretor. Todavia, se observar à redação que foi dada no substitutivo, vai constatar que ele não interfere nessa questão do prazo do Plano Diretor. Ele só regulamenta, só estabelece que no Plano Diretor terá que ser contemplado, contemplada a ciclovia, os espaços para a bicicleta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu sugeriria ao Senador, que a gente colocasse em votação, e V.Ex^a teria o recurso de solicitar à Mesa que passasse pela Comissão, Subcomissão dos Municípios.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Eu agradeço. E só para esclarecer ao Senador Valter, concordo plenamente com o que ele colocou. Só que a minha preocupação é que na hora que você impõe aos planos diretores que eles têm que atender

isso, a questão do prazo vai ser dificultado. Entendeu Senador?

Então, a minha preocupação é só da gente encontrar uma forma de que isso não venha atrapalhar mais ainda as administrações municipais. E também a minha sensibilidade como ex-Prefeito é exatamente da gente analisar porque essa questão urbanística depende muito de cada característica de cada particularidade das cidades. Então, vai ter canto que você não vai ter como colocar uma ciclovia. Você pega uma cidade como São Paulo, por exemplo, você pega outras cidades que ao longo da história o planejamento não permitiu, com ruas estreitas, a não ser que você faça como outros países que podem fazer, você de repente fazer viaduto para bicicleta, porque tem ruas que simplesmente não comporta, pela sua dimensão, pela sua calha, não comporta, vamos dizer assim, a colocação de uma ciclovia exclusiva.

Então, eu acho que isso é uma coisa para a gente debater, ter Audiências Públicas com planejadores, com Prefeitos, para que a gente possa efetivamente, pelo menos, fazer uma lei que possa ser executada, porque senão a gente pode de repente impor e não acontecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS)

– Na verdade, as cicloviás já estão fazendo parte da maioria dos planos diretores que a gente conhece pelo Brasil. E essas dificuldades apontadas pelo Senador Lucena são dificuldades que, efetivamente, toda a regra nova pode acarretar. Nós lembramos aqui muito bem de quando foi discutida a obrigatoriedade de rampas para pessoas portadoras de necessidades especiais. Até hoje a norma não foi integralmente aplicada, em todo território nacional, dado que havia uma situação concreta já, uma situação inquestionável à época da adoção da medida. Todavia, o que se observa é que avançou muito, avançou muito, porque a partir do momento em que a lei foi sancionada, que a norma passou a vigorar, então esses espaços foram garantidos, foram assegurados. E hoje já se vê em larga escala, esse direito dos portadores de necessidades especiais preservado.

Então, aqui vai ser não vai ser muito diferente. O espaço das bicicletas está sendo aberto, quase todos os planos diretores, na paisagem urbanística da cidade já se vê isso. Na apreciação dos projetos urbanísticos, já há pelos organismos técnicos certa preocupação e uma exigência a fim de colocá-lo como condição para os financiamentos. De sorte que eu acho que, como bem ressaltou o próprio Senador Lucena, não chega a ser um obstáculo, você fica a critério do Plenário,

como aqui não está se estabelecendo regras capazes de interferir no Plano Diretor, e sim apenas acrescentar esse dispositivo, eu não vejo razão porque não votar, e não vejo razão também para não se apresentar um projeto posteriormente dispondo especificamente sobre os novos prazos para os Planos Diretores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação. O projeto é terminativo na Comissão, a não ser que o Senador Cícero peça à Mesa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Peço o encaminhamento para Subcomissão dos municípios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em votação. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Devo votar o Parecer?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nos termos do substitutivo do Senador Valter.

Senador João Vicente.

Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS)

– Posso colocar de acordo com o Senador Cícero Lucena? Para ir para a Subcomissão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Depende como você achar que deve votar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS)

– Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nós estamos votando o substitutivo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS)

– O substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – É, depois de terminar o substitutivo, o Senador Cícero solicita o encaminhamento para a Mesa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS)

– Então, a favor do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Valter Pereira.

Senador José Nery.

Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Senadora Lúcia Vânia, um minuto por gentileza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL – MT) – É meritório o relatório do Senador Valter Pereira, entretanto aqui, nós temos que ser muito ponderados, sobretudo responsável, na medida em que as colocações do

Senador Cícero Lucena, ainda têm um profundo, realmente, conhecimento e acima de tudo eu entendo que tem toda a razão. Na medida, Senador Valter Pereira, o senhor imagina que através desse Projeto de Lei foi obrigatório, dentro dos planos diretores da cidade, ser cobrado da população as ciclovias. A ciclovia nada mais é do que segurança para aqueles que trafegam em bicicletas. Dois questionamentos eu faço aqui. Primeiro, que depende necessariamente de cada característica das cidades. Outra é a questão de recursos, na medida em que se transformar em um Projeto de Lei, nós também temos que ter a preocupação em relação às fontes e os recursos que será alocado.

V.Ex^a disse aqui das rampas para as pessoas portadoras de deficiências especiais, realmente foi uma luta, foi uma conquista, foi um avanço e hoje eu imagino, está sendo ainda, mas nós avançamos muito nessa direção. Todavia, acho que é bom alvitre, que após a votação do substitutivo de V.Ex^a, seja encaminhada à Subcomissão para discutirmos com a maior amplitude possível que com certeza saia daqui

como um projeto que seja exequível e factível, para bem atender as comunidades, sobretudo àqueles que trafegam nesse transporte em nosso país.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É uma coisa não elimina a outra, o que o Senador Cícero Lucena propõe é que votada aqui, aprovada aqui, vá para a Comissão das cidades. Não tem problema nenhum.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL – MT) – É isso mesmo que estamos falando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu quero dizer que nós já estamos em votação. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Eu votei com o Relator também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com o Senador Cícero Lucena.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nós estamos votando o substitutivo do Senador Valter--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não é para encaminhar...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não. O substitutivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Aprovado por unanimidade. Eu solicitei ao Senador Cícero Lucena que a sua solicitação,

seu Requerimento terá que ser feito diretamente em Plenário para a Mesa do Senado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só vou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – João Tenório. Faltou, né?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Eu sou a favor, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com o Relator. Vamos agora ao—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Deixa eu votar também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – quem não votou?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Cícero Lucena.

[risos].

Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB)

– Eu votei com o Relator, e farei à Mesa do Senado à solicitação para que seja encaminhada a Comissão dos Municípios. Com a preocupação inclusive, se me permite Presidente, é rápido, dizer que o projeto está estabelecendo acima de 500.000 habitantes, e eu espero que na Subcomissão seja discutida a importância de que no mínimo algum incentivo, algum estímulo para os municípios menores também adotarem isso, porque eu acho que é fundamental os municípios menores, porque fica mais fácil de você começar implantar uma ciclovia, agora, em municípios que estão crescendo, do que nos grandes municípios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Item nº. 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 277/2003, não terminativo. “Altera o inciso III do art. 5º da Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989,

de modo a incluir 58 municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste”. Autoria do Senador Aelton Freitas e Relatora, Senadora Marisa Serrano. Parecer: contrário ao Projeto e às Emendas nº. 1-CAE, nº. 2-CAE e nº. 1 do Plenário.

Concedo a palavra a Senadora Marisa Serrano, para proferir o seu Parecer.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS)

– Obrigada, Sra. Presidente. Como é muito extenso o Parecer, eu vou apenas fazer aqui minhas considerações a respeito para que os nobres Senadores possam debater a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu queria, por favor, um aparte, por favor, Senadora. Eu queria saber se diante do

meu pedido de vista que vai acontecer se há que ler o relatório regimentalmente, tem que ser lido o relatório anteriormente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sim, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Regimentalmente, é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sim, ela vai ler sucintamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas sem discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sem discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS)

– Eu quero só fazer as minhas considerações. Atualmente a Lei 7.827 de 89 que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento, define a área de atuação do FCO da seguinte forma: para efeito da aplicação dos recursos entende-se por: 3) Centro-Oeste: A região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Essa proposta desse Projeto de Lei pede a inclusão de 58 municípios de Minas Gerais, do Triângulo Mineiro. Após essa proposta, foi acrescentada uma Emenda nº. 1, do Senador Eduardo Azeredo, acrescentando mais 26 municípios. Logo depois, a Emenda nº. 2, também de autoria do mesmo Senador, inclui mais 12 municípios. Num total então, que é extrapolada tudo aquilo que originalmente se pensava do FCO.

E eu gostaria só, de dizer, de dizer o seguinte:

Em síntese, ainda que não seja satisfatório para os analistas mineiros, atualmente, há um critério objetivo para o acesso ao FCO. Está situado na região geográfica do centro-oeste, no conceito do instituto brasileiro de geografia e estatística.

Cabe observar que do conjunto dos 58 municípios do PLS 277, corresponde à superfície de 108.000 km², e a população de 1.800.000, habitantes. Além disso, os 26 municípios da Emenda 1 da CAE corresponde à superfície de 53.000 km² e a população de 412.000 habitantes, que somado aos 161.000 Km e 2,2 milhões de habitantes dos 84 municípios, equivalem à metade de superfície de Mato Grosso do Sul, e abrigam população superior a desse Estado, que é de 2,2 milhões de habitantes.

Então, eu quero aqui, Sra. Presidente, dizer que se nós pensarmos no FCO como ele foi concebido, e a justificativa dos mineiros é porque há uma semelhança, uma simetria entre a região do cerrado com a do Triângulo Mineiro, que é um semi-cerrado também. Mas eu quero dizer que outros estados poderão tam-

bém requerer. Porque que fazem limite de divisa com os nossos estados do Centro Oeste. Porque vários deles, aqui mesmo próximo de Goiás com Minas Gerais, na outra ponta de Minas, também tem uma região semelhante. O que equivale a dizer que a partir daí, nós vamos ter progressivamente novos municípios sendo acrescentados ao FCO. E nada impede que o Oeste de São Paulo, que o Norte do Paraná, resolva querer, com justificativa econômica também, porque pode ser uma justificativa econômica, pode ser uma justificativa do cerrado, porque o FCO foi para os Estados, não foi para, exclusivamente, fosse só a região de cerrado.

Portanto, eu deixo aqui a minha preocupação. Nós podemos acabar com o fundo, que é fundamental para a região Centro-Oeste, que tem ajudado muito a economia dessa região, por acréscimo que municípios nos fundos.

Deixo aqui a minha, meu inconformismo com essa situação, e acho que não podemos deixar que isso prevaleça, e, portanto, o meu voto é pela rejeição do PLS 277/2003 e das Emendas da CAE-1 e 2 e nº. 1 do Plenário. Eram essa as minhas considerações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sra. Presidente, tendo em vista que os Estados que tem FCO só gostam de levar as nossas empresas, para que sejam emitidos nota fiscal lá, e que elas tenham sede que possam usufruir desse fundo, porque é isso que acontece. E isso já foi discutido, eu peço vista, e entendo perfeitamente o debate da Ilustre Senadora defendendo a sua região. Mas eu não aguento mais ter tanta empresa do Triângulo Mineiro tendo sede do outro lado do rio. Porque o FCO não sabe nadar, diante disso eu peço vista--

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Está concedido o seu...

Sr. Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também gostaria de pedir vista, então ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vista coletiva.

[falam sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas, Senadora, a gente tem que render uma homenagem sincera...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está descompensado o equilíbrio aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...à bancada, a bancada mineira. Realmente os mineiros do Centro-Oeste é que fã--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A bancada mineira é uma bancada forte. É uma bancada forte, veja que, daqui a pouco nós vamos sentir o seguinte, que a bancada de Minas vai querer pegar uma área territorial, né? Daqui a pouco nós vamos perder, vamos atravessar o rio.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Vamos em frente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Wellington. Eu quero cumprimentar V.Ex^a, mais uma vez, é uma pessoa brilhante, lucidez e sobretudo a sua inteligência.

O FCO é um fundo constituído para região Centro-Oeste desse país. Foi criado com o advento da Nova Constituinte por volta de 1988.

Eu imagino, pelos dados que a Senadora Marisa citou aqui, daqui a pouco o Senador Valter também disse aqui, nós vamos ter que passar todo o FCO, que é o instrumento que nós temos na mão, para desenvolvimento da nossa região, que até certo ponto tem contribuído sobremaneira, e V.Ex^a colocou aqui, na sua fala aqui, são empresas que apenas trocam nota fiscal. Eu não acredito que tenha acontecido que está acontecendo esse fato aí, até porque é uma denúncia séria, que nós temos que tomar providência, sobretudo a esta Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Na medida em que, partindo do Senador ilustre, um homem de retidão de caráter invejável, eu acho que nós temos que tomar essa providência. De maneira que V.Ex^a tem toda razão de querer pleitear aqui, me parece aqui, não é 56 municípios, mais 26, mais 12, daqui a pouco não sobrou nada para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Agora, o PIB que a Senadora colocou de Uberlândia, realmente eu não sei onde consultou, vou conferir, porque um PIB desse...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Wellington, nós vamos colocar em discussão, então, a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, pedido de vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Então, está ok, pedido de vista. Então, o próximo item da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só para concluir, só para exemplificar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, como é que é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – ...vocês falem, nós vamos encerrar.

[falas sobrepostas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu quero ouvir, eu quero ouvir o Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O Estado de Minas Gerais já tem bastante incentivos, já é um Estado rico, por favor, deixe essa pequena migalha para a nossa região, que ainda está bastante carente de investimentos, e, sobretudo em fundos que possa com certeza fazer que amanhã tenha um futuro e, sobretudo essa região poderá contribuir muito para o Brasil. Obrigado, Senadora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Jayme Campos, fiquei realmente sensibilizado com o Estado tão carente... Só dar uma cavada lá, que vocês vão achar ouro, esmeralda à vontade. Mas está o pedido de vista, tudo bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Vamos ao item 5 da pauta. Aliás, o item 01. “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº. 298/2007 – TCU, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram para consolidar as atividades de acompanhamento do projeto de integração do Rio São Francisco, com os bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. TC nº. 004.375 de 2005-7. autoria do Presidente do Tribunal de Contas do União. Relator: Antônio Carlos Valadares. Relator **ad hoc**: Senador João Vicente. Parecer: pelo o conhecimento da matéria e posterior arquivamento da mesma. Apresenta também Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a revitalização e transposição do Rio São Francisco.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente para proferir o seu Parecer.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINHO (PTB – PI) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Relatório do Senador Antônio Carlos Valadares submete a essa Comissão o Aviso nº. 05 de 2007, nº. 222, de 7 de março 2007 na origem do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, a cópia do Acórdão nº. 297/2007, proferidos nos autos do processo do Tribunal de Contas 004.375/2005-7. Referente ao acompanhamento da implementação de um projeto de integração do Rio São Francisco, com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional.

O acompanhamento traz o sumário das ações desenvolvidas pelo tribunal em relação ao projeto. Informações sobre o estágio atual e respectivo cronograma do empreendimento, acórdãos e contratos

celebrados e questões ambientais e ações judiciais relacionadas ao projeto.

A análise é extensa, mas trata desse Acórdão do Tribunal de Contas, que tem como objetivo central, noticiar que os processos judiciais relativos ao empreendimento da transposição do Rio São Francisco, foram avocados pelo Supremo Tribunal Federal, em vista da ocorrência de conflitos de competência e de juízo.

Quero passar direto a leitura do voto, Senadora.

Diante do exposto considerando que após a expedição da licença da instalação, o TCU pretende intensificar as ações fiscalizadoras ao projeto de integração do Rio São Francisco, com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, bem como, a ampla divulgação do Acórdão de

para diversos e diferentes órgãos estatais. Voto para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tome conhecimento da matéria aqui relatada e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Igualmente nesta oportunidade que seja aprovado o Requerimento abaixo de Audiência Pública para debate sobre a revitalização e transposição do Rio São Francisco.

Junto vem o Requerimento, requer nos termos do inciso I, e segundo o art. 93 do Regimento Interno do Senado, seja designado dia e hora, desimpedido dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para realização de Audiência Pública visando tratar de relevante interesse público, relativo à revitalização do Rio São Francisco, e o respectivo projeto de transposição de águas. Para tanto, deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Sergipe, e Dom Luiz Flávio Cappio, do município de Barra na Bahia. Esse é o Relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, tanto o Parecer do Senador João Vicente, quanto o Requerimento.

Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Por fim, o último Requerimento de autoria do Senador João Tenório.

Nos termos do art. 90, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão, a Audiência Pública, com a finalidade de analisar a evolução regionalizada das desonerações tributárias promovida pelo Governo Federal. Atendimento ao § 6º, do art. 165 da Constituição Federal, a Administração Fazendária deve apresentar anualmente

em acompanhamento ao Projeto de Lei orçamentária, um demonstrativo regionalizado do efeito sobre essas receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefício de natureza financeira tributária e creditícia. O referido documento apresenta expectativa para o exercício seguinte de todos os gastos indiretos do Governo, realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais.

Tratam-se dos chamados gastos tributários que de acordo com a conceituação da Secretaria da Receita Federal, tem caráter compensatório, quando o Governo não atende adequadamente a população do serviço de sua responsabilidade, ou tem caráter incentivador quando o Governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região.

Análise da evolução regionalizada dos gastos tributários ao longo dos anos, bem como seu impacto na economia e na geração de emprego e renda nas diferentes regiões do país, poderá auxiliar essa Comissão a formular políticas alternativas de desenvolvimento regional para o Brasil.

Para tanto, requeiro a realização de Audiência Pública com a presença das seguintes autoridades: Sr. Raimundo Elio de Carvalho, Coordenador da Previsão de Análise das Receitas, COPAN, da Secretaria da Receita Federal; Dra Tânia Bacelar de Araújo, Diretora de Consultoria Econômica e Planejamento e ex-Secretária de Política e Desenvolvimento Regional, SDR, do Ministério da Integração Nacional; Dr. José Aroldo Mota, Diretor Interino de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA; um representante da Secretaria de Polícia de Desenvolvimento Regional, SDR, do Ministério da Integração Nacional.

Eu acredito... Pois não. Com a palavra o autor do Requerimento, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Presidente Lúcia Vânia, na verdade, existe, eu diria, mais do que um equívoco. Existe certa mistificação no que diz respeito, digamos assim, às assistências federais de diversas regiões do estado que manifesta em subsídio, em renúncia fiscal ou coisa semelhante. Acho que existe, de fato, mais do que um equívoco, existe uma mistificação.

Como isso é instrumento, digamos assim, de promoção de desenvolvimento regional, ou seja, de atenuação dessas grandes diferenças econômicas sociais entre as regiões, eu tenho a impressão que a melhor aplicação desse procedimento, ele fará com que será uma boa, um instrumento para a geração de políticas públicas que venha a contribuir para essa diminuição dessa desigualdade social. Eles começam essa Co-

missão aqui, o objetivo precípua dela é proporcionar ou pelo menos ajudar no desenvolvimento dessas ações, eu entendo que uma Audiência Pública com esse objetivo para tentar mensurar, esclarecer de uma vez por toda, quem recebe o que? Dessas renúncias, desses subsídios... Por região seria uma coisa uma oportuna, e pertinente para que possamos estabelecer novas políticas. Essa Comissão sugerir o aparecimento a criação de novas políticas que venha de fato a contribuir para a atenuação dessas desigualdades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Antes de colocar em votação, eu gostaria de sugerir ao Senador João Tenório, que incluisse alguém do Ministério do Planejamento, eu acho que seria interessante, se V.Ex^a permitir, eu colocaria um pessoa encarregada no Desenvolvimento Regional no Ministério do Planejamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por favor, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não. Em votação. Srs. e Sras. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovada.

Eu gostaria de comunicar aos membros dessa Comissão que V.Ex^as receberão aí um trabalho sobre o Ministério do Turismo, todo o investimento que foi alocado para esse ano, para o orçamento do próximo ano, dividido por região.

Aqueles que não tiverem o trabalho aqui vão receber no gabinete. Então, é bom que cada um dos senhores esteja bem a par do que está acontecendo, porque vamos pedir uma Audiência Pública com a Ministra e seria interessante que cada região se colocasse aqui em relação a esse trabalho.

Outra notícia que eu gostaria de transmitir, é que no dia 14 haverá aqui uma Audiência Pública entre essa Comissão e a Subcomissão de Reforma Tributária. Quando estarão presentes o Dr. Bernardo Appy, que virá falar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Portanto, eu gostaria que os senhores já também se preparam para 14 de junho, é a próxima reunião que nós vamos ter, porque a próxima semana é quinta, feriado, na outra semana será essa Audiência Pública. E então, eu pediria aos Srs. Senadores que tivessem atentos, que eu vou encaminhar esse plano para que os Senadores tenham preparado para essa Audiência Pública, tenha conhecimento do plano antes que tenha a Audiência Pública. Portanto, no dia 14, Senador Garibaldi Alves, vamos ter aqui o Dr. Appy, que vai dar uma satisfação aos membros dessa Casa, sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional,

para que depois possamos tomar uma decisão a respeito dos vetos SUDAM e SUDENE.

O item 04 da pauta foi retirado a pedido da Senadora Rosalba por ela não estar presente hoje, e pediu que fosse relatado na próxima semana.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM) – Eu gostaria só de mencionar minha preocupação, preocupação não, dar uma sugestão para a nossa Comissão, para a nossa Secretaria, na medida em que o dia 14 já está pautado, então, após essa data, ver se na semana seguinte nós pudéssemos realizar aquela Audiência Pública já aprovada aqui, com a presença dos dirigentes da SUFRAMA da Zona Franca de Manaus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador João Pedro, após essa Audiência Pública que trata da questão da SUDAM e SUDENE, que foi um primeiro tema que nós levantamos na Comissão, nós atenderemos a V.Ex^a com a Audiência Pública sobre o polo industrial de Manaus, para depois marcamos uma visita **in loco** à região.

Não havendo nada mais a tratar. Declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h22min.

PARECER Nº 732, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 8, de 2007, da Presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal o relatório anual de suas atividades referente ao exercício de 2006.

Relator: Senador João Ribeiro

Relator **ad hoc**: Senador Garibaldi Alves Filho

I – Relatório

Trata-se do Aviso nº 8, de 2007 (nº 419-GP/TCU, na origem), pelo qual a Presidência do Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal relatório das atividades daquele órgão fiscalizador referente ao exercício de 2006.

Com a remessa do aviso ora em exame, o Tribunal de Contas da União cumpre disposição contida no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, segundo a qual o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

II – Análise

O Tribunal de Contas da União exerce relevante papel no exercício do controle externo, como órgão responsável por prestar auxílio ao seu titular: o Congresso Nacional. O Texto Constitucional e a lei atribuíram à Corte de Contas um rol extenso de competências, das quais se destacam: a emissão de pareceres prévios sobre as contas anuais prestadas pelo Presidente da República, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis pela aplicação de recursos públicos, a realização de inspeções e auditorias nos órgãos e entidades da administração pública federal, por iniciativa própria ou a pedido de órgãos do Poder Legislativo, além da fiscalização da aplicação de recursos repassados pela União às demais unidades da Federação mediante convênio e instrumentos congêneres. Em sua maioria, as atribuições do TCU estão enumeradas no art. 71 da Constituição.

No relatório sob análise, o Tribunal noticia suas atividades de controle externo no período, que compreendem, em síntese, o julgamento de contas, o exame de atos de pessoal, as medidas cautelares adotadas, as condenações e sanções aplicadas aos responsáveis, a remessa de processos ao Ministério Público para a adoção de medidas judiciais cabíveis, as fiscalizações realizadas e a apreciação de denúncias que lhe foram feitas.

O parecer prévio emitido acerca das contas do Presidente da República referentes ao exercício de 2005 propugnou pela sua aprovação com ressalvas. Deve-se relevar a performance do Tribunal no papel de contribuinte para a melhoria da administração pública. Essa é uma face pouco lembrada do conjunto de trabalhos desenvolvidos pelo TCU, normalmente lembrado pela atuação punitiva. Citamos excerto do relatório, constante da palavra do Presidente: “controlar é, acima de tudo, prevenir, orientar, avaliar, recomendar melhorias, agir preventivamente, e não apenas punir”.

Por meio da aprovação de relatórios de auditorias de natureza operacional, a Corte avalia o desempenho de órgãos, entidades e programas de governo, bem como afere o andamento das políticas públicas e a qualidade de bens ofertados e serviços prestados. A par dessas fiscalizações, o Tribunal presta relevantes serviços ao dar orientações e fazer recomendações aos gestores públicos, com o fim de evitar desperdícios, melhorar a gestão e disseminar as melhores práticas observadas na administração pública federal.

Encerrando, enfatiza-se do relatório os seguintes pontos:

- i) a apreciação de 6.135 processos;
- ii) o julgamento definitivo de mérito das contas de 20.201 responsáveis (cada proces-

so de contas pode abranger contas de mais de um responsável), das quais 52% foram julgadas regulares, 39% regulares com ressalva e 9% irregulares. Das contas irregulares, o julgamento de 35% fundou-se em responsabilidade por dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, 26% pela prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico; 24% pela omissão no dever de prestar contas; e 15% pela promoção de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos;

iii) a condenação em débito de 1.732 responsáveis, no montante de R\$481 milhões, e imposição de multas no valor de R\$21,6 milhões;

iv) a apreciação para fins de registro de 127.754 atos de pessoal (cada processo de atos sujeitos a registro pode abranger vários atos, envolvendo vários interessados), “dos quais 4.275 atos (3,35%) tiveram registro negado em razão de ilegalidade. Nestes casos, foi determinado ao órgão de origem que adotasse as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado”. Consoante o órgão de contas informa, considerando a remuneração média dos servidores públicos federais do Poder Executivo no patamar de R\$3,8 mil, a interrupção dos pagamentos que determinou acarretaram economia de R\$216 milhões aos cofres públicos;

v) a realização de 895 procedimentos fiscalizatórios, dos quais 274 (31%) decorreram de provocação do Congresso Nacional e 621 (69%) de iniciativa própria do Tribunal. Dessas atividades, o órgão destaca as realizadas em obras públicas, que trouxeram diversos benefícios para o Estado e para a sociedade. De acordo com o Tribunal, “os benefícios imediatos para o tesouro, no que se refere à redução do valor das obras, superaram a cifra de R\$100 milhões. Cabe acrescentar que tal economia deverá aumentar ainda mais, podendo chegar a R\$1 bilhão, visto que várias correções ainda estão em curso no âmbito do Governo Federal”;

vi) a adoção de 116 medidas cautelares, que visaram o resguardo, tempestivo, da legalidade e da moralidade da aplicação dos recursos públicos federais. Tais providências de proteção envolveram aproximadamente R\$2,6 bilhões;

vii) a prestação de auxílio valioso às Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito dos Correios e das Ambulâncias;

viii) a realização pelo Tribunal de palestras direcionadas ao terceiro setor, no âmbito do Programa Educacional Diálogo Público, no cumprimento da função pedagógica pelo órgão. O assunto de maior significância tratado nessas palestras foi o controle social dos recursos públicos, dos convênios, das licitações, dos contratos e das transferências governamentais; e

ix) a participação de servidores do Tribunal em diversos fóruns internacionais sobre questões ambientais, que estão presentes nos mais diversos setores da administração pública, o que

leva o Tribunal, também, a procurar constituir e consolidar parcerias com outros órgãos para criar fluxo contínuo e qualificado de informações sobre o controle da gestão ambiental.

III – Voto

Em face do exposto, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das importantes informações contidas no relatório e, como não há outras providências a tomar, deliberar pelo encaminhamento da matéria ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2007. – Senador **João Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: A US Nº 11 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07 / 08 / 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<u>L. Quintanilha</u>
RELATOR : "Ad Hoc"	<u>Sibá Machado</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
JENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
PFL	
SEU RESENDE	ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPIINO	RAIMUNDO COLOMBO
CÍCERO LUCENA	LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO	FLEXA RIBEIRO
MARCONI PERILLO	SÉRGIO GUERRA
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

PARECER N° 733, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 11, de 2007, do Ministério de Estado do Controle e da Transparência, que encaminha os Relatórios de Fiscalização com resultados das ações da Controladoria-Geral da União nas Unidades de Federação sorteadas na 5ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

Relator **ad hoc**: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 11, de 2007, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência (nº 214/2007/CGU-PR, na origem), pelo qual a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminha os relatórios de fiscalização, com resultados das ações fiscalizatórias, decorrentes da 5ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Encaminhados em meio magnético – um CD –, trinta e seis relatórios, organizados por Ministérios e unidades da Federação, trazem resultados de fiscalizações do emprego dos recursos públicos federais, efetivadas pela CGU no desempenho de sua função constitucional.

Os relatórios têm por destinatários não apenas esta Casa Legislativa, mas os órgãos da administração pública federal gestores dos programas de governo fiscalizados, com as devidas recomendações, bens como o Tribunal de Contas da União (TCU) e, de acordo com os eventos apurados, também instituições como câmaras municipais, outros Tribunais de Contas, Ministério Público, Polícia Federal e Advocacia-Geral da União (AGU), para as providências cabíveis no âmbito de suas atribuições.

II – Análise

A análise dos resultados das ações da CGU demonstra haver características que são comuns a várias ações em que irregularidades são identificadas. Destacamos as seguintes, que surgiram em mais de uma oportunidade:

i) descentralização de execução a entidades que não dispõem de condições para

consecução do objeto ou atribuições estatutárias para executá-lo;

ii) planos de trabalho confusos ou pouco detalhados, objetos imprecisos e projetos básicos ausentes, incompletos ou com informações insuficientes;

iii) inconsistências na apreciação e avaliação técnica e jurídica dos planos de trabalho e termos de convênio;

iv) inexistência de avaliação efetiva da necessidade e viabilidade de execução e de análises detalhadas do custo dos objetos propostos;

v) aprovação de convênios na ausência de pareceres ou à revelia de pareceres contrários;

vi) inexecução ou execução parcial de objetos pactuados nos instrumentos de repasse dos recursos.

Todas as mazelas identificadas são contrárias ao interesse público, mas, sem dúvida, as cinco primeiras são as mais preocupantes. É o próprio órgão ou entidade responsável pela destinação do recurso quem as pratica. O descuido começa no principal responsável por zelar pelo gasto, a começar pela correta e efetiva análise de viabilidades e pela busca por definições claras de objeto, planos de aplicação e projetos básicos: o repassador dos recursos. Bem feitas essas delimitações, firmam-se marcos fiscalizatórios claros que facilitam, sobremaneira, a ação fiscalizatória.

Quanto menos precisa é a definição desses elementos, mais difícil é caracterizar os desvios de conduta.

A maioria dos vícios encontrados encontra perfeita simetria nos achados da CPMI das Ambulâncias, também conhecida como CPMI das Sangueussugas. Diante de tal fato, considero desnecessária a proposição de novas medidas neste momento. Aduzo que se implementem as recomendações trazidas nos relatórios daquela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O Brasil agradeceria.

III – Voto

À luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 11, de 2007, da Controladoria-Geral da União, bem como dos documentos que o acompanham.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: A US Nº 11 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07 / 08 / 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<u>L. Quintanilha</u>
RELATOR : "A) Hoc"	<u>Sibá Machado</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
JOSÉ NATHAN CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
PFL	
SEU RESENDE	ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPIINO	RAIMUNDO COLOMBO
CICERO LUCENA	LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO	FLEXA RIBEIRO
MARCONI PERILLO	SÉRGIO GUERRA
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of.-PRES N° 1/2007-CRA

Brasília, 22 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão rejeitou, em 22 de agosto do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004, que “altera o artigo 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências”, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Atenciosamente, – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Of. n° CE/110/2007

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flávio Arns que, “Institui o dia 9 de agosto como o “Dia Nacional da Equoterapia”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. n° CE/111 /2007

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Romeu Tuma que, “Institui o Dia da Guarda Mu-

nicipal”, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. n° CE/ 112/2007

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Institui o ano de 2008 como Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 722, de 2007**, da Comissão de Educação, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007** (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com relação ao Parecer nº 723, de 2007, referente ao Aviso nº 12, de 2007, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às recomendações contidas em sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado**

nºs 96, de 2004; 177 e 299, de 2006, e 225, de 2007, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 728 e 729, de 2007**, das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2006** (nº

4.927/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre a avaliação da qualidade de ensino nas instituições privadas, efetuada pelo Poder Público); e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007** (nº

30/2007, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997* (garante às mulheres o acesso a informações sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical).

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com relação aos **Pareceres nºs 730, 731, 732 e 733, de 2007**, referentes aos **Avisos nºs 5, 8 e 11, de 2007**, a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 22, de 2007-CN (nº 78/BCB-Presi, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central, referentes ao 1º semestre de 2007, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista, de Orçamentos Públicos e Fiscalização e à publicação.

Sobre a mesa projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

(*) **Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN**, que “*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2008*”. (Mensagem nº 115, de 2007-CN - nº 649/2007, na origem)

(*) Publicado no Suplemento “B” à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 82 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Leitura: 3-9-2007

Até 8-9 – prazo para publicação e distribuição em avulsos;

Até 8-10 – prazo para realização de audiências públicas;

Até 23-9 – prazo para apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao projeto;

Até 26-9 – prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia de receitas;

Até 13-10 – prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita;

Até 16-10 – prazo para votação do Relatório da Receita e suas emendas;

Até 21-10 – prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar;

Até 24-10 – prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar;

Até 27-10 – prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas;

Até 6-11 – prazo para apresentação de emendas ao projeto;

Até 11-11 – prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 30-11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos relatórios setoriais;

Até 17-12 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório do Relator-Geral;

Até 21-12 – prazo para encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional;

Até 21-12 – prazo para implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de autógrafos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

(*) **Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN**, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011”. (Mensagem nº 116, de 2007-CN - nº 650/2007, na origem).

(*) Publicado no Suplemento “C” à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 105 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Leitura: 3-9-2007

Até 8-9: prazo para publicação e distribuição em avulsos;

Até 22-9: prazo para realização de audiências públicas;

Até 18-9: prazo para apresentação publicação e distribuição do Relatório Preliminar;

Até 21-9: prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar;

Até 27-9: prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas;

Até 7-10: prazo para apresentação de emendas ao projeto;

Até 12-10: prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-10: prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório;

Até 4-11: prazo para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional;

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI N° 32, DE 2007-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários no valor de R\$1.450.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinqüenta mil reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$6.995.000,00 (seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D	D	D	E	E		
		0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS								500.000
		OPERACOES ESPECIAIS								
18 212	0681 09BC	CONTRIBUICAO A CONVENCAO INTERNACIONAL DAS NACOES UNIDAS DE COMBATE A DESERTIFICACAO NOS PAISES AFETADOS POR SECA GRAVE E/OU DESERTIFICACAO - CCD								500.000
18 212	0681 09BC 0001	CONTRIBUICAO A CONVENCAO INTERNACIONAL DAS NACOES UNIDAS DE COMBATE A DESERTIFICACAO NOS PAISES AFETADOS POR SECA GRAVE E/OU DESERTIFICACAO - CCD - NACIONAL								500.000
										500.000
		1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS								3.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS								
18 541	1145 0778	APOIO AS ORGANIZACOES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS								2.000.000
18 541	1145 0778 0001	APOIO AS ORGANIZACOES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL								2.000.000
										2.000.000
		ATTIVIDADES								
18 128	1145 6060	CAPACITACAO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS								500.000
18 128	1145 6060 0001	CAPACITACAO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL								500.000
18 541	1145 6230	GESTAO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS								500.000
18 541	1145 6230 0001	GESTAO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS - NACIONAL								500.000
										97.686
										402.314
		8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS								3.000.000
		ATTIVIDADES								
18 128	8007 86AA	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTAO INTEGRADA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS								3.000.000
18 128	8007 86AA 0001	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTAO INTEGRADA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - NACIONAL								3.000.000
										3.000.000
		TOTAL - FISCAL								6.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								6.500.000

ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

ANEXO J

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**

ANEXO I

CREDITO SUBIEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - pg. 1 de 2

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO I

CRÉDITO SUPERIOR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTEs - 55 | 68

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	VALOR								
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E			
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO									400.000
		ATIVIDADES									
18 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE									400.000
18 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL									400.000
			F	4	2	40	0	134			400.000
		TOTAL - FISCAL									400.000
		TOTAL - SEGURIDADE									0
		TOTAL - GERAL									400.000

**ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS**

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	VALOR								
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E			
		0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									95.000
		ATIVIDADES									
20 607	0379 2C85	OPERACAO E MANUTENCAO DE PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO									95.000
20 607	0379 2C85 0001	OPERACAO E MANUTENCAO DE PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO - NACIONAL									95.000
			F	3	2	90	0	282			95.000
		TOTAL - FISCAL									95.000
		TOTAL - SEGURIDADE									0
		TOTAL - GERAL									95.000

EM nº 138/2007 - MP

Brasília, 22 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de

fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$8.445.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinto mil reais).

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente desses órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado na tabela a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente	8.350.000	6.900.000
Ministério do Meio Ambiente (Administração direta)	6.500.000	6.500.000
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1.450.000	0
Agência Nacional de Águas - ANA	400.000	400.000
Ministério da Integração Nacional	95.000	95.000
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	95.000	95.000
Excesso de arrecadação de: Recursos Ordinários	0 0	1.450.000
Total	8.445.000	8.445.000

3. No Ministério do Meio Ambiente, o crédito permitirá o pagamento de anuidades dos exercícios de 2004 e 2005, devidas à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação; a consecução de atividades de capacitação, gestão e apoio a comunidades tradicionais, possibilitando o levantamento de dados quantitativos e qualitativos de aproximadamente doze dessas comunidades; o fortalecimento técnico e institucional dos prestadores de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos em relação à coleta, tratamento e disposição final destes resíduos; a continuidade do atendimento de despesas com ações de licenciamento ambiental federal e o término da reforma do Bloco "L" da Agência Nacional de Águas – ANA.

4. No Ministério da Integração Nacional, o crédito propiciará a implementação do plano anual de capacitação dos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com vistas a adequar e atualizar o treinamento de seu quadro técnico e compatibilizar sua capacidade operacional com as novas necessidades, principalmente nas áreas de fiscalização de projetos a serem desenvolvidos a partir deste exercício.

5. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$1.450.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinqüenta mil reais) tratam-se de suplementação de despesas primárias à conta

de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R\$6.995.000,00 (seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; e

c) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

6. A presente solicitação será atendida com recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § Iº, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Ressalte-se que, segundo os órgãos envolvidos no crédito em questão, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

8. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007, o excesso de arrecadação utilizado parcialmente neste crédito.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00: Recursos Ordinários

NATUREZA	2007		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000 Impostos	96.952.986.205	92.889.590.807	-4.063.395.398
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.964.529.036	-693.549.303
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.418.569.959	2.777.432
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.898.862	-32.319.586
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	40.658.793	21.201.297
17400000 Transferências do Exterior	35	613.433	613.398
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	54.419	23.739
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	3.212.784.260	885.851.597
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	244.273.767	186.518.453
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	854.163.293	588.797.017
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	2.517.853.507	1.787.705.880
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.247.218	4.352.501
24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	441.625	441.625
25900000 Outras Receitas	1.537.586	1.405.316	-132.270
Total	141.685.197.913	140.374.084.295	-1.311.113.618
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários Abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			1.045.105.168
Abertos			264.255.062
Em tramitação (1)			780.850.106
Outras Modificações Orçamentárias Efetivadas (G)			-6.703.125.484
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			3.036.876.567

(1) Inclui o valor do presente crédito em 03.08.2007.

MENSAGEM N° 646

Senhores Membros do Congresso Nacional,
 Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 28 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso n° 893 - C. Civil

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Projeto de lei

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Mensagem de veto

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI N° 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;
- III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 18. ~~Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União.(Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

DECRETO N° 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto..

~~§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Leitura: 3-9-2007

Até 8-9: prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 16-9: prazo final para apresentação de emendas;

Até 21-9: prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas: e

Até 6-10: prazo para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 391/07/OS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.847, de 2005, do Senado Federal (PLS 153/05), o qual “Denomina Aeroporto de Uberaba – MG – Mário de Almeida Franco o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 392/07/OS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.993, de 2005, do Senado Federal (PLS. 126/02), o qual “Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada pelo Sistema Único de Saúde de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 393/07/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.089, de 2006, do Senado Federal (PLS 187/05), o qual “Institui o ano de 2008 como Ano Nacional Machado de Assis.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 394/07/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.330, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 340/05), o qual “Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 397/07/PS-GSE

Brasília, 29 de agosto de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 690, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 246/04 na Casa de origem), que “Altera o inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família.”.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N°1000, DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em comemoração ao seu 35º aniversário.

Ao longo da sua existência, a Ulbra tornou-se a terceira maior universidade brasileira, com sede em Canoas no RS, estando presente em 38 cidades gaúchas, atuando também em vários estados do Norte e do Nordeste.

A Universidade reúne mais de 125 mil alunos matriculados no ensino superior. Desse total, 53.658 alunos já se utilizam da modalidade de graduação a partir do ensino à distância, que ministrado pela instituição, tornou-se um meio confiável e idôneo para democratização da educação superior.

A Ulbra é referência nacional em ensino de qualidade, possuindo em sua base os ensinamentos basilares do cristianismo, os quais primam pela fraternidade e amor ao próximo. Para alcançar essas qualidades singulares foi necessário uma base confiável e bastante sólida.

A partir da expansão do ensino superior promovida pela instituição, evidenciou-se um maior desenvolvimento econômico social do povo riograndense e consequentemente de todo o Brasil.

Com tantos adjetivos é que nos dignamos a aplaudir a Universidade Luterana do Brasil, que conta com o belo trabalho do Reitor Ruben Eugen Becker que tanto tem colaborado para a difusão do ensino superior de qualidade. A Ulbra, com 35 anos de existência, fortalece a cada dia o exercício da cidadania tornando mais latente o princípio constitucional do direito à educação e formação de profissional de excelência.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Paulo Paim**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO N° 1001, DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso ao Grupo Sinos em comemoração ao seu 50º aniversário.

Ao longo desses anos, os gaúchos, principalmente os da região metropolitana, se acostumaram a ser informados diariamente de notícias isentas e de informações exatas.

Pela sua trajetória, o Grupo Sinos se tornou a 208 empresa Jornalística em receita líquida no País, possuindo o maior parque gráfico do interior do Brasil e 29º da América Latina. O grupo é composto por uma família de mil empregados diretos e indiretos nas 3 uni-

dades (Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas). Sua idoneidade junto às comunidades em que atua, é motivo de orgulho e se destaca pela sua credibilidade.

Publica suas notícias em linguagem adequada, com uma programação visual moderna e com um tratamento editorial que sempre ressalta o respeito Com o qual o jornal distingue seus receptores.

A Empresa é multimídia, disponibilizando informação, cultura, entretenimento e interatividade através do jornal, rádio, revista e internet.

Com uma visão de futuro o Grupo destacou-se nacionalmente por pioneirismos e inovações tecnológicas, perseguiendo a qualidade contínua em todos os produtos.

A façanha de ter se tornado orgulho social teve como ponto de partida a inovação. No ano 1968, foi pioneiro em impressão pelo sistema **offset** no extremo sul do país; 1978: pela primeira vez são utilizados computadores com disquetes, substituindo a fita perfurada, na fotocomposição de jornais no Sul; 1983: pioneiro na América do Sul com a instalação do sistema Elfasol eliminando a gravação do fotolito; 1985: outubro – a redação informatizada ao país, em dezembro – 1ª entrevista externa utilizando computadores portáteis; 1986: pela 1ª vez na história da imprensa brasileira as páginas dos jornais passam a ser diagramadas e foto compostas direto no computador; 1991: inauguração da nova rotativa Goss Urbanite; 1996: criação do site Leather and Shoes; 1998: os fotógrafos começam a trabalhar com câmeras digitais; 1999: outubro – pela 1ª vez um jornal brasileiro

utiliza o CTP – Computer-to-Plate, em dezembro – implantação do som e da imagem no **site** do noticiário do diário NH na internet; 2000: outubro – pioneirismo gaúcho no serviço de distribuição de notícias no sistema WAP; 2000: novembro – inauguração do novo Parque Gráfico e da Rotativa Roland MAN Uniset 60; 2003: Inauguração dos novos estúdios da Rádio ABC 900 am.

Com todo esse histórico não poderia ser diferente, o Grupo Sinos, representado pelo seu presidente, Mário Alberto Gusmão, tornou-se um dos mais tradicionais veículos de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo hoje referência não só no Brasil como na América Latina.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 511, DE 2007

Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 6º As opções mencionadas no § 5º deste artigo poderão ser exercidas até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate dos valores acumulados de planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e serão irretratáveis.

§ 7º Caso os participantes não tenham realizado a opção pelo novo regime tributário de que trata este artigo, poderão os assistidos ou seus representantes legais fazê-la, desde que atendidos os requisitos necessários para a obtenção do benefício. (NR)

Art. 2º Os participantes de planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, que fizeram a opção pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, poderão exercer novamente a opção pelo regime de tributação anterior à mencionada lei até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate total dos valores acumulados.

Art. 3º Os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados não estão mais sujeitos a mudanças no regime de tributação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o § 2º do art. 2º, da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

Justificação

Muitos cidadãos nem imaginam como um plano de previdência privada pode influenciar seu planejamento financeiro de longo prazo. Para entender um plano de previdência deve-se considerar um planejamento financeiro individual de longo prazo. Este, pois, deve ser tratado de maneira estruturada e focada nas diversas

ações tendo como produto final, um benefício de aposentadoria que atenda suas necessidades futuras.

O procedimento de determinar a contribuição mensal necessária para os próximos anos deve ser reavaliado periodicamente ao longo dos anos, sempre que um evento de vida ocorrer. Estes eventos estão relacionados ao seu casamento – ou então, divórcio – nascimento ou emancipação de filhos, entre outros. Ao pensar em contratar um plano de previdência, deve-se ter em mente qual deverá ser seu benefício na data de aposentadoria e para isso temos que prever grande parte dos acontecimentos futuros, tais como, renda mensal, patrimônio estimado, número de filhos, padrão de vida futuro, entre outros.

Trata-se de uma tarefa complicada e que envolve muitas especificidades técnicas. Além disso, nem sempre é possível manter as contribuições em sua periodicidade e valor, tendo em vista eventuais desvios de rota, os quais influenciam diretamente a capacidade ou a necessidade de poupança.

Diante de tantos elementos que necessitam ser avaliados, é preciso facilitar a tomada de decisão do cidadão, permitindo que as questões tributárias não sejam empecilho para que os participantes e assistidos possam fazer uso dos recursos por eles acumulados, em face de eventuais desvios de rota que impeçam a utilização no todo ou em parte dos recursos acumulados por meio dos planos de benefício.

O presente projeto de lei tem, portanto, a preocupação de facilitar a decisão dos participantes e assistidos, não apenas no momento em que decidirem fazer uso de seus valores acumulados em face de contingências, mas também no modo como seus recursos serão tributados quando do efetivo gozo do benefício, proporcionando-lhes melhores chances de destinar seus próprios recursos. Além disso, caso os participantes não tenham realizado a opção pelo regime tributário, a lei permitirá aos assistidos ou seus representantes legais que também possam fazê-la, desde que satisfeitos os requisitos necessários à obtenção do benefício.

Ressalte-se que essa proposição não fere os princípios da Lei nº 11.053, de 2004, pois os incentivos à acumulação de poupança em um prazo mais longo continuam dados e disponíveis ao livre arbítrio do cidadão. Ao Estado, entretanto, não cabe tolher as escolhas da população, em face de questões tão complexas e que nem sempre são compreendidas e estão disponíveis na forma disciplinada atualmente pela referida Lei.

Por todo o exposto, pedimos que as nobres Senadoras e os nobres Senadores aprovem a presente proposição, com vistas a corrigir esta situação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Paulo Paim**

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI N° 11.053, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004**

Conversão da MPV nº 209, de 2004

Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É facultada aos participantes que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2005 em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a opção por regime de tributação no qual os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, sujeitam-se à incidência de Imposto de Renda na fonte às seguintes alíquotas:

§ 2º O Imposto de Renda retido na fonte de que trata o **caput** deste artigo será definitivo.

§ 6º As opções mencionadas no § 5º deste artigo deverão ser exercidas até o último dia útil do mês subsequente ao do ingresso nos planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em Fapi e serão irretratáveis, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005).

§ 7º Para o participante, segurado ou quotista que houver ingressado no plano de benefícios até o dia 30 de novembro de 2005, a opção de que trata o § 6º deste artigo deverá ser exercida até o último dia útil do mês de dezembro de 2005, permitida neste prazo, excepcionalmente, a retratação da opção para aqueles que ingressaram no referido plano entre 1º de janeiro e 4 de julho de 2005. Concluído pela Lei nº 11.196, de 2005.

(*Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos cabendo a última – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 512, DE 2007**Acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de

maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 764.

§ 4º A reparação decorrente de acidente do trabalho é de natureza civil e poderá ser requerida no âmbito da Justiça do Trabalho, observado o prazo prescricional fixado pelo inciso V do § 3º do art. 206 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que começa a ser contado da data da rescisão do contrato de trabalho. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa a dissipar dúvidas decorrentes da novel redação contida no art. 206 do Código Civil, que veio versar sobre a prescrição, e fixou em apenas três anos o limite temporal para ingresso em juízo, demandando pretensão de reparação civil, conceito no qual se inserem os danos pessoais, causados por dolo ou culpa do empregador ou seus prepostos.

Existem, atualmente, alguns posicionamentos jurídicos que defendem a adoção das regras prescricionais da Justiça do Trabalho para o julgamento da pretensão de reparação dos danos causados pelo acidente do trabalho, como, por exemplo, o de Estevão Malet, que assim se pronuncia sobre as novas diretrizes do Código Civil vigente:

(...) se a pretensão é trabalhista, se a controvérsia envolve empregada e empregador, se a competência para julgamento da causa é da Justiça do Trabalho, a prescrição é e só pode ser a trabalhista, do artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição, e não a prescrição civil, de 20 anos, no antigo Código, e de 3 anos, no novo. Não importa que a responsabilidade civil seja assunto disciplinado no Código Civil. O que importa é que a pretensão é trabalhista, porque decorre diretamente do contrato de trabalho.

Não se pode dizer, de outro lado, que a regra especial de prescrição do Direito Civil prevalece ante a regra geral do Direito do Trabalho. O art. 7º, inciso XXIX, da Constituição, disciplinou o prazo prescricional trabalhista, sem estabelecer exceções.

Ademais, norma geral constitucional não tem sua aplicabilidade comprometida por norma especial da legislação ordinária.

Todavia, essa posição não é majoritária, até porque a previsão do art. 7º, inciso XXIX, da CF diz respeito à prescrição de cinco anos, até o limite decadencial

de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, para os trabalhadores urbanos e rurais.

Parte-se da premissa de que os danos oriundos do acidente do trabalho não se inserem no conceito de créditos resultantes das relações de trabalho, pois se trata de gravames pessoais sofridos em decorrência de fatores que desequilibram o desempenho normal do trabalho e constituem anomalia em face das relações de trabalho. É o que se depreende de estudo feito pelo advogado Renan Lotufo.

Nelson Palaia, outro brilhante advogado e professor, ensina que a prescrição é a perda do direito de ação em consequência do não-uso desse direito num determinado espaço de tempo. O que prescreve é o direito de agir, que não depende em nada da natureza da relação jurídica da qual esse direito deriva. Desde 1988, as pretensões decorrentes de relações de trabalho interpostas perante a Justiça do Trabalho (redação original do art. 114, **caput**, da Constituição), observavam a prescrição constitucional.

Palaia afirma ainda que o reclamante que não ingressava na Justiça do Trabalho antes do prazo de dois anos socorria-se da pretensão perante o Juízo Cível. Neste, raramente via discutida a questão prescricional constitucional e, assim, obtinha a tolerância e a acomodação do prazo civil, mais dilatado e que se aplicava a toda e qualquer outra relação jurídica conflituosa, exceto a trabalhista.

Eis aqui o cerne da questão. O Código Civil de 2002 já reduziu de vinte para três anos o prazo prescricional e agora, com interpretações inovadoras, busca-se prejudicar o trabalhador, com interpretações que reduzem esse prazo para dois anos, a partir da exegese do art. 7º, inciso XXIX, da CF.

Observe-se que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, fixou apenas a competência da Justiça do Trabalho para julgar a reparação civil decorrente do acidente do trabalho.

Ocorre, que os mais afoitos, tangenciando a vontade do legislador e o que está escrito no art. 114 da Constituição Federal, engendraram alteração acessória, de natureza processual, para reduzir o prazo de três para dois anos, em prejuízo do trabalhador.

Não podemos concordar como isso e lamentamos que os Tribunais do Trabalho estejam encampando essa tese, prejudicando os trabalhadores, quando, em outra época, quando da votação dessa matéria, foram peremptórios no sentido de que a mudança de competência da esfera civil para a esfera trabalhista não prejudicaria o trabalhador.

Todavia, parece que fomos iludidos, restando-nos esclarecer os fatos e, se não for possível pela via ordinária, que se altere novamente a Constituição, para

repor aos trabalhadores o prazo cabível, pois é inconcebível que pessoas accidentadas, traumatizadas com perdas terríveis, não tenham na Justiça do Trabalho a prestação jurisdicional que dela se espera.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Vide Leis nºs 11.495 e 11.496, de 2007

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 764 – Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º – Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º – Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º – É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

ÍNDICE

Texto compilado

Institui o Código Civil

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 206. Prescreve:

V – a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

§ 3º Em três anos:

I – a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

II – a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;

III – a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela;

IV – a pretensão de resarcimento de enriquecimento sem causa;

V – a pretensão de reparação civil;

VI – a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;

VII – a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo:

a) para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima;

b) para os administradores, ou fiscais, da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembléia geral que dela deva tomar conhecimento;

c) para os liquidantes, da primeira assembléia semestral posterior à violação;

VIII – a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial;

IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 513, DE 2007

Acrescenta o § 4º ao art. 6º da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, a fim de impossibilitar a utilização do interdito proibitório na hipótese que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 6º

§ 4º As empresas não poderão se utilizar da ação de interdito proibitório, de que trata o art. 932, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), se o movimento grevista for pacífico. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O direito de greve encontra-se assegurado como direito social pelo art. 9º da Constituição Federal.

Considera-se, portanto, legítimo o exercício da greve, na forma do disposto na Lei de Greve (Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989), que “Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades es-

senciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências”.

No entanto, apesar de o nosso ordenamento jurídico admitir o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem à greve, verifica-se que muitas empresas, como artifício para frustrar o movimento grevista, acabam abusando do direito de proteção possessória, mediante a utilização da via judicial do interdito proibitório, previsto no Código de Processo Civil. As liminares já obtidas costumam cominar aos sindicatos — que geralmente sequer são ouvidos nessa fase processual — com a pena pecuniária para o caso da transgressão do mandado judicial, inviabilizando, assim, o movimento grevista.

Em face dessa situação de flagrante iniquidade social, estamos propondo o presente projeto de lei, objetivando, assim, evitar abusos dessa ordem, razão pela qual contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

LEI N° 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989

Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na

harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide texto compilado

Institui o Código de Processo Civil

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 932. O possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.

Art. 933. Aplica-se ao interdito proibitório o disposto na seção anterior.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, cabendo a última – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 514, DE 2007

Dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda empresa com mais de cem empregados é obrigada a fornecer bolsas de estudo, correspondente ao piso salarial da categoria do trabalhador beneficiado, aos dependentes legais de seus empregados, para sua formação técnico-profissional metódica, na forma do regulamento.

Art. 2º A concessão da bolsa de estudo se dará uma vez ao ano e na proporção de uma para cada grupo de cem empregados.

Art. 3º A concessão dessa bolsa aos dependentes legais dos empregados iniciar-se-á por aqueles que percebem as menores remunerações na empresa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não há dúvida de que a principal finalidade de uma empresa é a de produzir bens e de prestar ser-

viços de modo economicamente mais eficiente. Sair desse rumo seria caminhar para a ineficiência e o desperdício de recursos em prejuízo da empresa e da eficiência econômica.

Isso não significa, todavia, que a empresa deva se limitar à simples produção de bens ou prestação de serviços, nem se restringir à maximização do lucro, já que ela deve produzir riqueza em sentido amplo.

A propriedade é uma garantia constitucional, mas com reservas, eis que a sua utilização deverá compatibilizar-se com fins sociais mais amplos. É o que determina o art. 170 da Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III — função social da propriedade;

Desse modo, deve a empresa atuar de forma socialmente responsável, de acordo com sua própria cidadania empresarial e como participante de um processo produtivo que agrega valor social e, dessa maneira, contribui para o desenvolvimento da sociedade e da economia.

Enfim, a empresa só cumprirá seu papel social quando, ao mesmo tempo, aumentar também o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e de suas famílias que nela trabalham; observar níveis satisfatórios de produtividade; promover a preservação de recursos naturais; cumprir as regras que compõem as relações de trabalho; promover a recuperação social e econômica das regiões, etc...

Nesse contexto se insere o presente projeto, pois a promoção pela empresa da profissionalização dos dependentes de seus empregados é uma necessidade social, que vai além do lucro e da satisfação do seu cliente.

Acreditamos que a responsabilidade da implementação da profissionalização de nossos jovens deva ser compartilhada entre as múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil.

É preciso, portanto, que a iniciativa privada participe efetivamente de ações que possibilitem ao jovem brasileiro a oportunidade de optar pelo ensino profissionalizante de qualidade, assegurando-lhe o direito ao desenvolvimento de suas competências profissionais, tornando-o, assim, capaz de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Por essas razões e dada a relevância do tema, estamos convencidos de que os nobres pares emprestarão todo apoio a esta iniciativa, que possui indiscutível alcance social e econômico.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III - função social da propriedade;

(Às Comissões de Assuntos Econômicos,
e de Educação, cabendo a última – decisão
terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 515, DE 2007

**Dispõe sobre a criação de Zona de
Processamento de Exportação no Município
de Castanhal, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Hoje o País atravessa momentos gloriosos no que concerne a sua estabilidade econômica, alcançando índices de credibilidade no mercado internacional jamais vistos. Porém, é preciso se destacar que a economia do País, embora estável, equilibrada, solidificada, não apresenta um crescimento compatível e esperado para um país que conseguiu o mais difícil, que foi combater a inflação, fato que se deve a falta de investimentos em infra-estrutura e em meios de produção.

Não há que se falar em desenvolvimento econômico sem se falar em produção. Portanto, indispensável torna-se que a cadeia produtiva seja estimulada com incentivos que possam trazer reais ganhos ao Poder Público e com isso revertê-los em benefícios à população.

É cediço que a região Norte do País precisa de incentivos que possam alavancar a sua produção e gerar emprego e renda, melhorando com isso, a condição de vida de sua população, posto que somente dessa forma, serão alcançados índices quantitativos e qualitativos na economia, desejáveis e esperados para um real IDH – índice de Desenvolvimento Humano.

Mecanismos temos para alavancar a cadeia produtiva. Um deles é criar novas zonas de processamento de exportação em municípios que gozem de reais condições para empreendê-las, reduzindo, com isso as desigualdades regionais.

O Município de Castanhal, localizado na região nordeste do Estado do Pará, com população estimada em 154.811 habitantes, segundo o senso 2004 do IBGE, destaca-se como cidade pólo, concentrando um parque industrial de relevante representação para o PIB do estado. Ademais, reuni condições de infra-estrutura suficientes para se transformar em uma zona de processamento de exportação.

Cidade pólo a 65 quilômetros de Belém está entre as cinco principais cidades do estado e figura como uma espécie de metrópole da região Nordeste do Pará. Tem privilegiada posição geográfica, sendo cortada pela rodovia federal BR-316 – a principal via de ligação entre a capital paraense e as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, item indispensável para o escoamento da produção. Dentro do seu planejamento estratégico para alavancar o desenvolvimento, o município vem investindo na implantação de um Pólo Industrial em uma área de 173 hectares que em breve, será um dos maiores da região Norte do País.

Após a contextualização histórica do Município de Castanhal, precisamos denotar aspectos de suma importância que certamente comprometem a economia do Estado do Pará, como o regime constitucional do ICMS que é altamente discriminatório. O constituinte adotou o regime misto, em que a receita do imposto, derivada das operações e prestações interestaduais, é partilhada entre o estado de origem (alíquota de 12%) e o estado de destino (o diferencial entre as alíquotas

interna e interestadual). A única exceção, conforme a alínea b do inciso X do § 2º do art. 155, diz respeito a petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, e energia elétrica, cujo ICMS é apropriado exclusivamente pelo estado de destino. Ora, o Pará gerou 27.781 GWh, dos quais consumiu apenas 10.733, em 2003, tendo exportado o restante para outros estados; não ficou com um centavo sequer do ICMS correspondente a 17.048 GWh, gerados em seu território.

As receitas do ICMS que abasteciam os cofres estaduais foram, mais uma vez, muito reduzidas em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que estabeleceu a regra da não-incidência relativamente aos produtos primários, industrializados semi-elaborados e serviços (art. 3º, II). Praticamente, toda a pauta de exportações paraenses é constituída por essas duas classes de produtos, a saber, em 2003: minério de ferro (31,1%), alumínio (22,2%), madeira (13,5%), minério de alumínio (8,3%), caulim (7,1%), outros minerais (7,9%), celulose (4,1%) e pimenta (2%). A “compensação” pela perda de arrecadação do ICMS prevista na Lei Kandir, além de irrisória, está fadada a desaparecer.

Objetivando reduzir as desigualdades regionais existentes em nosso País como a questão do ICMS ora comentada, é que submetemos à apreciação dos ilustres pares o presente projeto de lei que cria uma zona de processamento de exportação no Município de Castanhal.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2007. – Senador **Mário Couto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

LEI N° 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de

1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

LEI N° 7.993, DE 5 DE JANEIRO DE 1990

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limita o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei n 7.792, de 4 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.”

Art. 2º As Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que dispõe o art. 1º da Lei n 7.792, de 4 de julho de 1989 com a nova redação dada por esta Lei, serão instaladas nos Municípios de Maracanã - CE, Macaíba - RN, Parnaíba - PI, São Luís - MA, João Pessoa - PB, Barcarena - PA, Nossa Senhora do Socorro - SE, Araguaína - TO, Ilhéus - BA, no Complexo Portuário de Suape, ao Sul do Recife, entre os Municípios do Cabo e Ipojuca - PE, Itacoatiara - AM e Cáceres - MT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atender ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

X - não incidir:

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

LEI COMPLEMENTAR N° 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir)

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que passo a ler.

É lida a seguinte:

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

30/08/2007

- Nome: PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA
- Filiação: Mário Araújo Lacerda e Antônia da Costa Lacerda
- Nacionalidade: Brasileira
- Naturalidade: Anápolis/GO
- CPF: 274.700.167 – 91
- RG: 2768085 IFP/RJ

Formação Acadêmica e Profissional

- Bacharel em Direito - Faculdade de Direito Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1975
- Curso de Formação Profissional de Papiloscopista Policial Federal - Academia Nacional de Polícia - 1976
- Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia Federal - Academia Nacional de Polícia - 1977
- Curso Superior de Polícia - Academia Nacional de Polícia - 1988
- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – Escola Superior de Guerra - 1989
- Selecionado para compor o corpo permanente da Escola Superior de Guerra - 1989

Funções Exercidas

- Chefe da Delegacia de Polícia Fazendária da SR/DPF/MG - Belo Horizonte - 1978/1979
- Superintendente Regional da Polícia Federal em Rondônia - Porto Velho - 1980/1981
- Chefe da Delegacia de Polícia Fazendária da SR/DPF/RJ - Rio de Janeiro - 1982/1983
- Delegado Executivo da Divisão de Polícia Federal em Nova Iguaçu - Rio de Janeiro - 1983/1984
- Diretor da Divisão de Polícia Federal em Ponta Porã - Mato Grosso do Sul - 1984/1985
- Corregedor Regional de Polícia Judiciária da SR/DPF/RJ - Rio de Janeiro - 1986/1988
- Delegado Regional de Polícia Judiciária da SR/DPF/RJ - Rio de Janeiro - 1988/1989

MENSAGEM N° 141, DE 2007

(nº 657, de 2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Brasília, 31 de agosto de 2007.

- Chefe de Correções da Divisão de Polícia Judiciária do DPF - Brasília - 1991/1992
- Diretor da Divisão de Disciplina da Corregedoria-Geral da Polícia Federal - Brasília - 1992/1994
- Diretor da Divisão de Polícia Fazendária da Coordenação Central de Polícia - Brasília - 1994/1996
- Assistente Parlamentar - Senado Federal - Brasília - 1997/2002
- Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal - 2003/2007

Outras Atividades

- Realizou, ao longo de sua carreira policial, diversos trabalhos de natureza especial, designado pela Direção-Geral do DPF, com atuação em vários Estados da Federação e no Distrito Federal, tanto na Presidência de Inquéritos Policiais como na de Procedimentos Administrativos Disciplinares.

Participação em Eventos e Seminários

- I Encontro da Comunidade de Informações/DPF - 1978
- II e III Ciclos de Conferências e Debates sobre o Território de Rondônia - 1980
- Seminário sobre Lavagem de Dinheiro - 1995
- Seminário sobre Sonegação, Contrabando e Falsificação - 1996
- Reunião do Conselho de Diretores de Polícia Judiciária e de Investigação Criminal e de Diretores de Escola de Polícia Judiciária dos Países de Língua Portuguesa - 2003

Títulos e Condecorações

- Medalha de Tempo de Serviço no DPF, pelo exemplar cumprimento dos seus deveres funcionais - 1994;
- Elogio do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal - 1996
- Medalha "Mérito Segurança Pública e Defesa Social", Governo do Distrito Federal - 2004
- "Ordem do Rio Branco", Grau de Grande Oficial, 2004
- "Ordem do Mérito Administrativo" do Comando da Aeronáutica - Ministério da Defesa - 2004
- "Ordem Al Mérito de la Policia Nacional del Peru" - 2005
- Prêmio "Faz Diferença" de O GLOBO - 2005

- "Ordem do Mérito Militar" - 2005
- Título de "Detective Honorário Especial Al Mérito Internacional DAS", Departamento Administrativo de Seguridad - Colômbia, 2005
- Medalha "Mérito Tamandaré" da Marinha – 2005
- Mérito pela Valorização da Vida 2006, Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)



PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA

Aviso nº 899 - C. Civil.

Brasília, 31 de agosto de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência República.

(À *Comissão de Relações externas e Defesa Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Romero Jucá, Alvaro Dias e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o colossal aumento das demandas judiciais ocorrido a partir da vigência da nova Constituição Federal, em 1988, tornou incontornável e premente a necessidade de se reformar o Poder Judiciário, com vistas a aparelhá-lo e dar-lhe condições e meios para, de uma forma mais efetiva e presente, prestar à sociedade o serviço de distribuir a Justiça aplicando a lei e o direito aos casos concretos.

Com paciência e perseverança, conseguimos, gradativamente, conciliar as posições apaixonadas e antagônicas inicialmente adotadas pelos diversos setores envolvidos na discussão, até chegarmos ao texto da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, cujos dez artigos introduziram várias alterações significativas não só na estrutura do Poder Judiciário, como também no seu funcionamento e desempenho. Entre as novidades trazidas pela chamada “Reforma do Judiciário”, uma que obteve aprovação imediata e logo fez sentir o acerto de sua criação e atuação foi, sem dúvida alguma, a do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Instalado em 14 de junho de 2005, composto por 15 membros e presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Para essa finalidade, trouxe o CNJ em sua estrutura uma importante inovação para o funcionamento e a melhoria dos serviços do Poder Judiciário: a criação da Corregedoria Nacional de Jus-

tiça, cujo titular é um Ministro indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Como primeiro Corregedor Nacional de Justiça, foi indicado pelo Plenário do STJ o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, decano daquela Corte, mineiro de 64 anos, em razão da extensa folha de quase 50 anos de vida pública, 25 deles prestados ao Judiciário brasileiro, com experiência em diversos cargos nos três Poderes da República e em todas as atividades ligadas à área judiciária. Entre outras, o Ministro Pádua Ribeiro exerceu, ao longo de sua vida pública, as funções de Procurador da Câmara dos Deputados, Subprocurador-Geral da República, Ministro do Tribunal Federal de Recursos de 1980 até sua extinção em 1989.

É Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde sua instalação, em abril de 1989, já foi Ministro-Substituto e Titular do Tribunal Superior Eleitoral, Corregedor-Geral da Justiça Federal e também da Justiça Eleitoral. Vice-Presidente e Presidente do STJ e do Conselho da Justiça Federal no biênio 1998/2000, o Ministro Pádua Ribeiro introduziu relevantes inovações tecnológicas no funcionamento e na estrutura desses dois órgãos, na busca de tornar menos morosos os trâmites processuais e aproximar o Judiciário da sociedade.

Esse foi, Sr's e Srs. Senadores, o homem escolhido para vencer os difíceis obstáculos da implantação de um órgão do porte da Corregedoria Nacional de Justiça, que começou do nada. Foi, por certo, uma tarefa árdua, que exigiu o trabalho incessante que só se pode esperar daqueles que agem por idealismo, daqueles que se sentem recompensados em servir à causa pública.

E hoje, compulsando o Relatório Final de Atividades correspondente ao biênio 2005/2007, podemos afirmar com tranqüilidade que a Corregedoria Nacional de Justiça logrou cumprir rigorosamente, nestes primeiros dois anos de existência, a sua missão definida na Constituição, na legislação de regência e no Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

Deficiências materiais foram ultrapassadas, ou, quando não, minoradas e, com espírito de cooperação e boa vontade, foi possível fazer funcionar a Corregedoria, que, hoje, tem rumos a trilhar e metas a vencer em prol da construção de uma Justiça mais compatível com as exigências dos tempos modernos. Vencidas as desconfianças iniciais, especialmente dos que se opunham à novidade constitucional, o órgão correccional passou a trabalhar, em conjunto com os seus congêneres, e, com a colaboração de todos os Tribunais do País, a atuar como elemento gerador de iniciativas e propostas capazes de produzir efeitos multiplicadores sobre a atividade da máquina judiciária, visando a estabelecer uma cultura de eficiência dos serviços judiciários.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, como qualquer outra instituição, o Poder Judiciário não está imune a problemas de desvios de conduta dos seus integrantes. Diante disso, não pode causar surpresa o fato

de que, à Corregedoria Nacional de Justiça, chegam denúncias de irregularidades, algumas gravíssimas, atribuídas a magistrados ou servidores da Justiça. O texto constitucional e o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça definiram o campo de atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, colocando sob sua incumbência o recebimento e o processamento das Reclamações Disciplinares e das Representações por Excesso de Prazo, a abertura de Sindicâncias, assim como o exame da admissibilidade dos pedidos de Revisão Disciplinar de processos contra juízes e membros de Tribunais.

Nos dois anos de atuação da Corregedoria, houve vários casos de magistrados investigados que, para evitar a instauração da sindicância ou do procedimento administrativo disciplinar, requereram aposentadoria, para escapar a uma possível apenação. Embora, nessa hipótese, o processo no âmbito do CNJ seja extinto, havendo indícios de ilícito penal cometido, os autos são encaminhados ao Ministério Público para adoção das providências cabíveis na esfera criminal. Esse foi, por exemplo, o caso de um Juiz de Direito acusado de ter contratado terceira pessoa para agredir fisicamente um advogado. No total, foram 26 os casos de aposentadorias voluntárias de magistrados na pendência de procedimentos disciplinares instaurados.

Em muitos outros casos, porém, processos administrativos contra juízes tiveram andamento, por iniciativa da Corregedoria Nacional, resultando na imposição de punições constitucionais e legais. Foi o que ocorreu em relação a magistrados envolvidos com as denominadas "máfia dos combustíveis" e "máfia dos títulos podres". Vários magistrados foram aposentados compulsoriamente ou colocados em disponibilidade com vencimentos proporcionais, tudo sem prejuízo do processo criminal.

Com efeito, o total de punições no biênio 2005/2007 – após, portanto, a instalação do Conselho Nacional de Justiça – foi 70% maior em relação ao biênio anterior. O total de punições passou de 82 para 140, mas, no que se refere às penas mais severas, o aumento de um biênio para o seguinte foi ainda mais expressivo. O número de magistrados que sofreram a sanção disciplinar de demissão saltou de um para cinco, os aposentados compulsoriamente passaram de seis para vinte. Os juízes colocados em disponibilidade foram dezoito no último biênio, em comparação a sete no biênio anterior. E os removidos compulsoriamente foram onze, em comparação a quatro. São números que evidenciam a eficiência do controle disciplinar exercido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça apura, em dois processos administrativos disciplinares, instaurados por proposta de seu Corregedor logo no início da gestão, o possível recebimento, por um Desembargador, de uma camionete para influenciar no julgamento de uma ação judicial em favor de um sindicato, e também a cobrança de 60 mil reais para

conceder uma liminar. Outro processo refere-se a um possível desvio de conduta de Desembargador Federal que teria pressionado vários juízes com "pedidos de preferência" em diversos processos de interesse de um amigo seu e, depois, teria atuado como relator nos recursos interpostos nesses mesmos processos. Com o acolhimento do voto do Ministro Corregedor pela instauração do processo disciplinar, o Desembargador foi afastado de suas funções.

Entre as oito sindicâncias que atualmente tramitam no CNJ, duas podem ser destacadas. A primeira diz respeito à denúncia de pagamento indevido de quase 700 mil reais a título de diferenças salariais a um Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas. A segunda apura a conduta de uma Juíza de Direito que, mesmo absolutamente incompetente para julgar causa da competência da Justiça Federal, concedeu antecipação de tutela para forçar a entrega ao autor da ação de cerca de 31 milhões de reais por uma empresa estatal e suas subsidiárias, sob pena de multa diária de 200 mil reais.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, em face do preceito insculpido no art. 103-B da Lei Maior, a Corregedoria Nacional de Justiça tornou-se responsável pela apuração de desvios de conduta de magistrados, serventuários, notários e registradores, recebendo, ainda, a relevante incumbência de zelar pelo bom desempenho dos serviços judiciários no País.

Nesses dois eixos de atuação, a Corregedoria Nacional de Justiça procura exercer suas atribuições tendo presentes a importância e a seriedade de sua missão, buscando, além do cumprimento diário de seu dever primordial de investigar e apurar as denúncias trazidas ao seu conhecimento, fiscalizar os serviços judiciários, traçar diretrizes e balizar comportamentos, indicando medidas que contribuam efetivamente para a concretização daquilo que a sociedade brasileira tanto deseja e anseia, própria razão de existir do Conselho Nacional de Justiça: uma máquina judiciária mais ágil, efetiva e transparente, enfim, mais próxima do cidadão.

Especial destaque merece a constatação de que o trabalho da Corregedoria Nacional de Justiça tem tido um efeito multiplicador sobre o funcionamento das demais Corregedorias, as quais têm aplicado as orientações baixadas pelo Corregedor Nacional, com notáveis resultados na melhoria dos prazos de tramitação dos processos e na transparência da atividade judiciária. A regulamentação dos procedimentos correcionais e a melhora do acompanhamento disciplinar dos órgãos do Poder Judiciário nacional estão produzindo múltiplos e abundantes frutos, que já começam a se refletir nos padrões de eficiência e na redução dos prazos judiciais no Brasil.

Desejo, portanto, Sr^as e Srs. Senadores, congratular-me com o ilustre Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, com seus Juízes Auxiliares e com os servidores da Corregedoria Nacional de Justiça pelo extraordiná-

rio trabalho que vêm realizando nestes primeiros dois anos de existência do órgão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, "Instituições em frangalhos", publicado pela revista Veja em sua edição de 1º de agosto de 2007.

O artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, usa o título de um editorial histórico do jornal *O Estado de S. Paulo* quando da edição do Ato Institucional nº 5 em 1968, que suspendeu as liberdades individuais e o estado democrático. O jornalista lembra no entanto que ainda há democracia, que o governo foi legitimamente eleito, que o Congresso está aberto e que a imprensa

é livre, mas alerta que "se não temos um apagão no âmbito das liberdades" ainda, "vivemos um outro, no campo da eficiência, que a crise do setor aéreo, desdobrada em tragédia, tornou mais claro do que nunca: Se Lula diz que ao voar entrega sua sorte a Deus é porque nem ele confia nos controles de seu governo".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Instituições em frangalhos

Roberto Pompeu de Toledo | Ensaio

Se Lula diz que ao voar entrega sua sorte a Deus é porque nem ele confia nos controles de seu governo

setor aéreo, desdobrada em tragédia, tornou mais claro do que nunca. Alguns exemplos de instituições em frangalhos:

Ministério da Defesa. Quando foi criado, no governo Fernando Henrique, representou uma esperança de avanço civilizacional. Era, enfim, a consagração da supremacia do poder civil, e portanto político, sobre o militar. De quebra, abria-se a possibilidade de as três Armas trabalharem em conjunto, livres de diferenças de filosofia e mais aptas a fazer o interesse geral prevalecer sobre os enclaves corporativos. Tudo ótimo, não tivesse o próprio governo Fernando Henrique se empenhado em desfazer a ilusão ao nomear ministros fracos e descompor-se em melindres diante de militares acuados pela ameaça de perda de poder e status. No governo Lula, e em especial na gestão Waldir Pires, quando a crise aérea despertou o ministério do sono a que se auto-condenara, sua doentia inoperância revelou-se por inteiro.

Na semana passada, a troca de Waldir Pires pelo ex-deputado, ex-ministro da Justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim ganhou ares de relançamento da instituição. Finalmente assumiu o cargo um titular de perfil forte, de quem se espera ação, e não desempenho tão invisível e entorpecido quanto possível. Jobim tem pela frente o desafio de pôr fim à bagunça vigente no transporte aéreo. Façamos votos para que tenha êxito, mas tenhamos em mente o importante detalhe de que o melhor de suas qualidades e os mais intensos de seus esforços estarão voltados para uma questão que nada tem a ver com Defesa. Transporte é atividade civil, e só por uma desformalidade institucional brasileira o transporte aéreo abrigasse sob jurisdição fardada. Ainda não foi desta vez que o Ministério da Defesa ganhou um titular para enfrentar os assuntos centrais da pasta.

Anac. A Agência Nacional de Aviação Civil, assim como outras agências reguladoras, foi criada para represen-

tar o papel de órgão do estado, e não do governo de turno. Por isso mesmo, a seus diretores se atribuíram mandatos fixos (de cinco anos) e não coincidentes com os do Poder Executivo. Isso quer dizer que nem podem ser demitidos nem têm sua atuação limitada a um único mandato presidencial. Diante do despreparo da maioria dos diretores da Anac, no entanto, cogitou-se na semana passada de mudança na lei, de modo a torná-los demissíveis. O próprio Nelson Jobim pronunciou-se nesse sentido.

Ora, tornar os responsáveis pelas agências demissíveis por um ministro ou pelo presidente equivale a subordiná-las ao governo, o que lhes retira a própria razão de ser. O problema está, numa ponta, na opção do governo por indicar apaniguados, de preferência a pessoas de "ilibada reputação" e "elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeadas", como diz a lei, e, na outra, na omissão do Senado, ao qual cabe examinar as indicações do Executivo. Por conveniência, convivência ou preguiça, o Senado não tem feito senão carimbá-las, como sempre fez com as indicações para os tribunais superiores ou as embaixadas.

O governo como um todo. "Toda vez que o avião fecha a porta, entrego minha sorte a Deus", disse o presidente Lula, na cerimônia de posse do ministro Jobim. O discurso foi dos mais desastrados, na longa série de discursos desastrados já proferidos pelo mesmo orador. Houve até gracinhas, num momento que aconselharia sobriedade. Reveladora como um ato falho foi a afirmação da entrega da sorte a Deus quando viaja de avião. O bom funcionamento dos motores, as perfeitas condições dos aeroportos, a habilidade dos controladores de vôo — em nada disso o presidente confia. Ou seja: não confia em nada daquilo que cabe a seu governo controlar e fiscalizar.

No desdobramento do raciocínio, Lula disse que ao viajar de avião está "na mão de um comandante, que é um ser humano", e ao sabor "das intempéries, que nem sempre o ser humano consegue controlar". Esse tal de "ser humano" é uma das obsessões do presidente. Frequentemente os discursos com a mesma assiduidade que as imagens do futebol, as autolouvações do "nunca antes neste país" e as histórias do passado de retirante. Poucos dias antes, ele descrevera as vaias recebidas no Maracanã como "reação do ser humano". O "ser humano" é invocado para justificar erros, fraquezas e limitações da espécie. No caso do discurso da semana passada, não será talvez demais imaginar que o avião que o presidente tinha em mente era o avião Brasil e que o comandante, tão sujeito a falhas que o melhor é confiar em Deus, não seria senão ele próprio.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Chimpanzés patinadores”, publicado pela revista Veja em sua edição de 25 de julho de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi critica a atitude do presidente Lula diante do acidente da TAM em que morreram 200 pessoas. No dia seguinte ao maior acidente aéreo da história do país, Lula “preferiu ficar em repouso, de olhos fechados, de barriga para cima, depois de sofrer uma cirurgia cosmética. Ele se escondeu como se escondeu quando foi vaiado nos Jogos Pan-Americanos”. O articulista lembra que quando foi reeleito para o segundo mandato presidencial, Lula declarou que continuaria a governar para os mais pobres. No setor aéreo, segundo o jornalista, isso se traduziu num descaso criminoso que culminou com os

200 mortos do acidente da TAM. “O eleitorado de Lula é formado por gente que nunca voou.” Diogo Mainardi ironiza o aparelhamento da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac, que deveria fiscalizar e organizar o setor. “O que um secretário de Turismo, uma procuradora do estado e um deputado do interior da Bahia podem saber sobre segurança aérea? Eu me sentiria mais seguro se seus cargos na Anac fossem ocupados por chimpanzés patinadores”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Chimpanzés patinadores

Onde está Lula? Lula está de cama. Duzentas pessoas morreram no acidente da TAM. No dia seguinte, Lula preferiu ficar em repouso, de olhos fechados, de barriga para cima, depois de sofrer uma cirurgia cosmética. Sobre os 200 mortos do acidente da TAM, ele se calou. Ele se escondeu. Assim como se calou e se escondeu quando foi vaiado nos Jogos Pan-Americanos. Pode-se argumentar que Lula, o Churchill de Garanhuns, é melhor calado do que falando. Mas é temerário ter um presidente que sempre amarela na hora do aperto.

Ao ser reeleito, em outubro do ano passado, Lula declarou que continuaria a governar para os mais pobres. No setor aéreo, isso se traduziu num descaso criminoso que culminou com os 200 mortos do acidente da TAM, independentemente das falhas do aparelho. O eleitorado de Lula é formado por gente que nunca voou. Quem morre em acidente aéreo é aquela parcela minoritária dos eleitores que sente ojeriza por ele. Na China, Mao Tsé-tung puniu a burguesia, obrigando-a a trabalhar em fábricas e em campos de arroz. No Brasil, a luta de classes lulista puniu a burguesia transformando os jatos da Airbus em paus-de-arara.

Os pilotos apelidaram a pista principal do Aeroporto de Congonhas de “Holiday on Ice”. Isso significa que os passageiros assumiram o papel de chimpanzés patinadores. A Anac autorizou a reabertura da pista antes que sua reforma fosse concluída. A Anac é o retrato perfeito da pilhagem lulista. Milton Zuanazzi, seu presidente, fez carreira como secretário de Turismo do Rio Grande do Sul. A melhor

credencial que ele tem para ocupar o cargo é a carteirinha do PT. Uma das diretoras da Anac, Denise de Abreu, era assessora jurídica de José Dirceu na Casa Civil. Outro diretor da Anac, Leur Lomanto, é ligado a Geddel Vieira Lima e, alguns anos atrás, foi acusado de negociar vantagens para se filiar ao PMDB. O que um secretário de Turismo, uma procuradora do estado e um deputado do interior da Bahia podem saber sobre segurança aérea? Pergunte ao Lula, quando ele decidir sair da cama. Eu me sentiria mais seguro se seus cargos na Anac fossem ocupados por chimpanzés patinadores.

Em abril, sete meses depois do acidente da Gol, enquanto os deputados do PT tentavam abafar a CPI Aérea, Lula se reuniu sorrateiramente com Carlos Wilson num hotel do Recife. Carlos Wilson presidiu a Infraero no primeiro mandato de Lula e é lembrado por ter reformado os aeroportos com os azulejos da Oficina Brennand, de propriedade de sua mulher. É o modelo de moralidade lulista: sobra dinheiro

para os azulejos, mas falta para os radares e o grooving. Outro modelo de moralidade lulista é Luis Fernando Veríssimo. Ele disse que prefere ficar calado diante das “mutretas” do lulismo porque teme ser confundido com os reacionários. É o mesmo argumento usado pelos stalinistas para acobertar os crimes do comunismo. Pode roubar, desde que seja para combater o inimigo. Pode matar? Pode, sim. Só uns 200 reacionários de cada vez.

“O que um secretário de Turismo, uma procuradora do estado e um deputado do interior da Bahia podem saber sobre segurança aérea?

Eu me sentiria mais seguro se seus cargos na Anac fossem ocupados por chimpanzés patinadores”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^as e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 44, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara n° 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis n°s 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória n° 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Dependendo de leituras de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais
Urgência a partir de: 24.08.2007

Sobrestando a pauta a partir de:
03.09.2007

2**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 473, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado n° 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

Dependendo de leituras de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais.
(Urgência a partir de: 24.08.2007).
(Sobrestando a pauta a partir de:
03.09.2007)

3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a *Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.*

4**PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

- de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Stihessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

5**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 - art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões

de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI - Linha de Crédito).

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 2007 (n° 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 2007 (n° 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob n°s 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda n° 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob n° 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde de Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.)

**ATA DA 120^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2007
(Publicada no DSF de 08 de agosto de 2007)**

RETIFICAÇÕES

Na página 25968, 1^a coluna, no item 2.2.12, na comunicação da Presidência referente ao Requerimento nº 853, de 2007,

ONDE SE LÊ:

“Deferimento do Requerimento nº 853, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2004.”

LEIA-SE:

“Deferimento do Requerimento nº 853, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004.”

ONDE SE LÊ:

“O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Na sessão do dia 2 do corrente foi lido o Requerimento nº 853, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2004.

A Presidência defere o referido requerimento, nos termos do art. 256, §2º, I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2004, que acaba de ser retirado, vai ao Arquivo.”

LEIA-SE:

“O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Na sessão do dia 2 do corrente foi lido o Requerimento nº 853, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004.

A Presidência defere o referido requerimento, nos termos do art. 256, §2º, I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, que acaba de ser retirado, vai ao Arquivo.”

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondência expedidas, no período de 1º a 31 de agosto 2007.

(Publicada no Suplemento “A” à presente edição)

– Atas de Comissões (Publicadas no Suplemento “A” à presente edição)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia	Rio Grande do Sul	Amazonas
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)	BLOCO-PT – Paulo Paim*	PSDB – Arthur Virgílio*
DEM – César Borges*	BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*	PDT – Jefferson Péres*
PDT – João Durval **	PMDB – Pedro Simon**	BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)
Rio de Janeiro	Ceará	Paraná
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*	BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*	BLOCO-PT – Flávio Arns*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)	PSDB – Tasso Jereissati*	PDT – Osmar Dias *
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **	BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**	PSDB – Alvaro Dias **
Maranhão	Paraíba	Acre
DEM – Edison Lobão*	DEM – Efraim Morais*	PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
PMDB – Roseana Sarney *	PMDB – José Maranhão*	BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **	PSDB – Cícero Lucena **	BLOCO-PT – Tião Viana**
Pará	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
PSOL – José Nery* ^(S)	PMDB – Gerson Camata*	BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)	BLOCO-PR – Magno Malta*	PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Mário Couto**	BLOCO-PSB – Renato Casagrande**	PSDB – Marisa Serrano**
Pernambuco	Piauí	Distrito Federal
DEM – Marco Maciel*	DEM – Heráclito Fortes*	PDT – Cristovam Buarque *
PSDB – Sérgio Guerra*	PMDB – Mão Santa *	DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PMDB – Jarbas Vasconcelos**	BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**	PTB – Gim Argello** ^(S)
São Paulo	Rio Grande do Norte	Tocantins
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*	PMDB – Garibaldi Alves Filho *	BLOCO-PR – João Ribeiro *
DEM – Romeu Tuma*	DEM – José Agripino*	PMDB – Leomar Quintanilha*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**	DEM – Rosalba Ciarlini**	DEM – Kátia Abreu**
Minas Gerais	Santa Catarina	Amapá
PSDB – Eduardo Azeredo*	BLOCO-PT – Ideli Salvatti*	PMDB – Gilvam Borges*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)	PMDB – Neuto De Conto * ^(S)	PSDB – Papaléo Paes*
DEM – Eliseu Resende**	DEM – Raimundo Colombo **	PMDB – José Sarney **
Goiás	Alagoas	Rondônia
DEM – Demóstenes Torres *	PMDB – Renan Calheiros*	BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PSDB – Lúcia Vânia*	PSDB – João Tenório* ^(S)	PMDB – Valdir Raupp*
PSDB – Marconi Perillo**	(vago) ¹	BLOCO-PR – Expedito Júnior**
Mato Grosso	Sergipe	Roraima
DEM – Jonas Pinheiro *	PMDB – Almeida Lima*	BLOCO-PT – Augusto Botelho*
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*	BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*	PMDB – Romero Jucá*
DEM – Jayme Campos **	DEM – Maria do Carmo Alves **	BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**
-----	Mandatos	

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA	
(DEM/PSDB)	
(vago) ³	1. Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2. Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT**Vice-Presidente:** Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**Vice-Presidente:** Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB

Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995	4ª Eleição Geral: 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999	5ª Eleição Geral: 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001	6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM-PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarde Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 174 PÁGINAS